

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO E LIRA

**A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E SUA SUPERAÇÃO A PARTIR DO
ACIONAMENTO DA REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA.**

**VITÓRIA
2010**

MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO E LIRA

**A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E SUA SUPERAÇÃO A PARTIR DO
ACIONAMENTO DA REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Professora Doutora Edinete Maria Rosa

VITÓRIA

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Lira, Margaret Olinda de Souza Carvalho e, 1960- L768v

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e sua
superação a partir do acionamento da rede de apoio social e
afetiva / Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. – 2010.
117 f. : il.

Orientadora: Edinete Maria Rosa.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Violência familiar. 2. Crianças. 3. Adolescentes. 4.
Resiliência (Traço da personalidade). 5. Apoio social. I. Rosa,
Edinete Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MINTER/DINTER-UNIVASF

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
PSICOLOGIA DA ALUNA MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO
E LIRA

Aos vinte e três de julho de dois mil e dez, às quatorze horas e quinze minutos, teve início a defesa da Dissertação de Mestrado intitulada: **"A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e sua superação a partir do acionamento da rede de apoio social e afetiva"**, da aluna **Margaret Olinda de Souza e Lira**, regularmente matriculada sob nº 2008130824, orientanda da Professora Doutora Edinete Maria Rosa (Universidade Federal do Espírito Santo). Compunham a Banca Examinadora a Professora Orientadora, a Professora Doutora Maria Cristina Smith Menandro (Universidade Federal do Espírito Santo) e o Professor Doutor Paulo Rogério Meira Menandro (Universidade Federal do Espírito Santo). Na impossibilidade de comparecimento da Professora Doutora Sibelle Maria Martins de Barros assumiu, como membro titular, a Professora Doutora Maria Cristina Smith Menandro. Realizada a arguição, a defesa foi dada por encerrada às dezesseis horas e vinte minutos. Os membros da Banca reunidos decidiram pela aprovação da Dissertação da aluna **Margaret Olinda de Souza e Lira**, concedendo-lhe o título de **Mestre em Psicologia**. Nada mais havendo a acrescentar, subscrevo esta ata que vai assinada por mim e pelos demais membros componentes da Banca Examinadora. Vitória, 23 de julho de 2010.-----


Prof.^{te} Dr.^a **Edinete Maria Rosa** (Orientadora/UFES)


Prof.^{te} Dr.^a **Maria Cristina Smith Menandro** (UFES)


Prof. Dr. **Paulo Rogério Meira Menandro** (UFES)

Dedico este trabalho:

A minha família: Jailson, Gabi, Levi, mainha e, em especial, a minha filha Eveline (in memoriam). Às crianças e adolescentes de Petrolina vitimizadas pela violência intrafamiliar.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade desta existência e permissão de tantas realizações.

A minha mãe pela minha vida.

Ao meu esposo Jailson pelo companheirismo, incentivo e ajuda na elaboração do trabalho.

Aos meus filhos Levi, Gabriela por terem vivenciado cada minuto desta caminhada compartilhando, trabalhando juntos e compreendendo as ausências por horas dedicadas ao estudo.

A minha inesquecível e amada filha Eveline (in memorian) pela oportunidade de conviver com espírito tão evoluído que tanto me fez crescer na certeza de um breve reencontro.

A minha orientadora Professora Dra. Edinete Maria Rosa, pela oportunidade de convivência, incentivo e prontidão em atendimento às minhas ansiedades e suporte na análise dos resultados.

Ao admirável Professor Paulo Menandro pela sutileza, serenidade e sabedoria nas intervenções oportunas e durante a participação na banca.

A toda a equipe de professores do Mestrado, pelas informações importantes para a construção do meu conhecimento, desenvolvimento de habilidades e oportunidade de boa convivência.

À Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho pela boa receptividade

Ao Conselho Tutelar de Petrolina, nas pessoas dos conselheiros: Evaldo, Djane, Lourdes, Júlio e Elizete pela excelente acolhida e facilitação do acesso às informações, sem esquecer o apoio e receptividade de Darci e Zilma.

Aos companheiros do MINTER/DINTER Alécia, Alvany, Ana Emilia, Darlindo, Deranor, Euzenita, Flávia, Geida, João, Liliane, Luciana, Maria Luiza, Sílvia, Virginia e Tarina.

À amiga Fátima em especial e aos amigos Michelle, Sued, Susane e Manoel pelos laços de amizade e parceria.

O amor é o único antídoto à violência humana

Divaldo Franco

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e. (2010). **A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e sua superação a partir do acionamento da rede de apoio social e afetiva**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES.

RESUMO

Superar situações de violência intrafamiliar constitui um grande desafio para as famílias envolvidas, necessitando, para tanto, de apoio e orientação garantidos por uma estrutura social e pessoal, à qual os indivíduos pertencam. O objetivo principal do estudo foi compreender o processo de superação das famílias em que ocorreram episódios de violência intrafamiliar contra seus filhos residentes em Petrolina- PE, a partir do acionamento da rede de apoio social e afetiva. Os dados foram coletados através de duas estratégias: inicialmente, por análise documental e posteriormente, através de estudo de caso. A análise documental teve como fonte, prontuários de atendimento do Conselho Tutelar, construindo-se, assim, a caracterização das famílias. Foram identificados 432 casos de violência contra crianças e adolescentes. Em uma análise de gênero, os homens representaram 48,84 % da amostra enquanto que as mulheres, 51,15%. Quanto ao grau de proximidade com a vítima, a mãe (51%), representou a autora com maior número de casos de violência praticados. 22% das denúncias foram efetuadas anonimamente por telefone. Concluída a primeira fase, utilizou-se como estratégia de pesquisa, o estudo de caso de quatro famílias que deveriam apresentar sinais indicativos de superação de violência, enumerando entre estes sinais, a busca de ajuda intra e extra-familiar, demonstração de afeto e solidariedade, de compreensão, de respeito mútuo e apoio da rede afetiva e social. Buscaram-se nos prontuários estes aspectos elencados, os quais poderiam estar presentes na dinâmica das famílias atendidas. O roteiro de entrevista continha indagações agrupadas nos seguintes aspectos: conhecimento dos sujeitos sobre o significado da violência intrafamiliar; perspectivas quanto aos mecanismos de controle e redução do fenômeno no âmbito intrafamiliar e avaliação dos serviços pelos quais foram atendidos. Os relatos das entrevistas foram transcritos sendo efetuada a análise de conteúdo de Bardin. Expressar como a violência ocorreu em cada família representou uma dificuldade para os participantes, existindo uma tendência dos autores em não admitir o fato. Encontrar uma motivação, que justificasse a prática de algum tipo de violência contra os filhos esteve presente nas falas dos membros das famílias entrevistadas. Nas narrativas dos denunciante, observou-se uma tendência em acusar o autor das agressões. Opiniões divergentes foram observadas com relação aos serviços da rede de apoio social e ao Conselho Tutelar. A boa qualidade de atendimento no Conselho Tutelar foi referida pela maioria dos entrevistados, contudo, quanto aos serviços de atendimento às famílias em situação de violência intrafamiliar, não se percebeu uma articulação entre eles, que se mostrassem capazes de intervenção e respostas às demandas dessas famílias. A importância da participação da rede afetiva constituída pela família, família extensiva e amigos, é mencionada como o principal mecanismo de proteção de que dispõem. Apontam como principais desafios na superação dos episódios vivenciados, as dificuldades de relacionamento entre autor e vítima o

distanciamento do pai, sentimento de impotência e a falta de acompanhamento do conselho tutelar.

Palavras chave: Violência intrafamiliar. Criança e adolescente. Resiliência. Rede de apoio social e afetiva.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e. (2010). **The intrafamiliar violence against children and adolescents and your overcoming from the actuation of the social and afective support-net.** Master dissertation. Post-Graduation in Psychology Program from the Human and Natural Science Center of Federal University of Espírito Santo, Vitória-ES.

ABSTRACT

Overcome intrafamiliar violence situations constitute a big challenge to the involved families, needing for this, support and orientation guaranteed by a social and personal structure which will the individuals belong. The study investigated the violence phenomenon against children and adolescents practiced by their families, in a perspective of studying the overcoming process of this practice, understanding the family resilience process where occurred intrafamiliar violence episodes against their children on the city of Petrolina by the Tutelar Council actuation and by the institutions that integrate the social and afective support net. The family characterization was build through the treatment charts documental analisys, by the Tutelar Council. Towards the participation assesment of the social and afective support-net, was used the Bardin's case study and content analisys, by 5 categories establishment: familiar relationship, experience with intrafamiliar violence, meanings of intrafamiliar violence and overcoming mechanisms. Of the 432 violence cases registered, the mother leads as the violence author practiced against children (51%), being a negligence predominane (77,08%) comparing with other types of violence. This modality was the one with biggest occurrence percentual, reachind children between 11 and 15 years old in 31,67% of the cases. The children that suffered more violence in this study was the females (55,15%). The main justification presented by families to the overcoming wah de support received by their afective net, formed by familiars and friends. We consider the research relevant, not simply for support the comprehension of this practice frequently present in the intrafamiliar relationship, but, especially for enlarge subsidies to the reader, able to demystify distorted visions whose show only the intrafamiliar violence from parents against children without demonstrate overcoming alternatives. It's expected, thus, to provide elements to upgrade the support net to the families in intrafamiliar violence situations at Petrolina, contributing to the affront and the overcoming of this violence, helping to prevent recurrences. The community's elucidation and the capacity of the professionals that integrate this service will contribute to the chidren and adolescent rights' effectuation, by the execution of prevention actions, and reduction of the intrafamiliar violence cases by the correct treatment to the involved (victims and family).

Key Words: violence against children and adolescents, resilience, social and afective support net.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS xi

TABELA 1- ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS PELO CONSELHO TUTELAR	48
GRÁFICO I – CASOS DE VIOLÊNCIA POR SEXO DO AUTOR E TIPO DE VIOLÊNCIA	50
GRÁFICO II- VITÍMAS DE VIOLÊNCIA POR SEXO E IDADE REGISTRADAS NO CONSELHO TUTELAR	52
TABELA II- TIPO DE VIOLÊNCIA PRATICADO POR GRAU DE PARENTESCO DO AUTOR COM A CRIANÇA	53
GRÁFICO III- TIPOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS PELA MÃE POR IDADE DAS VITIMAS	55
GRÁFICO IV –TIPOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS PELO PAI POR IDADE DAS VITIMAS	56
TABELA III – DENUNCIANTE POR TIPO DE VIOLÊNCIA PRATICADO	57

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: APROXIMANDO-SE DO FENÔMENO.....	16
TIPOS DE VIOLÊNCIA	21
CAPITULO II - A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. ..	28
CONSELHOS DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E CONSELHO TUTELAR.....	29
REDES DE APOIO SOCIAL E PESSOAL: POSSIBILIDADE DE RESILIÊNCIA.	31
RESILIÊNCIA: ELO E SENTIDO.....	35
CAPÍTULO III - INVESTIGAÇÃO	41
Procedimentos Metodológicos	42
RESULTADOS	51
DISCUSSÃO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
APÊNDICE A	113
APÊNDICE B	114
.....	116

INTRODUÇÃO

O presente estudo origina-se da aproximação da pesquisadora com a área da violência intrafamiliar contra a mulher, especificamente, a violência conjugal, possibilitado através da colaboração em projetos de iniciação científica e organização da rede de atenção à mulher vítima de violência doméstica e sexual do município de Petrolina. Naquela oportunidade, chamou a atenção o fato de que os filhos daquelas mulheres poderiam sofrer de forma direta ou indireta, violência, tendo em vista a situação violenta, na qual seus pais estavam envolvidos. Em muitos casos, a própria mãe relatava que seus filhos sofriam violência intrafamiliar ora praticada por seu companheiro, ora praticada por ela mesma. No entanto, com respeito a Petrolina, as pesquisas existentes na área de violência intrafamiliar referem-se, exclusivamente, à violência contra a mulher, principalmente, à conjugal praticada por seu companheiro, sem, contudo, haver uma investigação sobre a questão da violência praticada pelos pais ou responsáveis contra seus filhos crianças e adolescentes.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p.15) define a violência intrafamiliar como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família”.

Explica-se que pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo-se nesta classificação não apenas as pessoas ligadas por laços consangüíneos, mas também as pessoas que passam a assumir função parental.

Distintamente, a violência doméstica inclui outros membros do grupo, os quais não possuem função parental, mas convivem no espaço doméstico, incluindo-se pessoas como empregadas, agregados e visitantes esporádicos (BRASIL, 2001; DAY et al, 2003). Todas integram uma temática que exige qualificação especializada das redes de serviços e também prioridade no contexto da gestão das políticas públicas para seu processo de superação. Barros (2005, p.3) vem contribuir com este entendimento ao afirmar que “a violência intrafamiliar no contexto doméstico está relacionada a pessoas ligadas por parentesco consangüíneo ou por afinidade, que em determinado contexto sofrem ou cometem algum tipo de violência”.

Compreende-se que tanto a violência doméstica como intrafamiliar atingem pessoas em qualquer fase do ciclo vital, configurando-se como um significativo problema de saúde pública, cujo enfrentamento demanda o envolvimento e mobilização de órgãos públicos, sociedade civil organizada e equipe multidisciplinar. Neste contexto, ao nos referirmos a este tipo de violência praticada contra crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA garante, em seu artigo 86, que: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios”. Este conjunto articulado de ações interdisciplinares e interinstitucionais constitui a rede de apoio formal às famílias de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar. (BRASIL, 1990).

Surge, assim, o interesse em investigar não apenas o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes praticado por suas famílias, mas também estudar o processo de superação. Portanto, o objetivo do presente estudo, foi compreender o processo de superação das famílias, em que ocorrem episódios de violência intrafamiliar contra seus filhos residentes no município de Petrolina, a partir do acionamento do Conselho Tutelar, das instituições que fazem parte da rede de apoio social e também da sua rede afetiva.

Com os resultados deste estudo, pretende-se fornecer elementos para a estruturação da rede de combate à violência doméstica e familiar de Petrolina; contribuir para o enfrentamento e a superação da violência pelas famílias, prevenindo recorrências; esclarecer a comunidade e capacitar profissionais que integram esses serviços, de forma a efetivar os direitos da criança e do adolescente através de ações de prevenção e redução dos casos de violência mediante o atendimento adequado aos envolvidos (vítimas e famílias) em situação de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro fundamentará o leitor com relação às informações acerca das definições e diferenciações entre violência doméstica e violência Intrafamiliar. Prosseguindo, discorrerá sobre os tipos de violência praticados contra crianças e adolescentes, conceituando e exemplificando casos de negligência, violência física, sexual e psicológica, a partir de uma abordagem crítica e reflexiva quanto aos aspectos desencadeantes de episódios violentos praticados pelos pais contra seus filhos. O primeiro capítulo busca facilitar

o entendimento do leitor acerca da Violência Intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes nas suas diferentes modalidades, com informações consolidadas em nível nacional, estadual e local.

O conteúdo do segundo capítulo fundamenta o entendimento sobre a trajetória das lutas de movimentos populares na consolidação dos Direitos da Criança e do Adolescente garantidos mediante aprovação do seu estatuto. Reporta-se, ainda, à operacionalização e garantia desses direitos concretizados pelo desempenho dos Conselhos Tutelares, enquanto órgãos centralizadores de denúncias e notificações sobre crianças e adolescentes vitimizadas pela violência intrafamiliar, bem como pela estruturação de redes de apoio social e afetiva.

O terceiro capítulo compreende a investigação realizada, abordando o processo metodológico utilizado, a análise dos dados obtidos, finalizando com as discussões e recomendações.

CAPÍTULO I - A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: APROXIMANDO-SE DO FENÔMENO.

Resultados presentes em diversas investigações a respeito da violência a que se teve acesso auxiliaram a concluir, grosso modo, o crescente interesse que o tema tem despertado em pesquisadores de diversas áreas do conhecimento: saúde, educação e direito, assim, contribuindo para dar maior visibilidade aos diversos tipos de violência.

Compreende-se, que entender o significado da palavra violência representa o ponto de partida para que se proceda a sua investigação. Inicialmente, busca-se uma definição ampla do fenômeno, traduzida pela organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p.5) como “o uso intencional da força física ou do poder, real, ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, o qual possa resultar em, ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação”. Neste sentido, Minayo (2003) descreve que “as dificuldades para conceituar violência provêm do fato de se tratar de um fenômeno da ordem do vivido, e cujas manifestações provocam uma forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre e em quem a presencia” (MINAYO, 2003, p.26). A complexidade do fenômeno contribuiu para que a mesma autora (MINAYO, 2005, p.3) adotasse em seu estudo, a definição de violência utilizada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p.3) que consiste em “ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetem sua integridade física, moral, mental ou espiritual”. É um tema polêmico e controvertido, cujo conceito tem um caráter multidimensional (ALGERI, 2001; MENEGUEL, 1996). Chauí contribui para o conhecimento dessa temática, facilitando o entendimento conceitual ao explicar que,

A violência representa um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos (CHAUI,1999,p.2).

É assim que a solução para a violência nos remete às relações interpessoais, uma vez que escolhas positivas poderão se estabelecer por serem éticas, contrapondo-se à violência. Esta construção nos leva ao reconhecimento de que a violência não terá fim pelo empenho individual, mas, sobretudo mediante a “reformulação ou reconhecimento dos valores que sustentam a nossa sociedade” (ROSA; TASSARA, 2004, p.5).

Ao dedicar-se ao estudo e discussões acerca da violência intrafamiliar, considerou-se fundamental estabelecer diferenças conceituais entre estes dois tipos de violência, objetivando contribuir para a melhor compreensão do leitor.

Distintamente da violência intrafamiliar, a violência doméstica inclui outros membros do grupo, os quais não possuem função parenteral, mas convivem no espaço doméstico, incluindo-se aí, pessoas como empregados, agregados e visitantes esporádicos (BRASIL, 2001, DAY et al, 2003).

Na violência doméstica podem viver e ser violentadas pessoas que não são da família, como empregadas domésticas e agregados. A violência familiar pode ocorrer entre cônjuges, entre pais e filhos, entre irmãos, com parentes idosos, habitantes ou não da mesma casa. Familiares podem se odiar e ser violentos a muitos quilômetros de distância ou vivendo sob o mesmo teto. São exemplos disso o pai que nunca reconheceu o filho, o filho que sequer conhece o pai, a mãe separada do marido que não deixa os filhos verem o pai, filhos e pais que se agredem verbal ou fisicamente. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.47).

Independentemente de quem a pratique, a violência contra as crianças é definida pela Organização Mundial de Saúde como sendo,

O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (KRUG et al, 2002, p. 81).

Esta violência de pais contra filhos está incluída no tipo classificado como estrutural, explicada como “aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas consequências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora” (MINAYO, 1990, p.290). Entendendo-se desta maneira, ser

Um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e

indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (MINAYO, 1994, p.8).

Caracterizando-se deste modo, por uma relação de poder e dominação vivenciada entre pessoas da mesma família. Neste contexto, “Violência intrafamiliar designa a violência que ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio” (ARAUJO, 2002, p.2). O mais importante, no entanto, não é apenas estabelecer o parentesco do autor, mas, sobretudo, estabelecer o grau de autoridade que este mantém em relação à vítima. Autores brasileiros utilizam como o marco teórico para conceituação da violência contra crianças e adolescentes, a teoria do poder. Assim entendido que todo poder implica na existência de uma relação, no entanto, nem todo poder está associado à violência. Existe violência, quando se estabelece uma relação de força de um ser em relação a outro, caracterizando-se pela desigualdade e dominação sobre o outro (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Na compreensão de autores como Ferreira e Schramm (2000, p.660) “a violência exercida por pais ou responsáveis contra suas crianças e adolescentes constitui-se em um problema social e histórico, presente em todas as sociedades”. Ressalte-se o ponto de vista de Minayo ao considerar que,

Se é simples dizer que a violência se enraíza nos fundamentos das relações sociais, a determinação de suas causas bem como a emissão de um juízo de valor sobre seu sentido se constitui em grande dificuldade. Mais que isso, em relação a ela, a soma das verdades individuais não reproduz a verdade social e histórica, e os mitos e as crenças que existem a seu respeito costumam distorcer a realidade (MINAYO, 2005, p.57).

As diversas modalidades de violência doméstica e intrafamiliar, encontram-se, democraticamente, presentes em todas as classes sociais. Desse modo, observa-se que as desigualdades sociais não representam fatores determinantes para este tipo de ocorrência. Assim, recomenda-se que as discussões sobre violência doméstica, devam se pautar na compreensão da família, da sua função social e da dinâmica que seus membros estabelecem (ROSA, 2004).

Tanto a violência doméstica, quanto a violência intrafamiliar, representam problemas de grande magnitude, existindo consenso entre diversos estudiosos, de

que ambos são “abordados como problema de Saúde Coletiva” (MORAIS; EIDT, 1999, p.6). Esta é uma concepção, considerada por Algeri (2001) como “mais adequada, pois, no prisma da saúde coletiva, o processo saúde-doença é focado sob um referencial mais completo e amplo” (ALGERI, 2001, p. 17). Interpreta-se, que este tipo de violência praticada pelos pais contra seus filhos, refere-se a um grave problema social justificado pelo forte impacto que provoca sobre a vida desta parcela da população. Diante disto, o Ministério da saúde esclarece que,

Ao tratar a violência como um problema de saúde, o setor cria uma nova pauta interna de questões que são, ao mesmo tempo, ricas, necessárias e inquietantes. Pois passa a reconhecer que esse fenômeno não é uma doença do agressor (havendo casos psicopatológicos que assim devem ser considerados, embora sejam raros), nem uma doença da vítima (podendo, por outro lado provocar ou se associar à eclosão de enfermidades), mas, um sério problema social que causa agravos à saúde. Essas distinções exigem uma abordagem diferenciada que inclui conhecimentos já consolidados em outras áreas, sobretudo, no campo social. E também dilui a clássica divisão entre clínica e saúde pública porque demanda uma forma de intervenção que junte as duas. De um lado, uma menina ou um menino que demanda os serviços deve ter seus problemas físicos (lesões e traumas) ou emocionais (derivações intrapsíquicas) atendidos por meio das técnicas terapêuticas convencionais. De outro, é importante incluir, nesse trabalho, as ações de prevenção e de promoção próprias da saúde coletiva. Nesse último caso, são fundamentais os procedimentos de identificação e controle de situações de risco, de acompanhamento de grupos mais vulneráveis e de articulação e diálogo com os familiares, com serviços públicos e com organizações não-governamentais que atuam na implementação de políticas sociais inclusivas e protetivas (BRASIL, 2002, p.9).

Neste sentido, a análise de notificações de maus tratos contra crianças e adolescentes, torna conhecedoras, as crescentes taxas de mortalidade e morbidade causadas por violência física, psicológica, sexual e negligência.

Considerado um problema de saúde pública de grande magnitude, a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, determina a notificação obrigatória de todos os casos de violência praticados contra crianças, adolescentes atendidos em serviços de saúde (MELO; CRISTO; KAMADA, 2006; GOMES, 2002; BRASIL, 2001). No entanto, observa-se ainda uma subnotificação pelos serviços de saúde. Ao que parece muitos profissionais sentem dificuldades em identificar e notificar casos de violência de pais contra filhos. Mesmo os profissionais da estratégia Saúde da Família que possuem maior inserção nos domicílios, observando comportamentos suspeitos, sentem dificuldade neste processo. Foram identificadas por Gonçalves e Ferreira (2002) as principais dificuldades dos profissionais para a execução deste processo de notificar casos de violência, com

destaque para as incertezas no reconhecimento dos casos e as dúvidas acerca da quebra de sigilo profissional, ocasionada pelo ato de notificar.

Compreende-se que, tanto para identificar, como também para notificar casos de violência contra crianças e adolescentes, os profissionais precisam reunir conhecimento científico e compromisso legal e moral. Neste sentido, Algeri (2006) explica que a adoção destas atitudes por parte dos profissionais, é precedida de uma tarefa individual em lidar com seus próprios sentimentos e emoções em relação a adultos autores de violência.

Observa-se que em muitos serviços, ainda não existem instruções relativas aos procedimentos para se efetuar a notificação. Entre eles, número de telefones, formulários para preenchimento, bem como, protocolo de atendimento a estas situações.

No Brasil, sabidamente, há indícios de que “os índios não usavam os castigos físicos como forma disciplinar dos filhos, tendo sido esta prática introduzida no país pelos primeiros padres da Companhia de Jesus” (DELFINO, 2005, p.130). Desde então, perdurando até os dias atuais, as punições corporais foram sendo utilizadas como meio de “ensinar às crianças que a obediência era a única forma de escapar da punição” (DELFINO, 2005, p.130).

Em tempos anteriores,

A criança era pensada como alguém imaturo, sem autonomia, que não tem condições de saber/avaliar o que é melhor, enfim de alguém que deve ser “educado”, ou domado; tal identidade também fornecia legitimidade para um tratamento pedagógico violento que, em alguns casos, pode chegar ao extremo, como muitas vezes chega (SOUZA, 2005, p.135).

Contextualmente, “muitas cenas de família consideradas normais há algumas décadas, hoje são categorizadas como atos de violência interpessoal” (ZUMA, 2004, p.1). Através de relatos de pais, presentes em resultados de diversos estudos consultados, determinadas atitudes como agredir fisicamente os seus filhos, representam para eles, medidas educativas ou corretivas (WEBER et al,2002; WEBER,2005; DELFINO et al,2005; ALGERI,2008).

Acredita-se, desta maneira, que tanto a violência doméstica quanto a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, reflete-se um abuso de poder dos pais ou responsáveis sobre os filhos.

TIPOS DE VIOLÊNCIA

Usualmente, classifica-se a violência contra crianças e adolescentes em quatro modalidades: Violência física, negligência ou privação de cuidados, violência psicológica e sexual. Entende-se que tais atos podem ser praticados de maneiras diferentes por variados autores e lugares distintos (MINAYO, 2005; FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Violência física ou a punição corporal de crianças e adolescentes, é assim compreendida como “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal” (GUERRA, 2004, p1). Atos de violência física são demonstrações de uma relação social de dominação do adulto em relação à criança ou ao adolescente. Suas manifestações ocorrem mediante diferentes lesões geradas no corpo da criança, a depender da intensidade e frequência com que é utilizada. As lesões podem variar desde pequenas escoriações, ferimentos, hematomas, fraturas, queimaduras, até a morte. A violência física contra crianças e adolescentes representa uma experiência desagradável, acompanhada pelo medo, terror e submissão, pelo espanto, pelo sofrimento psíquico, constituindo-se,

Ao mesmo tempo em violência psicológica. No âmbito familiar, essas manifestações se vinculam ao uso da força e do poder na relação de superioridade ou autoridade que uma pessoa exerce sobre outra que dela depende ou que a ela esteja vinculada por laços afetivos, de parentesco ou de trabalho, dentre outros. A violência física é acobertada pelo silêncio, negação ou mentiras, e, nos casos de referência a serviços de saúde, suas marcas são muitas vezes justificadas como se tivessem sido causadas por acidentes (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p. 35).

Delfino et al (2005) explicitam vários resultados de estudos evidenciando que, em grande número de casos, os pais que maltratam seus filhos também foram agredidos pelos seus pais, o que pode levá-los a naturalizar a sua forma de ação, neste sentido, não reconhecendo o ato praticado, como violência, mas como única forma de educar seus filhos.

Tendo por finalidade, efetuar uma revisão do acervo científico existente no Brasil sobre a prática cultural da punição corporal adotada pelos pais como medida educativa de crianças e adolescentes, Lira (2009) realizou uma análise documental direta, coletando informações presentes em resumos de artigos científicos

publicados em periódicos nacionais, matérias jornalísticas e livros. A amostra da autora acima mencionada, foi composta por 65 estudos consolidados no período de 1981 a 2008. Dos 65 resumos analisados, em 94,0% a cultura da punição corporal foi apontada como método educativo adotado para disciplinar os filhos. Desse percentual (94%), 6,0 % investigaram não apenas a punição corporal como método educativo, mas também os fatores desencadeantes deste método; 26% as consequências de práticas educativas punitivas para a vida de crianças e adolescentes e 10,5 % traçaram o perfil dos familiares perpetradores dessa prática. Em 3%, foram investigados os principais tipos de punição corporal praticados. Além das informações contidas nos 94,0 % da amostra que aponta a cultura da punição corporal como método educativo, um estudo (1,5 % da amostra) analisou, exclusivamente, os fatores de risco, seguido de uma segunda análise (também equivalente a 1,5 % do total) que, separadamente, investigou os danos da prática da punição corporal, ocasionados a crianças e adolescentes. Uma terceira parte da amostra (3% do total) investigou, exclusivamente, os principais tipos de punição corporal praticados. Da totalidade dos resumos, 81,5 % eram artigos em periódicos, 7,7 % notícias jornalísticas, 3,0% livros, 1,5 % monografias, 1,5 % dissertações, 4,6 % teses. Em 80,5 % dos estudos, a violência física está presente como uma prática educativa adotada culturalmente. Observou-se que no Brasil, as publicações referentes a este objeto de estudo, são recentes, sendo encontrados raros registros anteriores aos anos 1980.

Objetivando ampliar o conhecimento sobre a construção científica do tema violência e acidentes, Souza et al(2003) realizaram, uma investigação acerca das Tendências da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Acidentes nos anos 90. Esses estudo deu continuidade a um trabalho semelhante, realizado anteriormente por Minayo; Souza e Assis em 1990, o qual consistiu em um levantamento da produção científica, desde o início do século XX, até o final dos anos 80. Nesses resultados, encontra-se demonstrada, a escassez de trabalhos entre os anos 60 e 70, em que “somente 3% da produção acadêmica era anterior à década de 60; 11 % da década de 70; e 86 % na década de 80, quando então os estudos tomaram uma direção de crescimento em número, abrangência, inclusão de temáticas e complexidade” (SOUZA et al,2003,p.49).

Quanto à investigação realizada por Souza et al, referente à produção científica brasileira sobre acidentes e violência nos anos 90, elegeu-se como foco

específico, as produções da área de saúde. Essas autoras mencionaram que a violência contra crianças e adolescentes, representou o segundo maior tema presente no consolidado das produções, sendo catalogados 105 textos. Acrescentam que os textos produzidos sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes, predominam como tema explorado na maioria dos estudos. A pediatria foi identificada como a área disciplinar que mais se destacou, apresentando a produção de 22 trabalhos, os quais abordaram principalmente, a questão da conceituação e do diagnóstico dos maus-tratos.

Assis e Constantino (2003) também comentam acerca da produção científica da área de saúde sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes, considerando o tema, o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90. As autoras acima mencionaram o grupo das crianças e adolescentes, como aquele que mereceu mais atenção e investimento por parte dos pesquisadores nos anos de 1990. Ressalte-se, de acordo com as mesmas, que mais de uma centena de textos sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes, foram catalogados na área de saúde, evidenciando deste modo, a ampliação da preocupação com crianças e adolescentes vitimizadas pelos maus-tratos, cujos principais autores, são os próprios familiares.

Os textos trataram predominantemente de revisão bibliográfica e estudos de caso. São ainda de Assis e Constantino (2003) as declarações de que em alguns estudos, existiu uma tendência de responsabilização da família, pelos atos violentos praticados contra crianças e adolescentes. Elas observaram também, que alguns pesquisadores optaram por investigar apenas determinado tipo de violência. Neste sentido, referem que “o abuso sexual figura como o tipo de violência mais presente nas publicações e o abuso psicológico, como a ausência mais sentida como tema exclusivo de trabalhos científicos. A negligência foi relatada somente por alguns autores” (ASSIS; CONSTATINO, 2003, p.175). Consideram assim, ser ainda muito recente a inclusão de outros setores de atendimento nas produções científicas da área de saúde, apontando para a necessidade do desenvolvimento de ações interdisciplinares, na perspectiva de se conhecer a qualidade do atendimento oferecido aos usuários. Assim é que para as mesmas autoras,

Os trabalho oriundos da área de saúde passam a incorporar outros setores de atendimento, em resposta ao sentimento de incompletude e frustração que os profissionais vivenciam do dia-a-dia e à real necessidade de um

atendimento multidisciplinar e intersetorial (ASSIS; CONSTATINO, 2003, p.177).

Finalizam seus comentários, mencionando dois estudos produzidos nos anos 2000, os quais abordam questões referentes à obrigação de notificar casos suspeitos ou confirmados, abordando também os problemas existentes no encaminhamento demandados pelos casos.

Quanto à negligência, é uma forma de violência que envolve também o abandono, podendo ser conceituada por dificuldades vividas pela criança, vinculadas às condutas, atitudes dos pais ou adultos responsáveis, que possam ameaçar o seu desenvolvimento. Esta modalidade de violência pode se manifestar física ou afetivamente na criança (JUNQUEIRA, 2003). Neste sentido, compreende-se que,

Representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc. e quando tal falha não é o resultado de condições de vida além do seu controle. A negligência pode se apresentar como moderada ou severa. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, as crianças são muitas vezes deixadas sós por diversos dias, chegando a falecer em consequência de acidentes domésticos, de inanição. A literatura registra, entre esses pais, um consumo elevado de drogas, de álcool, uma presença significativa de desordens severas de personalidade (GUERRA, 2004, p.1-2).

Acredita-se que a negligência representa a forma de violência mais comum, praticada por pais contra seus filhos. Comportamentos negligentes fazem parte do cotidiano de muitas famílias. Independentemente da classe social, muitos pais ou responsáveis procedem de maneira desapropriada em relação aos seus filhos. Neste contexto, a negligência é considerada por Souza (2009) uma sub-modalidade de violência de difícil conceituação e identificação, explicando que em várias situações, não existe a sua intencionalidade por parte dos pais, estando mais relacionada ao seu desconhecimento e à falta de esclarecimento quanto ao desenvolvimento da criança, bem como às práticas de cuidados de que a criança necessita. A autora enfatiza que embora seja preciso responsabilizar os pais a respeito das consequências de atos negligentes contra seus filhos, não se pode afastar a idéia da necessidade de se efetuar um trabalho de cunho educativo no sentido do cuidado e proteção dos filhos. Percebe-se que os pais podem negligenciar os filhos em qualquer idade, em que se observam situações de omissão

e exposição a riscos relacionados a aspectos diversos das suas vidas, faltando-lhes o provimento das necessidades essenciais como alimentação, vestimenta, educação, assistência à saúde e segurança.

Violência sexual “é toda ação na qual uma pessoa em situação de poder, obriga outra, à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas” (DAY et al, 2003, p.2-3). É diferenciada em abuso sexual e exploração sexual de cunho comercial. Em uma análise geral, classifica-se o abuso sexual em intrafamiliar e extra-familiar. Quanto à exploração sexual, está classificada em prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais (FALEIROS, 2007).

Em se tratando de crianças e adolescentes, o abuso sexual é compreendido como “o envolvimento de crianças e adolescentes, por adultos, mediante o uso da força física ou da sedução, objetivando a satisfação e o prazer destes, em atos ou jogos e práticas sexuais” (NEGRÃO et al, 2005, p.27). Geralmente é praticado por adultos que gozam da confiança dos mesmos, tendo também a característica de, em sua maioria, serem incestuosos. O abusador pode utilizar-se da sedução ou da ameaça para atingir seus objetivos não tendo que necessariamente praticar uma relação sexual genital para configurar o abuso (BRASIL, 2002). Nestas circunstâncias, considerando a condição de dominação mencionada da qual o adulto desfruta, ressalta Guerra (2004) que “em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré” (GUERRA, 2004, p.1).

Parece ser no contexto familiar, onde se dá a ocorrência da maior parte dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo praticada na sua maioria, por pessoas que desempenham o papel de cuidador e que independentemente desses autores terem laços consanguíneos ou não com a criança, a relação é considerada incestuosa. Inicialmente o autor aproveita-se da relação de confiança e afeto que desfruta junto à criança, para assediá-la sutilmente, sendo o abuso intensificado gradualmente, sem que a criança se aperceba. A partir do momento em que ela toma consciência da situação, o autor a ameaça na tentativa de manter o sigilo (HABIGZANG; KOLLER, 2006).

Três conjuntos de fatores estão relacionados ao impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes: Os fatores intrínsecos à criança, os fatores extrínsecos e os fatores relacionados com a própria violência sexual. Destes fatores menciona-se que “os fatores extrínsecos à criança estão relacionados com fatores

de riscos e de proteção da sua rede de apoio social e afetiva” (HABIGZANG; KOLLER, 2006, p.238).

É certo que existe um grande avanço no sentido de gerar informações relativas à ocorrência deste tipo de violência contra crianças, no entanto, acredita-se que os números são ainda subestimados, uma vez que uma quantidade considerável de casos se mantém muito tempo em sigilo, não sendo denunciada aos órgãos de proteção. Assim sendo, mesmo não se conhecendo em todos os lugares do mundo dados precisos sobre o abuso sexual, presume-se que a sua incidência é elevada e relevante em relação aos efeitos negativos que produzem na subjetividade das vítimas e de toda sua família. Estes efeitos atingem de diferentes maneiras o desenvolvimento das crianças e adolescentes vitimizadas (AZEVEDO;GUERRA,2004; NEGRÃO et al, 2005;HABIZANG;KOLLER,2006). Neste contexto, a Constituição Federal estabelece punição severa para o autor de abuso, violência e exploração sexual contra a criança e o adolescente (BRASIL, 2008).

Cotidianamente, noticiários informam sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, relatando alguns aspectos presentes: Os casos notificados são de vítimas do sexo feminino; em grande parte existe uma maior proximidade entre o autor e a vítima, sendo este autor, na maioria dos casos, o próprio pai. Observa-se também que o padrasto é o autor segundo colocado em números dessa ocorrência. Para finalizar, dificilmente, nestes casos observa-se a presença de punição física associada à violência sexual.

Violência psicológica ou simbólica representa o tipo de violência de maior dificuldade para identificação. “É a forma mais subjetiva, embora seja muito frequente, a associação com agressões corporais. Deixa profundas marcas no desenvolvimento, podendo comprometer toda a vida mental” (DAY et al, 2003, p. 5). Afetando de forma negativa a vida de crianças e adolescentes, este tipo de violência abrange atitudes e comportamentos como agressão mental, ameaça de dano, abuso emocional, ridicularização (MOREIRA;CENTA,2003). Palavras depreciativas e discriminatórias, por exemplo, nem sempre são reconhecidas como violência psicológica de pais contra filhos. Acredita-se que,

Diferentemente da violência física, a violência psicológica não deixa traços imediatamente visíveis no corpo, mas destrói a auto-imagem do violentado e se manifesta no comportamento da criança ou do adolescente. Essa violência provoca

traumas psicológicos que afetam o psiquismo, as atitudes e as emoções, traduzindo-se até mesmo na incapacidade da criança em interagir socialmente dentro das condições consideradas próprias de sua idade, podendo tornar-se passiva ou agressiva (FALEIROS;FALEIROS,2007,p.36).

Percebe-se que, infelizmente, muitas famílias brasileiras sentem dificuldades para compreender que os seus filhos, desde o nascimento, são cidadãos que possuem direitos e que cabe, inicialmente, aos pais garantirem esses direitos. “Ao nível internacional, o Brasil integra o contingente de países que não mantêm estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica contra crianças e adolescentes, assim como não realizam estudos sistemáticos sobre incidência e prevalência do fenômeno” (AZEVEDO,2007, p.1). Este contexto motivou a pesquisadora acima citada, a iniciar uma investigação de maneira mais sistemática sobre as informações brasileiras e assim manter a realização de levantamentos que subsidiassem a construção de um banco de dados nacional, contribuindo para que,gradativamente, se possam desvelar as muitas faces da violência contra crianças e adolescentes. Assim, publica em 2007, os resultados dos estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos da Criança- LACRI. Em uma síntese destes resultados, a série histórica revela dados de casos ocorridos em 170 municípios, localizados em 22 unidades da Federação Brasileira, ocorridos entre os anos de 1996 a 2007, em que foram notificados 159.754 casos de violência contra a criança e o adolescente em suas diferentes modalidades. Do total de casos notificados, 41,1 % corresponderam a casos de negligência, seguidos de 31,0% de casos de violência física, 16,6 % de violência psicológica, 10,9% de violência sexual. Os casos de violência fatal, somente estiveram presentes nas estatísticas deste estudo, a partir de 2000, correspondendo a 532 (0,3% do total) crianças e adolescentes assassinados por suas famílias. (AZEVEDO, 2007, p.2).

CAPITULO II - A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA.

O caminho percorrido pelo ECA tem, como marco referencial, a Constituição Federal de 2008 que, a partir da sua promulgação, desencadeou um processo de grandes mobilizações dos movimentos sociais no sentido de agilizar a sua aprovação. O seu principal ganho diz respeito ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito.

Posterior a esta aprovação, constatam-se alguns avanços relacionados a indicadores de saúde dessa faixa etária, entre eles, a redução da taxa de mortalidade infantil de 49 para 24/1000 nascidos vivos (ZEVALLOS, 2009) devida principalmente ao desenvolvimento de uma política de atenção à saúde da criança. Comprova-se o grande empenho presente nessa trajetória com o intuito de contribuir com o cumprimento das diretrizes da política de atendimento determinadas pela lei.

Embora sejam inegáveis os avanços ocorridos no sentido de assegurar esses direitos à criança e ao adolescente, a completa consolidação do ECA ainda necessita ser concretizada, representando assim um grande desafio (LORENZI, 2007). Comprovadamente, ainda existe o que se conquistar quando nos referimos, por exemplo, a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes. Contudo, o ECA representa o ponto culminante na mudança de paradigma idealizada durante séculos, contribuindo para a reflexão e mudanças de atitudes na referência aos direitos humanos (ROMARO;CAPITÃO,2005).Neste contexto, “O cumprimento dos seus 267 artigos, deve ser considerado um desafio para todos” (MONTEIRO FILHO, 2000, p.1).

Ao referir-se à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, o Art. 5º do ECA determina que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Para tanto, fica garantido no artigo 13 do mesmo documento que, “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade,

sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990). Incluídos nestes casos de maus tratos, encontram-se aqueles provocados por pais contra seus filhos.

Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Faz-se necessário compreender que o processo de criação dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente como também do Conselho Tutelar, ocorreu como meio de assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais contidos no artigo 204¹ da Constituição Federal, que estabelece que as ações governamentais na área da assistência social, realizar-se-ão mediante aos princípios da descentralização e da participação popular na definição de suas ações. Tanto o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente como o Conselho Tutelar, têm a “função precípua de defender o cumprimento da Lei que define direitos às crianças e aos adolescentes e afirma deveres à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público” (IOB, 2001, p.10).

Compreende-se deste modo, que sendo o Conselho Tutelar o órgão centralizador de denúncias e notificações acerca de situações, as quais demonstrem risco ou violação dos direitos de crianças e adolescentes, a sua criação em todos os municípios, foi uma das formas de garantir a viabilidade de implantação do ECA. Além do que garante a participação da população nas discussões e decisões das questões referentes ao desrespeito aos direitos das crianças e dos adolescentes. A participação da comunidade faz-se, de forma privilegiada e não exclusiva, através de representação do movimento social organizado (BARROS, 2005).

Neste sentido, Carvalho (2006) afirma que o Conselho Tutelar representa uma das principais inovações contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Garante-se a sua autonomia a fim de que “Possa exercer com fidelidade seu encargo social de zelar pelo cumprimento dos direitos definidos no Estatuto,

¹ Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: **I** - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; **II** - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis

combatendo tudo que ameaça e viola os direitos das crianças e dos adolescentes” (IOB, 2001, p.10).

A atuação do Conselho Tutelar tem início em todas as situações em que os direitos de crianças e adolescentes estiverem ameaçados ou forem violados das mais diversas formas, seja pela sociedade, Estado, pais ou responsável, ou, ainda, como resultado de seus próprios atos. A rotina de um conselheiro tutelar envolve o contato direto com a clientela que busca atendimento. Para tanto, a fim de se obter resultados eficazes, um conselheiro deverá desenvolver algumas habilidades como a escuta qualificada, compreensão e discernimento em cada situação, de forma a contribuir para a obtenção de resultados positivos de acordo com a necessidade que o caso dispense (PRÓMENINO, 20052).

Os casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes atendidos pelos diversos Conselhos Tutelares existentes no país, chegam ao seu conhecimento por meio de variadas formas, sendo mais comum a denúncia, que poderá ser feita pessoalmente, por escrito ou por telefone. Após atendimento inicial, o conselheiro busca elementos para melhor apropriação sobre o caso, a fim de que seja estudado de forma minuciosa. Para complementar sua análise, o Conselho Tutelar procede os encaminhamentos necessários para os diversos serviços de apoio disponíveis nas áreas de educação, saúde, previdência, serviço social e segurança.

Estudo realizado por Melo (2008) reconhece a importância dos papéis desempenhados por policiais, promotores de justiça, defensores públicos e juízes no sentido de garantir os direitos e necessidades de crianças e adolescentes expostos, direta ou indiretamente, à situação de violência doméstica. No entanto, o citado autor esclarece que, neste aspecto, a atribuição do Conselho Tutelar, é atender crianças, adolescentes, pais e responsáveis, aplicando as medidas protetivas necessárias, providenciando encaminhamentos a programas de atendimento à família ou ao Ministério Público, nos casos de infrações contra os direitos de crianças e adolescentes. Mas, para se garantir o cumprimento das medidas protetivas mencionadas, faz-se necessário o acompanhamento do caso, de forma

² É um dos programas da Fundação Telefônica mais importantes no mundo, com diretrizes e metas definidas internacionalmente, que buscam contribuir para o desenvolvimento social e a proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Organização não governamental, criada com o objetivo de contribuir para a consolidação dos direitos da criança e do adolescente, fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

efetiva, certificando-se da qualidade do atendimento. Nestas circunstâncias, a principal função do Conselho Tutelar não deve ser a de “tentar” a resolução de problemas, mas sim desenvolver o papel de mediador, promovendo o diálogo e aplicando os conhecimentos necessários para conduzir o processo de encaminhamento dos envolvidos, aos serviços de apoio, desta forma contribuindo para a redução da violência (CARVALHO, 2006). Aplicando-se aos diversos Conselhos Tutelares afirma-se que,

A ampliação desse espaço social abre caminho para que crianças e adolescentes não sejam somente ‘tratados’ como caso de justiça e de polícia, mas que todo um aparato de profissionais e instituições possa intervir em prol de suas causas específicas; ou seja, a intervenção do Estado nesta faixa de idade e em suas famílias se alarga (BARROS, 2005, p. 139).

Assim sendo, para um desempenho mais eficiente, o conselheiro precisa ter uma boa aproximação com a comunidade usuária do serviço, sendo indispensável proporcionar um atendimento em que as pessoas possam se sentir acolhidas e valorizadas. Neste sentido, resultados contidos em estudo realizado por Costa et al(2007) apontam para a necessidade de se reavaliar a dinâmica de funcionamento dos Conselhos Tutelares, uma vez que em grande parte dos municípios, o horário de atendimento, obedece ao horário comercial, não funcionando efetivamente durante o período noturno, finais de semana e feriados. Igualmente, consideram ineficientes os métodos de divulgação dos mecanismos de denúncia, a exemplo do serviço de "Disque Denúncia". Atender a estas necessidades de mudanças administrativas, fornecendo melhores condições de funcionamento, resultará, segundo as pesquisadoras, em maior participação da comunidade no enfrentamento e prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Redes de Apoio Social e Pessoal: Possibilidade de resiliência.

A descrição do trabalho desenvolvido pelo Conselho Tutelar evidencia o seu papel de disparador das redes de serviços de apoio, buscando desenvolver competências, por meio da valorização das potencialidades humanas, com a finalidade de melhorar a saúde das comunidades (MILANI; LOUREIRO, 2007). Em seu artigo 86, o ECA esclarece que “A política de atendimento dos direitos da

criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da união, dos estados do distrito federal e dos municípios” (BRASIL,1990,p.22). A este conjunto articulado de ações interdisciplinares e interinstitucionais, denomina-se rede de apoio, que ao referir-se às situações de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, é denominada, rede de apoio às famílias de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar.

A conceituação de rede de apoio social está presente em diferentes estudos, numa demonstração da sua importância para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. A palavra rede tem origem do latim *retis* que significa, de acordo com o dicionário de Aurélio (2010) um “entrelaçamento de fios, cordas com aberturas regulares fixadas por malhas que formam uma espécie de tecido”. Fundamentando-se em seu significado, é que a palavra rede, vem sendo empregada em diferentes situações que tenham a concepção de um trabalho articulado e interligado. Remete à “idéia de fluxo, movimento, indicando uma aproximação com as mais variadas áreas de conhecimento” (ACIOLI, 2007, p.2).

Define-se, assim, rede de apoio social, como “o conjunto de sistemas de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo” (BRITO; KOLLER, 1999, p.115). Explicam essas autoras, que associado ao apoio social encontra-se o elemento afetivo, tendo em vista a sua importância na construção e na manutenção do apoio, demandando uma avaliação complexa e continuada do contexto, no qual a pessoa encontra-se inserida, considerando a sua história, o momento atual, bem como as características não apenas do indivíduo, mas também das pessoas com quem mantém vínculos.

Diversos campos do conhecimento há muito exploram o tema das redes de apoio social: a sociologia e a antropologia dando ênfase ao número e aos tipos de contatos sociais estabelecidos pelos indivíduos em seu ambiente; a psicologia prioriza a investigação sobre a influência que as redes sociais exercem no desenvolvimento dos indivíduos durante seus ciclos de vida. Assim, a família constitui a primeira rede de apoio de que dispomos iniciada precocemente através das primeiras relações de apego que mantemos (SIQUEIRA, 2006).

Brito e Koller (1999) compreendem que a família e as amizades, desempenham de maneira intercalada, papéis importantes, não apenas para o desenvolvimento sócio emocional dos seus membros, mas também para a

construção das suas redes de apoio social. Salientam três aspectos que auxiliam a identificar a diferenciação entre relacionamentos e laços afetivos:

Primeiro, os relacionamentos são diádicos e os laços afetivos correspondem a uma característica da pessoa, que estão inscritas na sua organização interna. Segundo, relacionamentos podem ser permanentes ou transitórios, já os laços afetivos são duradouros. Terceiro, o relacionamento entre duas pessoas se dá na história de suas interações, envolvendo diversos componentes, que são desconsideráveis para a formação de laços afetivos (BRITO; KOLLER, 1999, p.119-120).

Compreende-se assim, que redes de apoio social e afetivo, bem estruturadas, desempenham um papel positivo na vida das pessoas, contribuindo para a prevenção de casos de violência.

As redes são formadas por indivíduos dotados de pensamentos e opiniões. Importante ressaltar que elas são ao mesmo tempo dinâmicas e constantes, existindo um movimento de inclusão e exclusão de pessoas das redes de apoio umas das outras, durante as diversas etapas do ciclo de vida de cada indivíduo (BRITO; KOLLER, 1999). Neste pensamento, é que Agudelo (2000) chama a atenção ao se referir a uma rede, em que conforme explica, trata-se de uma construção que demanda intervenções distintas, seja em relação a equipes interdisciplinares, distintos atores e também em relação a distintas instituições. O autor vem concluir que uma rede representa uma **resposta inter**: interconhecimentos, interdisciplinar, interinstitucional, interprofissional e intersetorial. Reflete que o fenômeno da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, representa uma realidade complexa e que “se a realidade não fosse assim, não necessitaria de rede” (AGUDELO, 2000, p.51). Para ele, se a realidade fosse particular, simples e pontual, exigiria-se uma resposta simples, resolvida a partir de uma única instituição, ator ou profissional. Representações extremistas da violência intrafamiliar praticadas contra crianças e adolescentes, ora simplistas, ora extremamente moralistas contribuem para que as possibilidades de resolução enfraqueçam-se.

Guerra (1996) vem contribuir para a organização de redes de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes, esclarecendo a respeito de alguns pressupostos básicos. A este respeito, explica que

Estas redes são, na verdade, uma forma de organização pautada pela ética, com estrutura horizontal, autônoma, na qual a participação é incentivada, a diversidade valorizada e o protagonismo desenvolvido... Em momentos iniciais as redes de combate à violência doméstica devem necessariamente reunir representantes do poder público e das organizações da sociedade

civil. Isto porque todos os casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, por força do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), devem ser obrigatoriamente notificados ao Conselho Tutelar de cada município e à Justiça da Infância e da Juventude (que estabelece as medidas protetivas para a vítima, o tratamento compulsório do agressor e da família, a criminalização do agressor, etc.). Os tratamentos geralmente são feitos em organizações da sociedade civil. Além disso, tais casos podem ser notificados a partir de creches infantis, escolas, hospitais, etc., portanto, advém tanto do poder público quanto das organizações da sociedade civil (GUERRA, 1996, p.4).

A autora mencionada nos orienta que a construção de um trabalho em rede, dá-se mediante ações coletivas, sendo importante atentar para que não se confunda a rede com mais um serviço, mas que a conceba enquanto atuação integrada e intersetorial das organizações que desenvolvem suas atividades com crianças, adolescentes e suas famílias como também com o envolvimento da própria família.

Cassol e De Antoni (2006) consideram que tanto a família como os demais contextos em que as pessoas transitam, podem ser considerados parte de sua rede de apoio. Entre as principais funções da rede social destacadas pelas autoras mencionadas, elegeram-se como mais importantes, a companhia social favorecida pela convivência e o apoio emocional, proporcionado pela interação com a compreensão, o estímulo e o acolhimento.

Recomenda-se que se desenvolvam mecanismos de estímulo às pessoas, de forma a possibilitar a manutenção e o desenvolvimento de redes de apoio social e afetivo que sejam fortes e de qualidade (BRITO;KOLLER, 1999). Imagina-se que as redes, sociais e afetivas, sejam oportunidades de se demonstrar solidariedade durante episódios em que o indivíduo ou a família passam por experiências difíceis. Assim, em determinados momentos são as redes afetivas, constituídas principalmente pelas pessoas mais próximas, as quais lhes dão segurança durante essas experiências. Compreende-se, que os serviços que integram as redes sociais de apoio às famílias de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar, precisam estar articulados, a fim de que se garanta o suporte de intervenção nas inúmeras situações que se possam apresentar.

Didaticamente, as redes de apoio são comparadas a uma escolta, numa interpretação de que, sejam “sistemas ambientais que impulsionam e protegem a pessoa no seu desenvolvimento” (BRITO; KOLLER, 1999, p.122). A expressão escolta encontra-se aqui aplicada para representar as diversas “camadas protetivas, ou seja, a pessoa é envolvida por sua família, amigos, parceiros comunitários, que a

circundam e a ajudam a enfrentar os desafios da vida e a compartilhar suas experiências” (BRITO; KOLLER, 1999, p.122).

Resiliência: Elo e Sentido

Apontada nos processos e condições que possibilitam as superações de crises, encontra-se a resiliência (YUNES, 2003). A aplicação do conceito à psicologia, não ocorre de maneira tão clara, como ocorre na área das ciências exatas, de onde o termo se originou. Diferentemente das ciências exatas, a aplicabilidade do termo para a análise de fenômenos ocorridos no humano, implica considerar a complexidade e multiplicidade de fatores e variáveis inerentes ao indivíduo (YUNES; SZYMANSKI, 2005).

Historicamente, registra-se a utilização do conceito de resiliência pela primeira vez, em 1807, por Thomas Young, adotando-o para materiais que considerava bastante resilientes à deformação, isto é, apresentavam a capacidade de absorver energia, mantendo sua forma (LIBÓRIO; CASTRO; COÊLHO, 2006).

Relativamente recente resiliência vem sendo estudada há cerca de trinta anos na área das ciências humanas, cujo conceito encontra-se ainda em fase de discussão e debate. Entretanto, ressalte-se que a sua aplicabilidade a seres humanos, é diferente da aplicabilidade a materiais. Neste sentido, autores como Junqueira e Deslandes (2002) conceituam a palavra **resiliência** como a capacidade de superação ou adaptação, desenvolvida pelas pessoas, quando expostas a uma situação reconhecida como de risco

No Brasil, a aplicabilidade da palavra às ciências sociais e humanas, continua desconhecida para um número representativo de pessoas, estando restrito a um número reduzido de estudiosos (Yunes (2006). No entanto, apesar de ainda encontrar-se neste estágio de desconhecimento, Sapienza; Pedromônico (2005) defendem que o conceito de resiliência já contribuiu para o desenvolvimento de estudos importantes, gerando discussões de várias ordens sobre os modos de enfrentamento de condições de risco. Assim sendo, sugerem ser este o momento de pôr em prática os conhecimentos sobre o tema, de forma a promover condições para que um número maior de crianças expostas a situações traumáticas possa dispor de

mecanismos para o seu enfrentamento. Compreende-se que o conceito de resiliência aplicado a seres humanos, mantém uma correlação com os conceitos de risco, vulnerabilidade, estresse e coping, os quais demandam não só esclarecimentos, mas também a necessidade de diferenciação entre os mesmos (SANTOS; DELL'AGLIO, 2006).

Desta maneira, Libório; Castro; Coêlho (2006) explicam que a discussão sobre resiliência não se efetua de forma dissociada dos conceitos acima mencionados os quais estão relacionados ao desenvolvimento humano, e que abordar o tema resiliência de forma dissociada dos temas mencionados, significa não aprofundar a complexidade que o conceito exige. Incorre-se no risco de se efetuar uma análise apenas ideológica, baseada em uma ótica determinista do ser humano que pode trazer como resultado, uma classificação excludente e que tão somente rotula pessoas ou comunidades como resilientes ou não resilientes.

Ressalte-se que as investigações sobre resiliência, apresentam-se sobre diferentes perspectivas. Em psicologia, essas investigações ocorrem sob dois enfoques; uma corrente de estudiosos considerados tradicionalistas discute resiliência enfocando aspectos individuais e psicopatológicos do ser humano. Enfatizam que o fenômeno é uma característica individual que pode se encontrar presente, ou não, nas pessoas.

Dessa maneira, o produto das discussões enfatiza que o fenômeno representa uma capacidade inerente ao indivíduo, uma característica individual que pode se encontrar presente, ou não, nas pessoas. Ao contrário dessa concepção, a psicologia positiva, numa visão contemporânea, procura discutir a resiliência na perspectiva de compreender aspectos saudáveis e exitosos do grupo familiar. Embora ainda em fase incipiente, esses estudos intencionam contribuir para a desconstrução do “panorama “negativo” no qual o mundo familiar tem como figura principal os desajustes e conflitos” (YUNES, 2006, p.64). Essas investigações demonstram que a resiliência representa uma resposta de cada indivíduo ao risco a que se está exposto, significando que os mesmos fatores de estresse podem ser vivenciados de maneira distinta por diferentes pessoas (COSTA, 2010).

Conclui-se que as investigações sobre o tema demonstram certa variação. Neste contexto, apesar de existirem estudos que enfocam aspectos negativos da convivência familiar, utilizando um discurso hegemônico, focado nos aspectos psicopatológicos do indivíduo (CASSOL; De ANTONI, 2006) a psicologia positiva

busca investigar os fenômenos indicativos de vida saudável das famílias. Predominam assim nessas discussões, o fortalecimento dos aspectos sadios e de sucesso do grupo familiar, neste sentido contribuindo para a reversão de visões estigmatizadoras (YUNES, 2006).

Considera-se pertinente refletir-se acerca de estudos brasileiros sobre resiliência em famílias. Algumas proposições contidas nos resultados desses estudos ilustram que, a vinculação dos membros de uma família a uma rede social, conjuntamente com atitudes de sensibilização adotadas pelos pais, no trato com seus filhos, influencia de forma positiva, a atenuação dos efeitos negativos dos riscos a que estão expostos (SILVA et al, 2009). Considera-se que

Famílias resilientes são as que resistem aos desajustes causados pelas mudanças e enfrentam às situações de crise com respostas adaptativas no sentido do bem estar do grupo. Para isto é fundamental ao avaliar estas famílias, que seja considerada sua inserção na comunidade e a importância de se criarem espaços que proporcionem orientação e apoio. (CASSOL; De ANTONI, 2006, p.183).

Nesta linha de pensamento, resiliência contribui para mostrar o potencial das pessoas. Durante toda a vida lida-se com adversidades, oportunidades em que são utilizados diversos mecanismos de enfrentamento e adaptação numa comprovação da força latente e da capacidade de superação existentes em cada pessoa. Entende-se dessa maneira, que não se pode conceber resiliência como prerrogativa de poucos. Parece que resiliência neste sentido, pode ser comparada a uma habilidade a ser construída e remete à compreensão do indivíduo na sua integralidade, cidadão integrante de uma comunidade, exposto aos mais diversos tipos de riscos, e que apesar destes riscos ou situações adversas que fazem parte do seu cotidiano, empenha-se no enfrentamento de seus problemas e busca a sua reorganização, se fortalecendo, a partir de uma rede de suporte pessoal e institucional.

Explica Rutter (2007) que algumas pessoas adotam opiniões extremistas acerca dos seres humanos, taxando algumas pessoas como inerentemente resilientes ou vulneráveis. Para esse autor, comportamentos desse tipo, induzem à interpretação de que existe uma falta de esclarecimento sobre o conceito de resiliência. Acrescenta que,

As pessoas podem ser resilientes com relação a algumas experiências, mas não resilientes em relação a outras. Igualmente, podem ser resilientes com relação a alguns impactos, mas não a todos. Acredito que existam

algumas situações que sejam tão profundamente danosas que uma grande maioria dos indivíduos sejam adversamente afetados. Não obstante, mesmo com as piores experiências, há variação individual e, daí, uma graduação de resiliência não está fora de questão (RUTTER, 2007, p.25)

Desde o nascimento o ser humano demonstra mecanismos para a resolução de conflitos. Alguns, mais persistentes buscam desenvolver mecanismos diversos para esta resolução. Por outro lado, outras pessoas mostram-se desinteressadas e pessimistas na busca de resolução para os seus problemas. Seus próprios mecanismos de resiliência constituem uma das formas de protegê-las dos efeitos da violência. A este respeito, Gonçalves (2003) considera que a capacidade de uma criança dar respostas adaptativas frente às adversidades, sem que haja interferências sobre o seu desenvolvimento, têm uma grande influência da qualidade da relação estabelecida entre ela e seus pais.

Este ponto de vista é também defendido por Avanci (2007) ao compreender que “a resiliência é uma capacidade construída desde o nascimento e, se cuidada e bem desenvolvida, oferece proteção às crianças, adolescentes e adultos para lidarem com adversidades da vida” (AVANCI, 2007, P.22). Imagina-se que durante todas as fases do ciclo de vida do individuo existirá uma exposição a situações e variadas experiências, e que, ser resiliente dependerá tanto das características individuais, como também das características ambientais, a que se está exposto (De ANTONI et al, 1999).

O professor Jacques Lecomte (2007) ao ser questionado acerca dos fundamentos essenciais do processo de resiliência propôs um modelo a ser adotado para crianças e jovens, denominando-o de **triângulo da resiliência**. Sugere que os adultos manifestem um elo e estabeleçam regras, permitindo ao jovem “apoiar-se nisso para criar sentido em sua vida” (LECOMTE, 2007, p.8). O elo é traduzido por Lecomte como o apoio humano, essencial na reconstrução do indivíduo, deste modo, “não se é resiliente sozinho”. Quanto ao sentido, existe esta busca por parte daqueles que sofreram traumas. Esforçam-se na tentativa de encontrar não apenas explicações para os acontecimentos, mas, também, a maneira de reverter esta adversidade em algo positivo a seu bem e do seu entorno.

Compreende-se que diante do enfrentamento da realidade cotidiana de crescentes e rápidas mudanças, o ser humano encontra-se exposto a situações adversas. As quais são vivenciadas, e que testam a capacidade de enfrentamento

de cada pessoa. Neste contexto, se é resiliente quando diante destas situações desafiadoras revelam-se as potencialidades ao se responder de maneira positiva, à presença do risco. (SILVA; ELSEEN; LACHARITÉ, 2000).

Sendo um processo em construção, é também dinâmico e relativo, não se garantindo que os indivíduos sejam resilientes de uma maneira perene e em todas as situações da vida que lhes afetem (De ANTONI et al, 1999). “A resiliência, entendida como a capacidade de superar as situações adversas, é um esforço do ser humano de todos os tempos”(ROCCA, 2007, p.17).

Representa “um processo complexo que abre novas perspectivas e contribui para desconstruir as concepções mais estanques e deterministas, segundo as quais crianças e adolescentes que sofrem violência intrafamiliar seriam necessariamente futuros agressores” (BARROS, 2005, p. 62).

Diante de uma mesma situação e fatores, indivíduos reagirão de maneiras diferentes ao ocorrido. Rocca (2007) vem assim contribuir explicando que “o paradigma da resiliência, sem desconhecer a relevância dos estudos anteriores, propõe uma mudança de ótica, centrando a observação nas capacidades, dos indivíduos e grupos, em resistir e refazer-se após experiências de grandes sofrimentos” (ROCCA, 2007, p.17). Para ela, ao invés de valorizar os efeitos negativos das situações a que se está exposto, a tentativa deve ser de descobrimento das forças positivas que o individuo pode contar, bem como as capacidades pessoais a serem utilizadas para que possa reagir e reconstruir-se após as adversidades a que estará exposto ao longo da sua vida.

Com estas afirmações, compreende-se a resiliência como o produto da harmonia entre os fatores favoráveis inerentes ao próprio indivíduo e aqueles acionados por ele, através da sua rede de apoio, denotando, assim, a necessidade de sedimentação, composta por serviços e pessoas, cuja teoria de trabalho privilegie o indivíduo no contexto social em que se encontra inserido, ao contrário do modelo hegemônico, focado em aspectos individuais. Em termos comparativos aos modelos de atenção à saúde, seria romper com o modelo hegemônico centrado na doença, para um modelo coerente com a condição de saúde da comunidade. Para Ceconello (2003) “a ausência de uma rede de apoio, por outro lado, contribui para o isolamento social das famílias, aumentando o risco para a violência doméstica” (CECONELLO, 2003, p. 72). Observa-se que há uma expectativa de que os recursos existentes nas

redes de apoio às famílias em situação de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes devam contribuir para seu enfrentamento e superação.

CAPÍTULO III - INVESTIGAÇÃO

A presente investigação teve como **objetivo geral**, compreender o processo de superação das famílias em que ocorreram episódios de violência intrafamiliar contra seus filhos residentes em Petrolina, a partir do acionamento do Conselho Tutelar e de outras instituições da rede de apoio social e afetiva. Enquanto os **objetivos específicos** foram: 1. Identificar famílias com relato de superação da violência decorrente da intervenção das redes de apoio pessoal e social; 2. Avaliar o tipo de participação da rede de apoio social e pessoal acionada pelas famílias para a superação da violência, segundo os relatos obtidos; 3. Identificar e analisar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias no uso dos serviços da rede de atenção às famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar; 4. Identificar e analisar as principais justificativas apresentadas pelas famílias para terem superado ou não, a violência.

O Conselho Tutelar foi selecionado, tendo em vista ser o órgão centralizador de denúncias e atendimentos a todos os casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes. Foram investigados 973 prontuários referentes aos atendimentos no ano de 2008, procedendo-se, assim, a seleção dos casos de violência, contra crianças e adolescentes. Desse total, 42,24 %) tratavam de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Apesar da instalação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência- SIPIA, instrumento de registro e monitoramento contínuo da situação de proteção à criança e ao adolescente, o Conselho Tutelar de Petrolina, ainda não dispõe de sua efetiva operacionalização. Assim sendo, houve a necessidade de consulta individual minuciosa aos relatos e observações contidas no total de prontuários, a fim de realizar, com qualidade, a seleção daqueles que se enquadraram no objeto da pesquisa. Os casos com informações pouco elucidativas foram esclarecidos mediante consulta junto ao conselheiro responsável pelo atendimento. Neste contexto, colher estas informações, intencionava reunir elementos que possibilitassem a caracterização das famílias atendidas pelo Conselho Tutelar de Petrolina, no ano de 2008, com queixas de violência intrafamiliar. Com base nesta primeira construção através dos prontuários

selecionados, buscou-se identificar as famílias com relato de superação da violência, em decorrência da intervenção da rede de apoio afetivo e social. Nesta perspectiva, intencionava-se avaliar o tipo de participação da rede de apoio social e afetiva das famílias selecionadas, na tentativa de superação da violência. De forma complementar, identificaram-se as principais dificuldades enfrentadas por estas famílias no uso dos serviços que compõem a rede de apoio social.

Procedimentos Metodológicos

Na primeira fase, os dados foram coletados por meio de análise documental, que significa a representação, de forma condensada, da informação para facilitar a sua consulta e armazenagem (BARDIN, 2006). A consulta aos prontuários teve como principal finalidade, selecionar as ocorrências de violência intrafamiliar, para posteriormente, proceder à escolha das famílias para o estudo de caso.

Neste sentido, Martins (2008) defende que, em se tratando de um estudo de caso, realizar uma pesquisa documental facilita não apenas o entendimento do caso, como também confirma diversas informações levantadas por outros instrumentos ou fontes, resultando, assim, em um documento com resultados mais confiáveis. A fonte de consulta foram os prontuários de famílias de crianças e de adolescentes em situação de violência intrafamiliar, atendidas no Conselho Tutelar de Petrolina, em 2008. Utilizou-se, como instrumento, um protocolo de pesquisa (Apêndice A), contemplando informações referentes às características sócio demográficas dos participantes incluindo: idade, sexo, escolaridade, estado civil, ocupação, tempo de convivência, grau de parentesco com a criança, tipo de violência praticada, uso de álcool e drogas, renda familiar, encaminhamentos e ações de apoio efetuadas. O acesso às informações somente ocorreu após autorização da Secretaria de Ação Social e Trabalho da prefeitura de Petrolina, mediante assinatura de carta de anuência. Para a coleta das informações utilizaram-se os prontuários de atendimento às famílias.

Uma vez que o Sistema de Informações- SIPIA ainda não se encontrava em pleno funcionamento, as informações coletadas durante as entrevistas realizadas pelos conselheiros eram preenchidas em formulários e acondicionadas em pastas individuais selecionadas por ordem alfabética, constituindo, assim, o prontuário de atendimento. Estes prontuários são manipulados pelo conselheiro responsável pelo

atendimento do caso e guardados em arquivos durante o ano vigente. Após os encaminhamentos e encerramento do ano, os prontuários são separados, em ordem alfabética e arquivados em armário, em gavetas separadas, identificadas por ordem de conselheiros. A sala que contém estes armários mantém-se fechada funcionando, apenas, para este fim.

Manteve-se uma rotina diária de consulta aos prontuários, mediante leitura minuciosa dos seus conteúdos. A fim de facilitar o entendimento, como também o esclarecimento de dúvidas, os prontuários foram selecionados, estabelecendo-se uma ordem de consulta a todos os registros de atendimento realizados por cada conselheiro. Os prontuários eram então selecionados de acordo com o conselheiro responsável pelo acompanhamento do caso. Assim, foram organizados cinco blocos de prontuários, os quais foram investigados, detalhadamente, mediante análise documental, na perspectiva de responder às informações constantes no instrumento de coleta (apêndice A). Utilizando como norteadores os estudos de Algeri (2001) e Costa et al (2007), buscou-se construir um roteiro unificado, o qual possibilitasse a inclusão de dados referentes à caracterização sócio demográfica das famílias, como também colher informações acerca dos encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar, aos serviços de atenção às crianças, adolescentes e a suas famílias em situação de violência intrafamiliar. No entanto, principalmente em relação ao autor da violência praticada, informações fundamentais encontravam-se incompletas ou inexistentes, de certa forma prejudicando a construção pretendida, uma vez que conhecê-las viabilizaria uma identificação mais completa das características das famílias atendidas pelo Conselho Tutelar de Petrolina, no ano de 2008, com queixa de violência intrafamiliar contra seus filhos. Não foi possível, por exemplo, correlacionar a prática de atos violentos contra os filhos ocorridos no contexto familiar, com a renda familiar, grau de escolaridade, ocupação do autor e o uso de álcool ou outras drogas. Contextualmente, o Ministério da Saúde (2001) considera como fatores de risco para a ocorrência de violência intrafamiliar, características familiares como o uso de álcool ou outras drogas, dependência econômica e desemprego.

A Seleção das Famílias para o Estudo de Caso

Com a finalidade de avaliar a participação da rede de apoio social e afetiva na superação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, após consolidada a primeira fase, foi escolhida, como estratégia de pesquisa, o estudo de caso, considerando se referir a uma estratégia que, conforme explica Ceconello (2003, p.104) foi “utilizado por se tratar de um método que privilegia uma abordagem contextualizada ao fenômeno, permitindo incluir o maior número possível de variáveis relacionadas com o tema e podendo ser realizada em ambiente natural” (CECONELLO, 2003, p.104). Seriam selecionadas quatro famílias que apresentassem aspectos de superação dos episódios de violência vivenciados.

Para esta seleção, a pesquisadora baseou-se em dois estudos realizados por Yunes e Szymanski acerca da resiliência em famílias: O primeiro estudo realizado, em 2005, continha reflexões referentes às pesquisas qualitativas sobre a compreensão da resiliência em famílias. Orientam estas autoras que nos “estudos sobre a resiliência em famílias, o olhar do pesquisador deve desfocar o indivíduo e focar o grupo familiar, as relações e, conseqüentemente, deixar de priorizar as características individuais para estudar os processos” (YUNES; SZYMANSKI, 2005, p.3), evitando, deste modo, classificações indevidas.

O segundo estudo norteador foi realizado também por Yunes e Szymanski em 2006, tratando-se de caso único, realizado com uma família de baixa renda escolhida por ter se destacado em alguns aspectos da dinâmica familiar como: afeto, entendimento e respeito entre os membros, bom humor e frequente busca de recursos na rede de apoio social. Desta forma, auxiliou no processo de seleção das famílias investigadas no presente trabalho, em que neste caso esperava-se encontrar registrados em seus prontuários, possíveis aspectos presentes, indicativos de superação, entre eles enumerou-se: busca de ajuda intra e extra familiar, afeto e solidariedade, compreensão, comunicação aberta, respeito mútuo e, principalmente, apoio da rede afetiva e social. Buscaram-se nos prontuários estes aspectos elencados, os quais poderiam estar presentes na dinâmica das famílias atendidas. Desta maneira, ocorreria a seleção para o estudo de caso. Realizou-se exaustiva consulta aos registros na perspectiva de se identificar indicadores da dinâmica familiar sugestivos de superação. Constituiu uma etapa difícil do estudo, considerando que pelas dificuldades de acompanhamento das famílias pelo

Conselho Tutelar, os prontuários encontravam-se com inúmeras informações ausentes. Diante desta condição, considerando a escassez de dados, os critérios de seleção ficaram prejudicados. Optou-se, então, por selecionar as famílias que depois de encaminhadas a serviços da rede de apoio, retornaram ao Conselho Tutelar em busca de ajuda: todas as famílias que constituíram a amostra haviam retornado ao Conselho Tutelar em busca de apoio e orientação para o problema vivenciado. O processo de identificação das famílias deu-se conjuntamente com as presenças da pesquisadora e da (o), conselheira (o) responsável pelo atendimento. Ressalte-se que em nenhuma das situações encaminhadas a serviços de apoio às crianças, adolescentes e às suas famílias, havia registro, contendo informações sobre o retorno do caso ao Conselho Tutelar, contrariando, deste modo, os pressupostos básicos para o funcionamento de uma rede de apoio social, defendidos enquanto **nós interconectados** que determinam os fluxos de informação e comunicação existentes entre as conexões (CASTELLS, 1999). Compreende-se que a integração de uma rede, enquanto uma estrutura dinâmica depende do compartilhamento e comunicação entre seus integrantes.

Aspectos Éticos

Uma vez que esta etapa da pesquisa envolveu diretamente seres humanos, fundamentando-se na resolução 196/96³ do MS, respeitaram-se os aspectos éticos e legais da pesquisa em seres humanos, sendo o projeto encaminhado ao Comitê de ética em pesquisa em seres humanos da UNIVASF e aprovado pela CAAE 0753.0.000.441-10. Anterior a este cuidado foi requerida ao juizado da vara da infância e juventude, autorização para realizar o estudo. Neste sentido, a autorização foi concedida, desde que se respeitassem os dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente⁴ no que diz respeito a salvaguardar a criança. Concomitante a este cuidado, foi enviado carta de anuência ao Conselho Tutelar,

³ A Resolução n.o 196/96 regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos, incorporando os quatro princípios básicos da bioética: autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) assegura em seu artigo 13 que os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou o adolescente de forma obrigatória devem ser comunicados ao Conselho Tutelar. Neste contexto, o Estatuto não normatiza explicitamente a pesquisa, no entanto, preconiza a proteção e o respeito à integridade física, psíquica e moral à criança e ao adolescente, incluindo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

solicitando autorização para a realização da coleta das informações. Embora parte da coleta tenha ocorrido através do manuseio de prontuários, manteve-se a confidencialidade dos dados e o anonimato dos usuários cadastrados. As crianças foram salvaguardadas, não havendo a necessidade de entrevistá-las. Além da manutenção do sigilo referente ao conteúdo respondido, foram utilizados nomes fictícios para as crianças, fazendo-se uma analogia entre elas e as flores, observando-se que assim como as flores, as crianças e adolescentes necessitam de cuidados para crescerem e se desenvolverem de forma saudável. Nestes casos, a manutenção do sigilo disse respeito a salvaguardar a criança após a denúncia do caso. No entanto, a mesma medida não se aplica ao autor o qual não desfruta da mesma proteção.

As pessoas convidadas a participar, tomaram ciência do estudo, seus objetivos e finalidade, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C). Antecipadamente à sua assinatura por aqueles que concordaram em participar, o documento foi lido e esclarecido quanto aos aspectos necessários. Assim, as pessoas entrevistadas foram esclarecidas quanto aos objetivos do estudo e benefícios esperados. O termo foi assinado em duas vias, ficando uma com o entrevistado e a outra com a pesquisadora. Interpreta-se que,

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais de: 1) consentimento livre e informado, protegendo contra riscos e vulnerabilidade; 2) ponderação entre os riscos e benefícios, garantindo contra prejuízos previsíveis; e 3) relevância social da pesquisa, garantindo, sempre que possível, o retorno às comunidades e às pessoas. (LISBOA; HABIGZANG e KOLLER, 2008, p.181).

A manutenção de uma postura ética por parte do pesquisador tem por finalidade a promoção da saúde e proteção da criança e do adolescente vítima de violência (LISBOA; HABIGZANG; KOLLER, 2008). Interpreta-se que caberá ao pesquisador o empenho necessário no sentido de utilizar estratégias de proteção para a criança e o adolescente.

Os contatos com as famílias ocorreram nas suas residências ou locais de trabalho. Utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturada, com questões abertas para coleta de dados (Apêndice B), composto por indagações agrupadas nos seguintes aspectos: 1. Conhecimento dos sujeitos sobre o significado da violência intrafamiliar; 2. Perspectivas quanto aos mecanismos de controle e redução do fenômeno no âmbito intrafamiliar e 3. Avaliação dos serviços pelos quais foram

atendidos. Explica Espíndula (2006) que a vantagem da utilização de questões abertas é que elas possibilitam ao sujeito expressar-se com mais liberdade, facilitando a obtenção de informações.

As entrevistas realizaram-se entre os meses de **março e abril de 2010**, foram gravadas, sendo que para tal, foi realizado um acordo verbal com os sujeitos e a devida autorização conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Gravar o conteúdo das entrevistas facilita a sua organização posterior, tendo em vista que o material colhido habitualmente, além de ser abundante é também diversificado e, à medida em que os dados acumulam-se é impraticável para o pesquisador, situar informações referentes a determinado tópico (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995). O tempo médio de duração das entrevistas foi de uma hora.

O Estudo de Caso

O material apresentado é resultado do estudo realizado através de entrevistas realizadas nos domicílios, com a participação de membros das famílias sendo respeitada a autonomia daqueles que se opuseram a participar. Depois de gravadas, as entrevistas foram transcritas pelo pesquisador. Compreende-se que

Um caso suficiente é aquele em que os limites, isto é, as fronteiras entre o fenômeno que está sendo estudado e seu contexto estão claramente delimitadas, evitando-se interpretações e descrições indevidas ou não contempladas pelo estudo. O estudo deverá mostrar de maneira convincente que foram coletadas e avaliadas as evidências relevantes e que os encadeamentos de evidências são criativos e lógicos (MARTINS, 2008, p.4)

Para tanto, pressupõe-se que os relatórios de um estudo de caso, devam ser escritos de forma a compor um texto em linguagem clara e precisa.

As Famílias Participantes

O grupo foi constituído por quatro famílias atendidas no Conselho Tutelar de Petrolina no ano de 2008, com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes. Na sua totalidade, houve a participação de 13 pessoas, sendo seis homens e sete mulheres. Duas famílias eram monoparentais matrifocais, uma

família era reconstituída e uma família nuclear extensiva, composta pelos pais, filhos e avós. Durante o acompanhamento, foram sendo identificadas habilidades, as quais pareciam dar sustentação aos membros envolvidos no processo de violência intrafamiliar, de maneira a permitir a identificação dos aspectos positivos importantes na sua superação.

As entrevistas não ocorreram com a mesma uniformidade quanto ao número e às pessoas entrevistadas, assim, envolvendo abordagens com os pais, parentes e pessoas do convívio diário das crianças e adolescentes. Após a transcrição dos dados coletados, as informações qualitativas foram tratadas através da análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2006).

A organização da análise orientou-se a partir dos três pólos cronológicos estabelecidos pela pesquisadora, obedecendo ao seguinte roteiro: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na fase de pré-análise, conforme orienta Bardin (2006), deu-se a **formulação da hipótese** de que uma rede de apoio social e afetiva contribui para a superação da violência intrafamiliar vivenciada por crianças, adolescentes e seus familiares. A partir de então, foram formulados os objetivos anteriormente mencionados.

A **Segunda Etapa consistiu-se** no processo de transformação dos dados brutos; Neste caso, foram examinados e agrupados em unidades de registro facilitando a descrição exata das características do conteúdo (OLIVEIRA, 2008; BARDIN, 2006). Sendo, então, selecionadas como unidades de registro, para codificação dos dados, as frases contidas nas narrativas. Desta maneira, após sua realização, as entrevistas foram transcritas e as gravações conservadas. Na **etapa conclusiva**, os resultados brutos foram tratados e apresentados mediante interpretações e inferências da pesquisadora. Baseando-se nos conteúdos dos discursos orais dos participantes, efetuou-se uma análise das comunicações de maneira objetiva e sistemática (MARTINS, 2008).

Análise de Conteúdo

Os relatos das entrevistas realizadas com as quatro famílias foram transcritos, sendo efetuada a análise de conteúdo de Bardin (2006) em que as informações foram organizadas em categorias, as quais se encontram numeradas em letras maiúsculas, enquanto as subcategorias geradas a partir das categorias apresentam-se em negrito com letras minúsculas.

CATEGORIA 1- RELACIONAMENTO FAMILIAR

SUBCATEGORIAS:

Relacionamento entre pais e filhos

Relacionamento conjugal

Maneira mais adequada de orientar os filhos

CATEGORIA 2- VIVÊNCIA COM VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

SUBCATEGORIAS:

Tipos de violência praticados

Autores

Atitudes, após os episódios de violência, praticadas

CATEGORIA 3.SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

SUBCATEGORIAS:

Tipos de violência conhecidos

Tipo considerado de maior gravidade

Motivos para prática de violência intrafamiliar contra os filhos

Comportamentos dos filhos que contribuem para prática de violência intrafamiliar.

CATEGORIA 4. MECANISMOS DE SUPERAÇÃO: APOIO AFETIVO E SOCIAL

SUBCATEGORIAS:

Atendimento no Conselho tutelar

Participação dos serviços da rede de apoio social na superação da violência

Participação da rede afetiva na superação da violência

Principais dificuldades enfrentadas pelas famílias para superação da violência

RESULTADOS

O Estudo dos Prontuários

Foram selecionados 432 prontuários, tratando de casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Cada prontuário representou uma família que foi identificada por número, em ordem crescente. Existiram situações em que em um mesmo prontuário, havia o relato de violência praticada pelos pais contra mais de um filho, como também, em outras situações, encontraram-se relatos acerca de mais de um tipo de violência praticada pelos pais contra seus filhos.

A dinâmica de atendimento e fluxo de funcionamento do Conselho Tutelar, são organizados, obedecendo-se a uma escala estabelecida pelo contingente de conselheiros, de forma a garantir uma cobertura de atendimento durante os dois turnos. Durante o período noturno, finais de semana e feriados, o funcionamento ocorre mediante sistema de sobreaviso, em que de acordo com a demanda, os conselheiros são acionados. O serviço dispõe de uma recepcionista, duas estagiárias, um motorista e um guarda municipal com cobertura durante as vinte e quatro horas. Durante a estada para a coleta de dados presenciou-se um clima de cordialidade entre a equipe de conselheiros e pessoal de apoio, o mesmo ocorrendo em relação aos usuários do serviço.

Quanto à estrutura física, a sede do Conselho Tutelar está localizada no centro da cidade, em espaço físico destinado também aos demais conselhos de direitos, a saber: Conselho de Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente e Conselho de Direitos da Pessoa Idosa. É composto por uma recepção, três salas para atendimento individual, uma sala para reuniões, uma sala para arquivos, uma copa e banheiros. Dispõe, também, de uma linha telefônica e acesso à internet.

Acesso ao Conselho Tutelar e Sistema de Denúncias

Conforme informações contidas nos prontuários dos usuários, o acesso ao Conselho Tutelar ocorre de diversas formas, desde demanda espontânea, efetuada por pessoas ligadas à criança e o adolescente, por denúncia anônima, por sistema de discagem (serviço de disque denúncia), bem como por encaminhamentos dos serviços existentes. São recebidas em média cinco ligações anônimas por dia, e três

denúncias efetuadas no próprio local. As escolas, também, funcionam como fontes notificadoras de denúncias de violação de direitos, principalmente, no que diz respeito à evasão escolar e suspeita de violência física e psicológica. Após receber denúncia desta fonte, o conselheiro mantém contato com os professores e diretores procedendo, também à notificação dos pais para comparecimento ao órgão. Atualmente, encontram-se cadastradas no Conselho de Direitos da Criança, quinze entidades entre governamentais e não governamentais as quais são credenciadas a proceder ao processo de escolha dos conselheiros⁵.

Encaminhamentos aos Serviços de Apoio Social

As famílias das crianças e adolescentes dos casos notificados pelo Conselho Tutelar são direcionadas para entrevista com um (a) conselheiro (a), sendo posteriormente encaminhadas às diversas instituições, as quais atendem crianças, adolescentes e famílias em situação de violência intrafamiliar. Os encaminhamentos são efetuados conforme a necessidade que o caso exija, ocorrendo, de um mesmo caso, ser direcionado para mais de um serviço.

⁵ Informações verbais fornecida por uma conselheira, da casa dos conselhos de direitos da criança, mulher e idosos de Petrolina, em 10/05/2010.

Tabela I- Distribuição de encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar por tipo de violência praticada em 2008.

Serviços	Encaminhamentos									
	Negligencia		Física		Psicológica		Sexual		Total	
Defensoria	136	32,93%	17	28,81%	3	15,79%	2	6,25%	158	30,21%
Escola	8	1,94%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	8	1,53%
Juizado	52	12,59%	11	18,64%	5	26,32%	6	18,75%	74	14,15%
Abrigo	86	20,82%	14	23,73%	2	10,53%	2	6,25%	104	19,89%
DEAM	9	2,18%	1	1,69%	0	0,00%	7	21,88%	15	3,25%
Cartório	1	0,24%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,19%
Promotoria	31	7,51%	4	6,78%	2	10,53%	6	18,75%	43	8,22%
Ministério Público	8	1,94%	1	1,69%	2	10,53%	0	0,00%	11	2,10%
CREAS	10	2,42%	3	5,08%	0	0,00%	2	6,25%	15	2,87%
Sentinela	42	10,17%	6	10,17%	2	10,53%	6	18,75%	56	10,71%
SEDECS	4	0,97%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	0,76%
CRAS	1	0,24%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,19%
Visita	7	1,69%	2	3,39%	3	15,79%	0	0,00%	12	2,29%
APAE	1	0,24%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,19%
Procuradoria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	3,13%	1	0,19%
Serviço de Saúde	17	4,12%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	17	3,25%

Fonte: Conselho Tutelar de Petrolina - 2008

A análise das informações contidas na tabela, acima, demonstra que o maior número de encaminhamentos, ocorreu em casos de negligência (79 %) dos quais, 33 % foram encaminhados à defensoria pública. Nestes casos, sua maioria tratou-se de casos de abandono pela mãe ou pelo pai, em que quando causado pelo pai, a principal alegação registrada foi a falta de manutenção da pensão alimentícia. Os encaminhamentos para abrigos foram o segundo maior tipo realizado pelo Conselho Tutelar, correspondendo a 20% dos casos representando um número absoluto de 104 crianças e adolescentes institucionalizados. 21,88% dos casos de violência sexual foram encaminhados à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher–DEAM. Um mesmo caso pôde gerar encaminhamentos para mais de um tipo de serviço. 30,58 % dos casos de violência contra crianças e adolescentes atendidos no Conselho Tutelar geraram medidas de aconselhamento e advertência às famílias

e responsáveis pelos próprios conselheiros. As providências para estes casos, estão previstas no ECA que estabelece, em seu artigo 136⁶, as atribuições específicas do Conselho Tutelar, o atendimento e aconselhamento dos pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art.129,I a VII.⁷ Incluindo os encaminhamentos ao Ministério Público dos casos de ameaça ou descumprimento dos direitos e deveres contidos no ECA, ocasionados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, devendo serem encaminhados também os casos de abandono material, intelectual ou moral. Esgotadas todas as maneiras de orientação e encaminhamentos adotados, caberá ao Conselho, o encaminhamento à Promotoria de Justiça da Infância e da juventude, expondo a situação e solicitando providências para o caso.

⁶ **Art. 136** - São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, Parágrafo 39, inciso II da Constituição Federal;

⁷ As seguintes medidas preventivas podem ser aplicadas também pelo Conselho Tutelar,

I- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - abrigo em entidade.

Caracterização das Famílias - Dados Demográficos

A análise documental possibilitou o acesso às informações relativas aos dados demográficos dos autores e das vítimas de violência. Salientamos que esta caracterização foi prejudicada, considerando a escassez de informações contidas nos prontuários referentes ao número de componentes da família residentes com a vítima, encaminhamentos, duração do atendimento do caso no Conselho Tutelar, renda familiar, nível de escolaridade dos autores e dados sobre a presença de álcool e outras drogas. Em estudo semelhante, Romaro e Capitão (2007) referem-se também ao prejuízo de informações atribuindo-o à falta de dados constantes nos prontuários dos CTs investigados.

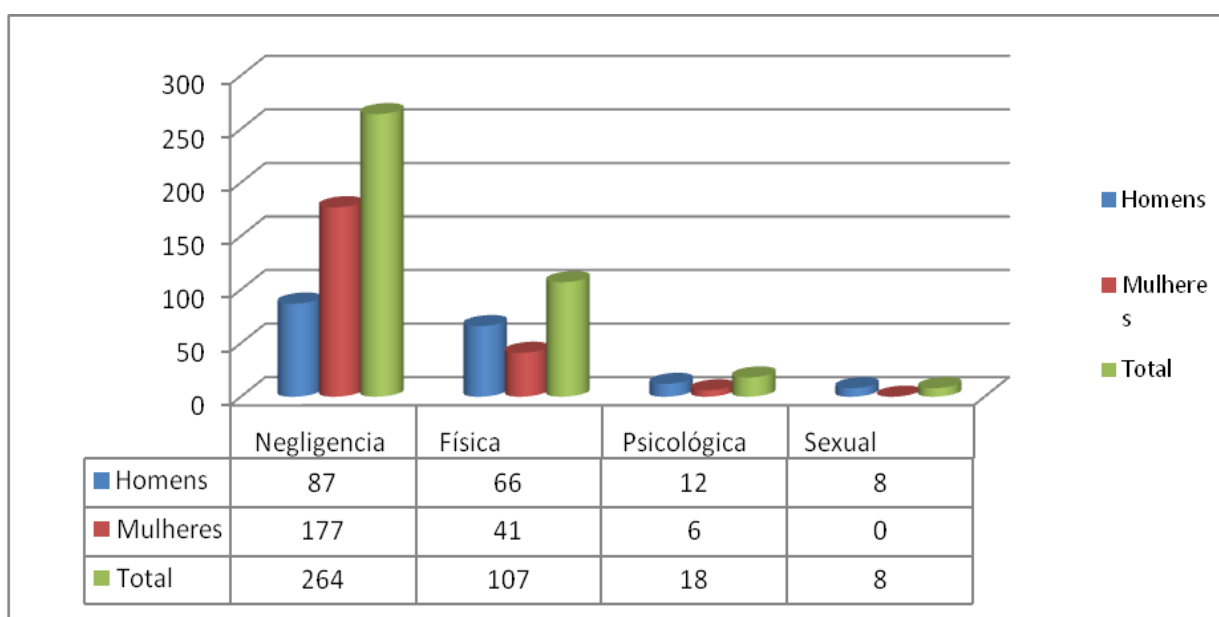


Gráfico I- Casos de violência por sexo do autor e tipo de violência. Conselho Tutelar de Petrolina- PE em 2008.

Ao cruzar as variáveis, gênero do autor e o tipo de violência praticado, constatou-se que as mulheres figuram como os autores mais denunciados por negligência (67,05%), no entanto, os homens são responsáveis pelo total dos casos de violência sexual, 61,68 % dos casos de violência física e 68,42 % dos casos de violência psicológica. Entre os casos de negligência praticados por homens, incluiu-se um caso em que um adolescente de 15 anos foi negligenciado pelo pai e pelo

avô. Acerca do percentual representativo de mulheres denunciadas por negligência contra os seus filhos, encontra-se incluído um grande número de mulheres chefes de família, abandonadas pelos companheiros, julgadas por eles e pela própria família. Deposita-se sobre estas mulheres toda a responsabilidade do cuidado para com os filhos em seus diversos aspectos, cabendo à figura paterna, as atividades de supervisão dos filhos e as cobranças. Quando analisado, isoladamente, a mãe é a autora responsável pelo maior número de casos de violência física contra os filhos (38,35 %), porém, a discussão da tabela inclui todas as autoras de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Souza (2001) apresenta resultado semelhante em estudo, em que 70,40% dos casos analisados referiram-se à violência física cometida por mulheres, enquanto o percentual de casos praticados por homens correspondeu a 29,6 %. Ao contrário de Souza (2001) Algeri (2001) apresenta em seu estudo, resultados com diferenças bem superiores, entre homens e mulheres, com percentuais constituídos por 66 % de mulheres e 28% de homens. Esta foi apenas uma análise de gênero acerca da prática da violência segundo o autor. Desta maneira, o total dos resultados não corresponde ao total de casos de violência estudados, uma vez que não estão aí incluídos os casos de violência praticados, simultaneamente por ambos os autores (pai e mãe).

O gráfico II é um consolidado das informações sobre crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar conforme a idade e o sexo.

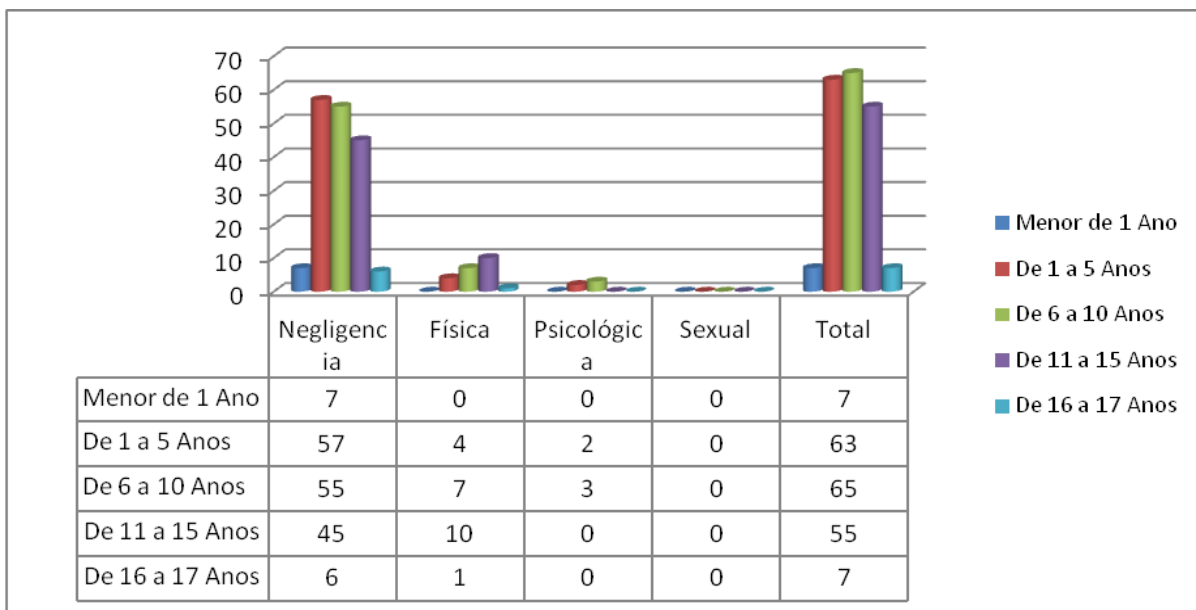


Gráfico II- Caracterização das vítimas por sexo e idade, em registro no Conselho Tutelar de Petrolina-PE, em 2008.

Quanto ao gênero, os meninos (211 casos), representaram 48,72 % do total da amostra, enquanto que as meninas (222 casos) representaram 51,27% do total. Realizando um cruzamento de informações entre idade e gênero, observou-se que entre a faixa etária de 06 a 10 anos, tanto em relação aos meninos (35 % do total da faixa etária), como em relação às meninas (32% do total da faixa etária) concentrou-se o maior número de casos. Apresentam-se, aqui, duas controvérsias identificadas nos estudos realizados por Deslandes (1994); Pierantoni e Cabral (2009). Com relação ao estudo de Deslandes, essa autora realizou pesquisa referente ao atendimento de crianças nos CRAMIS- Centro Regional de Atenção aos maus-tratos na Infância de Campinas/SP, no período de 1988 a 1992. Em seus resultados demonstrou uma sutil diferença entre a prática de violência contra meninos e a prática de violência contra meninas, sendo que o maior percentual (57 %) correspondeu à violência praticada contra meninos. Ao contrário, os resultados do presente estudo, apesar de se apresentarem de maneira sutil, registram maior percentual de violência praticada contra meninas. Diferenças significativas são mostradas em estudo realizado por Pierantoni; Cabral (2009) acerca do perfil de crianças em situação de violência praticada por seus pais. Esse estudo, demonstrou

que os meninos sofreram maior percentual de violência (64%) do que as meninas (36%).

TABELA II - Tipo de violência praticado por grau de parentesco do autor com a criança

Parentesco	Modalidade									
	Negligencia		Física		Psicológica		Sexual		Total	
Mãe	170	51,05%	28	38,36%	5	27,78%	0	0,00%	203	46,99%
Pai	80	24,02%	19	26,03%	9	50,00%	4	50,00%	112	25,93%
Ambos(Pai e Mãe)	70	21,02%	5	6,85%	1	5,56%	0	0,00%	76	17,59%
Padrasto	2	0,60%	11	15,07%	2	11,11%	3	37,50%	18	4,17%
Madrasta	0	0,00%	1	1,37%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,23%
Tio	1	0,30%	1	1,37%	1	5,56%	0	0,00%	3	0,69%
Tia	4	1,20%	4	5,48%	0	0,00%	0	0,00%	8	1,85%
Irmão	2	0,60%	1	1,37%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,69%
Irma	2	0,60%	1	1,37%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,69%
Avós	2	0,60%	2	2,74%	0	0,00%	0	0,00%	4	0,93%
Cunhado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	12,50%	1	0,23%

Fonte: Conselho Tutelar de Petrolina - 2008

Pelo grau de proximidade com a vítima, a mãe destaca-se (51%), representando a autora com maior número de casos praticados. Foram 203 casos de violência intrafamiliar que tiveram como autor a mãe, dos quais 3,41 % praticados contra crianças menores de um ano, 31,34 % na faixa etária de 1 a 5 anos, 31 % entre 6 e 10 anos, 30 % entre 11e 15 anos e 3,4 % entre 16 e 17 anos. As principais demonstrações de negligência praticadas pelas mães, incluíram desde atos de omissão, como deixar sozinha em casa criança de seis meses, falta de cuidados de higiene e cuidados nutricionais, abandono, até colaborar com a

prostituição de filhos adolescentes. Como consequência desta prática, detectaram-se casos de acidentes domésticos acometendo crianças por queimaduras e quedas. O pai apresenta-se como o autor (26 %) segundo colocado do total de casos de violência intrafamiliar praticados contra filhos. Dos casos de negligência praticados contra crianças e adolescentes registrados em 2008 no Conselho Tutelar de Petrolina, os pais foram responsáveis por 24% do total. Nestes casos de negligência praticados pelo pai, 45% estavam associados à falta do pagamento de pensão alimentícia e abandono. Observa-se que, proporcionalmente, os casos de negligência, quando praticados por ambos (pai e mãe) tiveram relação com a evasão escolar em 21 % dos casos. Quando questionados pelos conselheiros, os pais responsabilizaram as mães tanto pelo desempenho como pela ausência dos filhos na escola. No que se refere à violência física, dos 38,35% dos casos praticados pela mãe e 26% dos praticados pelo pai, os autores alegaram a medida punitiva, como prática educativa dos seus filhos. Não foi detectado registro de casos de violência fatal no ano de 2008. Sobre violência psicológica foram registrados 18 casos, sendo a metade praticada pelo pai e cinco casos praticados pela mãe. Analisando este tipo de violência em que consta a autoria da mãe, em quatro casos, as crianças foram vítimas, também, de violência física entre as quais uma criança de oito anos, que após sofrer a violência foi ameaçada pela mãe para não contar ao pai. A mesma criança foi vítima de violência sexual por um estranho. Na sequência de autoria da violência, o padrasto aparece em quarto lugar. Embora tenha causado um percentual geral significativamente baixo, quando analisado de forma isolada, o padrasto é o autor de 37,5% dos casos de violência sexual contra as enteadas. Costa et al(2007) demonstraram através dos resultados de uma investigação realizada por acerca da prevalência das formas de violência contra crianças e adolescentes, registradas em Conselhos Tutelares que “o domicílio foi o local privilegiado para a ocorrência de todas as violências, inclusive a violência sexual, em todas as faixas etárias (caracterizando a violência doméstica) com exceção da exploração sexual”(COSTA et al, 2007,p.1139). Os resultados referentes à negligência foram semelhantes nos dois estudos. Esta forma de violência, também se apresentou no estudo de Costa et al(2007) como prevalente, tendo a mãe como a autora de 60,7% dos casos, seguida do pai (37,6%) do padrasto com 24,3% e outros familiares com 25,7%. Ao contrário, acerca da violência física e da violência sexual, os dois estudos apresentam resultados bastante diferentes. Enquanto a

investigação de Costa et al, mostrou-se mais elevada na categoria outros agressores (41,9%), seguida do percentual cometido pela madrasta(38,9%), o presente estudo aponta a violência física como responsável por 16,9% da totalidade dos casos. Quanto ao abuso sexual, os resultados contidos em Costa et al, demonstram baixa prevalência desta forma de violência equivalente a 0,9 % dos casos de violência, os quais foram cometidos tanto pelo pai ou pela mãe. Ao contrário, na atual pesquisa, o pai é o autor de 50% dos casos.

No gráfico III observaram-se os tipos de violência que foram praticados pela mãe contra filhos de diferentes idades.

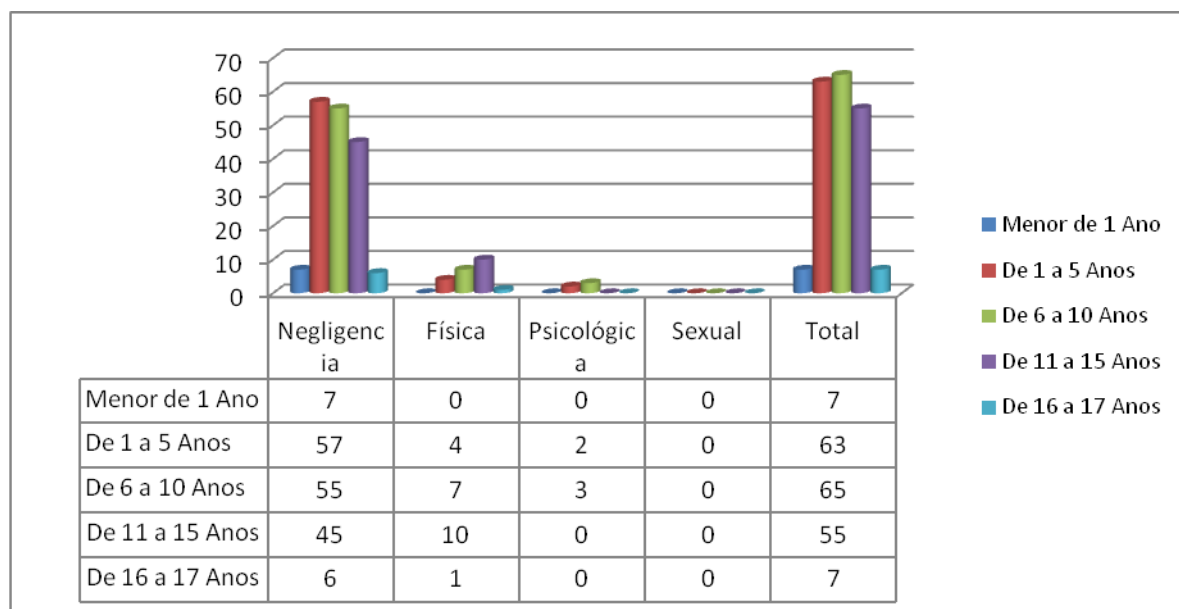


Gráfico III- Tipos de Violência praticados pela mãe por idade da criança/adolescente - Conselho Tutelar de Petrolina- 2008.

Ao se proceder a análise isolada das situações que tiveram a mãe como autora da violência, destaca-se entre os casos de negligência, o abandono parcial ou temporário de uma criança de dois anos gravemente doente e diversos casos de abandono de grupos de irmãos.⁸

Descrevem-se assim, o abandono de três irmãs com idades de um ano e três meses, seis e sete anos; o abandono de cinco irmãos com idades de um, três, cinco, oito e 11 anos; duas irmãs com quatro e seis anos; outros três irmãos com idade de dois, quatro e cinco anos e ainda três irmãs com idades de três, cinco e

⁸ Abandono parcial é considerado a ausência temporária dos pais expondo a criança a situações de risco. "Entende-se por abandono total o afastamento do grupo familiar, ficando as crianças sem habitação, desamparadas, expostas a várias formas de perigo". (Claves - Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde)

nove anos e um irmão com oito meses. Com referência à prática de mais de um tipo de violência contra um mesmo filho, um adolescente de 13 anos sofreu negligência e violência física praticadas pela mãe e pelo padrasto. Entre as ocorrências na faixa etária de 16 a 17 anos, identificou-se o caso de uma mãe que foi denunciada e notificada por negligenciar a filha adolescente de 17 anos e a neta de nove meses. Observou-se pelos registros, que a autora foi notificada também por negligência contra a filha e por violência contra a neta de nove meses citada anteriormente. Entre as 63 ocorrências de negligência na faixa etária de 0 a 5 anos, chamou a atenção, o caso de uma criança de três anos a qual foi abandonada inicialmente pela mãe e, posteriormente, pela primeira pessoa que teve interesse em adotá-la.

Pierantoni e Cabral (2009) embora destaquem a mãe como a autora de casos de violências, também incluem em sua investigação, outras mulheres nesta posição de práticas de violência contra crianças e adolescentes (mãe, avó, irmã, prima). Buscam explicações para o fenômeno, refletindo sobre o fato de caber à mãe ou a uma figura que a substitua, o papel de cuidadora dos filhos, explicando que estas pessoas, permanecem maior tempo com eles, daí, enfatizam que “quanto mais prolongado é o convívio com as pessoas que provocam o ato violento, maiores são as possibilidades de a criança se expor à agressão” (PIERANTONI; CABRAL, 2009, p.704).

A distribuição dos tipos de violência praticados pelo pai em diferentes idades dos filhos encontra-se expressa no gráfico seguinte.

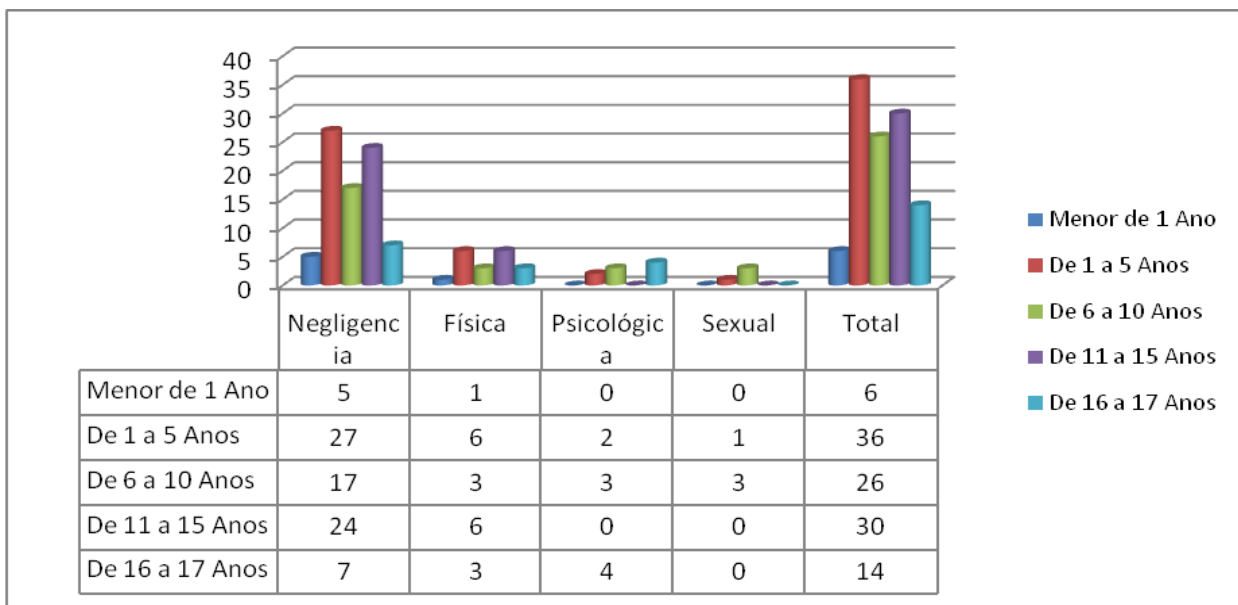


GRÁFICO IV- Tipos de violência praticados pelo pai por idade das vítimas

Observou-se que a faixa etária com maior percentual de casos esteve entre um e cinco anos (32 %), sendo a negligência o tipo de violência com maior percentual (29,69%). Incluem-se, neste intervalo de idade, quatro situações que chamam a atenção: primeiramente, três casos de gêmeos abandonados pelo pai, com idade entre dois e quatro anos, sendo duas meninas com dois anos, dois meninos também com dois anos e duas outras meninas com quatro anos. Em segundo lugar, observou-se o caso de dois irmãos (três e oito anos), que presenciaram a tentativa de assassinato da mãe pelo pai. O segundo intervalo de idade com maior percentual compreendeu entre 11 e 15 anos. Destaca-se, aqui, o caso de uma criança de doze anos que sofreu negligência associada à violência física. Na faixa etária entre seis a dez anos, apurou-se um caso em que três irmãos foram abandonados pelo pai (sete, oito e dez anos). Embora com menor percentual (5%), uma criança de dois meses teve a mãe assassinada pelo pai que se encontra cumprindo pena no presídio do município.

TABELA III- Distribuição do denunciante por tipo de violência praticada.

Denunciante	Modalidade									
	Negligencia		Física		Psicológica		Sexual		Total	
Mãe	27	17,76%	4	11,76%	2	16,67%	1	7,69%	34	16,11%
Pai	26	17,11%	6	17,65%	3	25,00%	5	38,46%	40	18,96%
Avós	19	12,50%	2	5,88%	3	25,00%	0	0,00%	24	11,37%
Tios	9	5,92%	1	2,94%	0	0,00%	0	0,00%	10	4,74%
Vizinhos	15	9,87%	6	17,65%	0	0,00%	1	7,69%	22	10,43%
Anonima	28	18,42%	11	32,35%	3	25,00%	5	38,46%	47	22,27%
CT outra Cidade	5	3,29%	0	0,00%	0	0,00%	1	7,69%	6	2,84%
Filho	2	1,32%	2	5,88%	1	5,88%	0	0,00%	5	2,37%
Escola/Creche	7	4,61%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	7	3,32%
DEAM	0	0,00%	1	2,94%	0	2,94%	0	0,00%	1	0,47%
PM e G. Municipal	10	6,58%	1	0,00%	0	2,94%	0	0,00%	11	5,21%
Serviços de Saúde	3	1,97%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	1,42%
Promotoria	1	0,66%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,47%
Psicológica	Sexual		Física		Negligencia					
* 12	* 13		* 34		* 152					
*	* 6,16%		* 16,11%		* 72,04%					

5,69%
Fonte: Conselho Tutelar de Petrolina - 2008

Vinte e dois por cento das denúncias são anônimas, seguida do pai (19%) e a mãe (16 %). As denúncias anônimas tiveram como principal motivo a negligência cometida por pai e mãe (38%). Seguidas de acusações do padrasto por negligência física e psicológica (11,3%), entre este percentual inclui-se violência física e sexual contra duas irmãs. Quanto às denúncias efetuadas pelo pai, ocorreram na grande maioria, para acusar a mãe ou o padrasto; a mãe foi denunciada por negligência (75%), por violência física (8,6%) e violência psicológica (8,6%), o padrasto por

violência física (5%). Inclui-se nesta categoria, um pai adotivo (2,8%) que denunciou os pais biológicos, por abandono e violência física e requereu a adoção oficial. O principal motivo alegado pelas mães para denunciar os pais das crianças foi a negligência (72%), incluindo falta do pagamento de pensão. O número total de denunciantes não corresponde ao total de casos de violência atendidos, considerando que em um número considerável dos prontuários, a informação encontrava-se incompleta.

APRESENTANDO AS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DO ESTUDO DE CASO

NO JARDIM DE HORTÊNCIA

Hortência, oito anos, cursa a segunda série do ensino fundamental. Faz parte de uma família reconstituída composta por ela, por sua mãe, que tem 34 anos e por seu padrasto que tem 42 anos. Conforme informações constantes no prontuário de atendimento à família, não existe o envolvimento com o uso de álcool ou outras drogas. De acordo com a necessidade do caso, a família retornou ao Conselho Tutelar, solicitando orientação, oportunidade em que foi encaminhada ao serviço de psicologia. Nesta família, apenas a mãe foi entrevistada, uma vez que seu padrasto não se dispôs a participar do estudo e os demais parentes não residem no mesmo município. A casa em que residem é dotada de boas instalações, estando localizada em um bairro periférico. Mesmo antes de se guiar pelas indicações contidas no roteiro da entrevista, houve um longo relato por parte da entrevistada referente à sua história de vida, desde a adolescência, marcada por solidão e abandono pela mãe (avó de Hortência) deixando-a com o pai com quem morou até os dezoito anos. A partir de então, começou a trabalhar e se casou com o pai de Hortência. Confessa que para suprir as despesas da casa, intensificou suas atividades de trabalho. Hortência estava com três anos e meio, quando a avó reapareceu após vários anos distantes. Inicia-se, então, um ciclo de interferências na educação da criança. Menciona que até então Hortência era uma criança, calma, obediente, e que a reaproximação com a avó, marcou um período de mudanças na convivência entre mãe e filha. Por necessidade de trabalho, relata que se ausentava de casa por longos períodos e nestas oportunidades, a avó influenciava Hortência contra ela (mãe). Ao ser transferida da cidade por necessidade de trabalho, levou consigo Hortência, separando-a das influências da avó. Há aproximadamente quatro anos, casou-se com seu atual companheiro, passando, então, a conviver os três: Hortência, sua mãe e seu padrasto. Descreve diversas situações nas quais exemplifica as dificuldades de relacionamento com Hortência, dado ao comportamento agressivo e rebelde da criança não só em relação a ela (mãe), mas também em relação às pessoas do convívio diário (professores, babá, padrasto e sua sogra). Queixa-se da forma incisiva com que foi abordada pela conselheira

tutelar, que a constrangeu em seu estabelecimento comercial de frutas e verduras. Durante a primeira entrevista no Conselho Tutelar estiveram presentes a mãe, o padrasto e Hortência. Na oportunidade, relata que o padrasto foi questionado, também, quanto á prática de violência física contra a criança sendo confirmada por ele que em algumas situações chegou a agredi-la fisicamente com a finalidade de educá-la. Diz que a partir da sua experiência passou a considerar o Conselho Tutelar de outra forma, diferente daquela que tinha antes. Ficou decepcionada e se sente injustiçada e prejudicada no seu trabalho, onde teve que expor situações particulares de sua vida. Foi encaminhada ao serviço de psicologia, do qual faz queixas pela dificuldade de acesso, constrangimento e ausência de atendimento, desestimulando-a a retornar (a mãe de Hortência chorava). Procurou um serviço particular mas só foram garantidos dois atendimentos, resultando assim, na descontinuidade do tratamento. O fato foi comunicado ao Conselho Tutelar, tendo a mãe de Hortência, confirmado a sua decisão em não retornar ao serviço para o qual havia sido encaminhada. O relato de ter sido negligenciada e abandonada pela mãe aos treze anos, infere que a entrevistada (mãe de Hortência) tenha sofrido violência intrafamiliar praticada por sua mãe (avó de Hortência). Trechos da sua narrativa, considerando que por ser mulher, sente-se bastante cobrada na sua profissão, infere-se que tenha sofrido violência de gênero.

NO JARDIM DE ANTÚRIOS

Antúrios é um adolescente de 16 anos cursa o segundo ano do ensino médio. Pertence a uma família uniparental, constituída por sua mãe 49 anos e por ele. Procurou o Conselho Tutelar com a ajuda de terceiros, para denunciar o pai por agressões verbais e físicas a ele e agressões verbais à sua mãe, como também por negligenciá-lo, não assumindo a responsabilidade de manutenção das suas despesas. Nesta oportunidade, demonstrou o desejo da saída do pai do convívio com a família. Em um breve relato sobre sua história de vida, a mãe conta ter nascido em outra cidade, ficou órfã de mãe ainda criança, tendo sido cuidada desde a adolescência pela madrinha com quem sempre conviveu, mantendo um bom relacionamento com ela e demais membros da família, que é composta pelo esposo (da madrinha) e dois filhos de 30 e 25 anos respectivamente, a quem considera como seus familiares. Possui nível de escolaridade equivalente ao ensino médio, procura com o seu trabalho, manter as despesas da casa sempre organizadas. O pai, 44 anos, conheceu a sua mãe, e, após algum tempo, decidiram morar juntos. Sempre conviveram muito bem e decidiram ter um filho. Antúrios nasceu e conviveu com o pai apenas até os três anos e meio, tendo em vista a separação dos pais após uma sequência de agressões verbais em que a mãe alega ter ocorrido por influência de amigos, envolvimento com álcool e mulheres. Durante a separação o pai de Antúrios reconstituiu a família com outra mulher, com quem teve mais uma filha. Quando Antúrios tinha dez anos o seu pai foi morar fora do país, onde residiu por cinco anos. Retornando, decidiu voltar à convivência em família, comprou um restaurante com a ajuda da ex mulher, mãe de Antúrios, passando a trabalhar juntos, contudo, foi uma relação conflituosa até culminar em nova separação.

Nesta família foram entrevistadas quatro pessoas: A mãe, o pai, um primo e uma amiga da família.

NO JARDIM DE ACÁSSIA

Acássia, seis anos, pertence a uma família uniparental constituída por, sua mãe, 23 anos e um irmão de dois anos. A família reside em uma vila de projeto de irrigação, localizada a vinte minutos da área urbana. O nível socioeconômico de seus moradores é baixo. Dispõem de alguns equipamentos sociais entre eles, escolas, unidade básica de saúde, templos religiosos evangélicos, quadra poliesportiva e pequenos mercados de variedades. As ruas não são pavimentadas e o esgotamento sanitário ocorre a céu aberto. O lixo é queimado tendo em vista a inexistência de coleta. A água para consumo não é tratada. O acesso à cidade é feito através de ônibus coletivo ou transportes alternativos: Vans e motos. Os moradores são, na grande maioria, trabalhadores rurais da frutiagricultura irrigada. Acássia reside em pequena casa com sua mãe e seu irmão. Seus pais conviveram durante três anos e meio e se separaram. Após a separação, seu pai reconstituiu a família com outra companheira, com quem tem uma filha e espera a chegada do segundo filho. A mãe de Acássia relatou que foi a atual mulher do seu ex companheiro quem motivou a separação dos dois. A avó materna e os avós paternos de Acássia residem na mesma vila. Sua avó paterna mantém um bom relacionamento com a neta e sua mãe. A mãe relata que considera sua ex-sogra como se fosse sua segunda mãe e sempre teve um bom relacionamento com ela. Atualmente, Acássia estuda em uma pré-escola localizada no próprio núcleo residencial onde reside. Há mais ou menos um ano a mãe de Acássia viajou levando a filha. Como estava em período de aulas, ela teve faltas durante vários dias. Conforme relata sua mãe, este foi o motivo que provocou a denúncia por negligência ao Conselho Tutelar pelo pai de Acássia.

Nesta família, foram entrevistadas duas pessoas: a mãe e o pai de Acássia. A entrevista da mãe foi realizada em seu local de trabalho, enquanto o pai foi entrevistado na própria residência.

NO JARDIM DE CRAVO

Trata-se de uma família de colonos residente em um projeto de irrigação, vivendo da agricultura familiar. O sujeito é Cravo, uma criança de oito anos, deficiente mental. A denúncia do caso ao Conselho Tutelar ocorreu através da escola que se sentiu despreparada para atender às necessidades da criança, que apresenta um comportamento agitado, uma vez que não dispõe de um acompanhamento psicopedagógico. O caso já havia sido participado à família, sem que se houvesse tomado providências. Assim, a família foi notificada pelo órgão, por negligência. Encontramos a família após várias horas em busca do endereço contando, para tanto, com a ajuda de moradores da localidade, uma vez que a inexistência de uma sinalização uniforme dos lotes dificultou a sua identificação. A família é composta por oito membros, compreendendo os pais, um tio, os avós maternos, um agregado e dois irmãos (uma menina de 10 anos e um menino de seis anos), ambos com deficiência mental. Residem todos, em uma casa localizada no próprio lote de irrigação. Ainda convivem na mesma propriedade rural, em residências separadas, a família de dois tios de Cravo. Os seus pais são ambos deficientes mentais. Este foi o motivo justificado pela sua avó, para morar juntamente com a filha. Trabalham todos na colheita de frutas (avós, tios, o pai e também um senhor amigo da família). A renda da família é proveniente da venda das frutas que produzem, principalmente, goiaba e acerola. A mãe de Cravo permanece na casa e cuida principalmente da limpeza. As demais tarefas são executadas por ela, mediante a supervisão da avó que mesmo trabalhando, mantém a supervisão da filha e dos netos. A casa em que residem, é um imóvel amplo, arejado com vários cômodos e em boas condições de higiene. Foi construído um anexo, no qual dorme toda a família de Cravo. As demais necessidades da família são realizadas nos espaços da casa comum a todos. A avó relata que sua filha teve uma gestação tranquila. As crianças cresceram sempre próximas a avó, que não se separa delas, nem da filha. Os três irmãos estudam em um anexo de uma escola pública localizada na sede do núcleo de irrigação, a aproximadamente cinco km da sua residência. É uma escola de ensino regular cujos professores não estão capacitados para lidar com alunos especiais. Cravo e seus irmãos são conduzidos até a escola em um transporte contratado pela prefeitura. Sentem dificuldade de comunicação

tendo em vista a sua deficiência mental. Cravo é agitado, apresentando episódios de agressividade durante o período em que permanece na escola. Este foi o motivo alegado pela diretora para firmar denúncia ao Conselho Tutelar. A entrevistada (diretora da escola) temia que na sua agitação, Cravo viesse a atingir uma das crianças. A diretora reconhece as limitações dos professores em lidar com crianças iguais a Cravo. Apesar das dificuldades, a escola dispõe atualmente de uma professora capacitada para lidar com estas situações. Atende às crianças uma vez por semana. Após a atuação desta professora percebeu-se melhorias no comportamento de Cravo, em quem já se nota pequenos avanços. A avó de Cravo, apesar de já estar com setenta anos, tendo em vista a deficiência mental apresentada pelos pais dele (Cravo) termina assumindo a responsabilidade pela orientação dele e de seus irmãos. Por uma questão de segurança, costuma levá-los a todos os lugares que frequenta. Foram entrevistadas na família de Cravo, seis pessoas: A avó, o pai, um tio, um amigo da família e duas professoras.

O QUE DIZEM OS ENTREVISTADOS

Fundamentando-se na corrente de pesquisadores que defende a resiliência como um processo dinâmico que implica o enfrentamento de situações adversas (YUNES,2006; POLETO;KOLLER,2006; De ANTONI;BARONE;KOLLER,2006), buscou-se analisar os resultados das entrevistas na perspectiva de se obter a confirmação ou descartar a hipótese de que nas famílias estudadas foi identificada alguma capacidade pessoal e familiar como inovação, criação ou adaptação, constituindo aspectos que lhes possibilitaram superar as experiências vivenciadas, seja pela intervenção do Conselho Tutelar e serviços da rede de apoio social, seja pela rede de apoio afetivo. Neste contexto, em conformidade com as categorias elencadas procede-se-á a análise dos resultados em forma de um consolidado das famílias, por cada categoria. Os resultados indicam que as famílias estudadas possuem experiências diferentes no que se refere a violência que vivenciaram.

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: COMO OCORREU EM CADA FAMÍLIA.

Descrever como a violência apresentou-se nas famílias investigadas constituiu, para as pesquisadoras, o aspecto mais complicado da pesquisa. Justifica-se a afirmação pelo fato de que ao serem abordados, os entrevistados acerca da violência que vivenciaram, poucos admitiram ainda no início da entrevista, que as experiências constituíram uma forma de violência contra seus filhos. Sentiram dificuldades em falar sobre o assunto, apresentando, inicialmente, atitude de negação acerca dos episódios em que se encontravam envolvidos, não admitindo tratar-se de violência contra seus filhos.

No caso da família de Hortência, durante a primeira entrevista no Conselho Tutelar, a conselheira que fez o atendimento questionou o padrasto quanto à prática de violência física contra a enteada, havendo a confirmação, por parte tanto da mãe, como dele, alegando que o fato ocorreu por medida educativa a fim de que Hortência pudesse obedecer-lhes. No discurso da mãe (o choro permeou todo o relato emocionado) as palavras pareciam traduzir um apelo, ou pedido de ajuda.

Porque, no caso de minha menina, ela não vive sendo espancada, não é torturada, maltratada, nem explorada sexualmente. Tudo acontece por que Hortência não me obedece, nem ao meu marido, com quem eu moro há 4

anos.às vezes eu bato mesmo, por que ela é demais (MÃE DE HORTÊNCIA).

Uma das maiores dificuldades na investigação da violência intrafamiliar tem sido “a negação desse fenômeno” (ROQUE; FERRIANI, 2002). Pinto Junior e Tardivo (2007) consideram a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes uma abordagem difícil, tendo em vista constituir-se em um fenômeno que se manifesta em sigilo e que se configura como segredo familiar. Neste sentido, representa um tema polêmico que demanda inúmeras discussões, exigindo que se reflita sobre ele.

No presente estudo, observou-se, inicialmente, a mesma dificuldade ao se entrevistar os membros das famílias. Analisando a família de Hortência, percebeu-se que existiu uma tendência da sua mãe em não admitir o fato. Contudo, com o prosseguimento da conversa e diante da abordagem da pesquisadora, foi possível observar que tanto a mãe de Hortência, como outros participantes, foram se sentindo mais à vontade e desta forma passaram a fazer revelações acerca da maneira como a violência apresentou-se em cada família. Descrições de diferentes experiências puderam ser registradas sob diversos aspectos, os quais serão abordados ao longo deste estudo.

Ao Observar os depoimentos das duas famílias monoparentais, percebeu-se semelhanças quanto à intenção de culpabilizar aquele que foi o autor da violência. Na família de Antúrios, a mãe culpa o pai pelos episódios de violência, embora, inicialmente, não admitisse que o que havia ocorrido, tratou-se, assim, da violência contra Antúrios.

Não assim, discutir, discutir mesmo não, mas quando o pai falava ele ficava alterado e eu ficava preocupada e tinha medo de que acontecesse alguma coisa entre eles dois .O pai era assim, muito falava já agressivo com ele(antúrios) e ele não aceitava porque ele (o pai),não criou ele desde pequeninho.(FAMILIA DE ANTURIOS- NARRATIVA DA MAE).

Ao contrário, o pai de Acássia responsabiliza a mãe dela pela negligência cometida, alegando que a filha foi prejudicada tendo em vista a omissão da mãe colocando em risco a segurança da filha.

Foi eu quem procurou o conselho tutelar. Eu procurei, por causa que a primeira vez,foi por que quando (até pra promotora quem foi, foi eu, ai ela, fui pra lá ai a promotora disse que quando ela fosse viajar ela ,tinha que me comunicar que era pra poder ela viajar ai a menina tava estudando, ai ela foi viajou passou uns dois meses pra la, ai sem me avisar ai eu fui no conselho tutelar. Ai depois, a segunda vez eu fui por causa que ela tava faltando no colégio, até que eu tenho um documento aqui que a professora

me deu por causa que ela tava faltando muito. A única coisa que achei que eu até reclamei com ela, por que ela ficava em casa dormindo, ia pras festas aí chegava em casa ficava dormindo e a menina na hora que se acordava ia,brincar ,. pra lá pro bar (PAI DE ACASSIA).

Analisando a família de Cravo, percebeu-se que no decorrer da entrevista houve a possibilidade de uma reflexão maior em relação à violência praticada, mesmo que nem sempre foi admitida por todos os membros da família.

Violência: em relação a eles? Não, não, maltrato não, violência não, a gente fala, é... a gente tenta até, até, mesmo disciplinar ,entendeu? através de conversa, chama... é... mostra, o que é que tem de ser feito, o que não tem, mas maltrato não (TIO DE CRAVO).

Fomos chamados sendo alegado que eles são problemáticos, têm muita energia e bagunçam na escola, os professores não agüentam.Fui notificada por negligência... Acho que foi pela escola (AVÓ DE CRAVO).

A violência contra crianças e adolescentes parece ter uma relação direta com as relações afetivas firmadas entre pais e filhos. Assim, muitas crianças sentem-se ameaçadas e negligenciadas no que se refere ao relacionamento afetivo entre elas e seus pais. Neste sentido, não encontram motivação para acreditarem na sua importância no meio familiar (ALGERI; SOUZA, 2006). No entanto, quando se analisam os depoimentos dos autores da violência nas famílias de Antúrios, Acássia e Cravo, observa-se que apesar das adversidades, parece conservar-se a afetividade entre os pais e seus filhos, ou entre os filhos e seus outros parentes cuidadores.

Ele é importante para mim (é meu filho).Mas a influência da família atrapalhou a nossa convivência e entendimento. Sinto falta dele. Foi criado praticamente pela mãe sozinha... por isto acho que ela tem mais condições de tá respondendo isto(perguntas). Não deu certo, era muita agressão da parte dela... eu não pude orientar o menino quando voltei da viagem, ela brigava logo e não entendia... Ele estava muito desobediente com ela mesmo (PAI DE ANTÚRIOS).

Ela significa tudo na minha vida, um pouco teimosa, respondona, mas muito carinhosa. Somos apenas nós três: Eu, ela e o irmão de dois anos. Estamos sempre juntos, somos muito unidos (MAE DE ACÁSSIA).

São tudo para mim. São minha família. É outra família que eu estou criando. Aqui nós somos uma só família todo movimento é aqui dentro de casa (AVÓ DE CRAVO).

Na narrativa da mãe de Hortência, observa-se grande dificuldade na demonstração deste afeto. Pareceu existir um distanciamento afetivo entre mãe e filha, porém, este distanciamento é narrado com pesar pela mãe.

Sinto vontade de beijar, mas não tem clima, quando agente dá um beijo, ela dá uma patada. é um monstro.A gente faz um esforço, mas pra quê ?É frustrante passar nove meses esperando um filho, ter o maior prazer

pelo seu nascimento e de repetente não suportar conviver com ele (MAE DE HORTÊNCIA).

Algeri (2008) comenta que os pais de famílias envolvidas em práticas de negligência, violência física e psicológica tendem a ocultar as lesões da criança, expondo justificativas não-convincentes, contraditórias, para as lesões e outros problemas. Revelam apatia e indiferença com seus filhos, adotam uma forma muito severa para orientá-los, o tratamento é ríspido, humilhando-os e desqualificando seu potencial. Para estes pais, os filhos são taxados de “maus”, “desobedientes” e “sem jeito de melhorar”.

Apesar de se ter encontrado tais características, há de se reconhecer também a presença e sinais de afetividade positiva nas relações familiares, como já exemplificadas através de algumas falas.

TIPOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS – A DESCRIÇÃO DOS CONFLITOS PELOS DENUNCIANTES E AUTORES.

Encontrar uma motivação, ou explicação que justificasse a prática de algum tipo de violência contra os filhos, esteve presente nas falas dos membros das famílias entrevistadas, autores e denunciantes dos episódios. Os conteúdos dos depoimentos apresentaram variações, de acordo com a posição ocupada pelo membro da família participante do estudo. Nas narrativas dos denunciantes, observou-se uma tendência em acusar o autor, constatado nos depoimentos do pai de Acássia e da mãe de Antúrios. Ao contrário, os autores dos casos, mostravam-se injustiçados, atribuindo aos ex-companheiros, a responsabilidade pela convivência difícil e falta de diálogo. Dois casos caracterizaram-se de maneira particular: em primeiro lugar o caso de Hortência, em que a mãe justifica sua ação, como estratégia educativa. Em segundo lugar, tratando-se da família de Cravo, a avó e o tio, demonstraram não compreender que o motivo da denúncia anônima efetuada ao Conselho Tutelar tratou-se de negligência cometida contra o neto e sobrinho.

Tudo acontece por que Hortência não me obedece , nem ao meu marido, com quem eu moro há 4 anos.Às vezes eu bato mesmo, por que ela é demais (MÃE DE HORTÊNCIA).

Conforme registro do Conselho Tutelar e seus depoimentos, tanto a mãe quanto o padrasto, cometeram violência física contra Hortência, alegando ser uma medida educativa quando ela “merecia”. A mãe esclarece que não se tratava de espancamento ou tortura, apenas eram palmadas para corrigi-la. Explica que este caso não se compara a muitos outros, visto que sua filha não sofre espancamento ou violência sexual, mas que, devido à sua desobediência, às vezes, “é preciso bater”. No entanto, durante o seu depoimento deixa escapar que a agride com palavras, descrevendo episódios em que fica demonstrada a prática da violência psicológica. Reforça que “ela nunca levou um tapa quando era pequena e que veio apanhar depois de grande”.

Pierantoni e Cabral (2009) explicam que a violência contra a criança e o adolescente estrutura-se em uma relação de dominação entre opressor e oprimido, revelando a fragilidade e vulnerabilidade social da criança.

Na família de Cravo, infere-se o desconhecimento do significado da violência de pais contra filhos. A violência física pareceu naturalizada como prática educativa conforme expressado pela avó e tio. Analisando este depoimento, ficou evidente que a entrevistada desconhecia a negligência como um tipo de violência. Diz que orienta ao pai de Cravo a não agir de forma violenta, quando for repreendê-lo por algum comportamento que ele desaprove.

Eu oriento a ele: óia? vc quando for bater , você não bata na cabeça, ... dele pegue um cipozinho fino assim nas pernas dele só pra ele sentir.Eu pego esse cipozinho que eles pegam a me perturbar, mas aqui acolá eu dou, eu dei nos meus...eu exemplava eles.Só faço mesmo exemplar assim, pra saber que tem que obedecer ,mas eu num sei quem foi que, quem foi denunciou lá não,não vou dizer que foi. Só pode ter sido a escola. É pra explicar, explicaram disse que a gente tinha que ter cuidado com as crianças, e um bocado de coisa (FAMILIA DE CRAVO- AVÓ).

As acusações presentes no depoimento do pai de Acássia responsabilizam sua mãe pelos atos de negligência contra a filha, corroborando as informações contidas no prontuário de atendimento no Conselho Tutelar. Semelhantes afirmações estão presentes na narrativa da mãe de Antúrios ao responsabilizar o pai pelo ocorrido.

Que nem a gente chega lá tem hora, que a bichinha passa ai no meio da rua, cheia de grude ,passa o dia todinho sem tomar banho, , com as roupas veia tudo suja.Não, esse negócio, eu acho errado demais(PAI DE ACÁSSIA).

A mãe de Acássia se defende alegando a dificuldade de dialogar com o ex-companheiro. Para ela, tudo poderia ter se resolvido caso tivessem conversado antes dele denunciá-la ao Conselho Tutelar.

*Quando ela estudava na outra escola, ela andou faltando, por conta que muitas vezes a dificuldade é , da menina que levava ela, outras vezes, muitas vezes ela adoecia, e , e, a minha dificuldade de ter que ir lá, de ir lá, na época eu não tinha o telefone....[...]ela adoeceu este ano, este ano que teve este problema, ela adoeceu muito, teve, é machucou o pé, outras vezes adoecia, e as muitas vezes não dava pra eu avisar. eu não tinha como avisar. E o pai dela é muito assim , não liga muito, assim pra... ele é daquele tipo assim... ele liga mais pra criticar. Não é de ir na escola, ele só vai se tiver vendo falta, aí ele critica, aí ele foi lá e viu que ela tava tendo muitas faltas, e aí foi no conselho tutelar, **sem nem ter vindo conversar comigo direito, perguntar pra saber** porque, nem nada. e aí por isso aconteceu isso. E aí me chamaram lá no conselho tutelar. (MÃE DE ACÁSSIA)*

Em boa parte da população a mãe ainda passa mais tempo em casa com os filhos do que o pai. Tal situação contribui para que recaiam sobre ela, as decisões corriqueiras em acontecimentos sobre a vida dos seus filhos. Neste sentido, vê-se em muitas situações, restritas às obrigações domésticas sem com isso ter a oportunidade de realizações pessoais. Assim, irrita-se com mais, facilidade podendo cometer algum tipo de violência contra seus filhos. Comete negligência quando se omite em prover as necessidades básicas, físicas e emocionais, de seus filhos. Manifestando-se, geralmente, sob mais de um aspecto, mediante omissão no provimento das necessidades básicas, físicas e emocionais: falhas em alimentar, vestir adequadamente, medicar, educar e evitar acidentes (RAMALHO; AMARAL, 2006).

Referindo-se a Antúrios, quando sua mãe foi solicitada a falar sobre a violência vivenciada entre os membros da família , os tipos praticados e atitudes após os episódios, declarou ter sido o pai o autor da violência física e psicológica praticada contra Antúrios, uma vez que o adolescente não aceitava as repreensões do pai, alegando para a mãe que ele não o havia criado para ter autoridade. Esta posição provocava a reação agressiva do seu pai. Questionava as suas atitudes não apenas de agredir, fisicamente, Antúrios, mas também através de palavras que o magoavam.

Logo quando ele chegou, ele bateu, em Antúrios com o cinto de noite não me lembro direito, o que foi... ele chorou, chorou e foi dormir. Ele magoava com palavras, e ele(Antúrios) não aceitava, ele falava assim: mainha ele não me criou.. Porque quer ter moral comigo agora?(MÃE DE ANTÚRIOS).

A INTERVENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR: AVALIAÇÃO DAS FAMÍLIAS

As demandas chegaram ao Conselho Tutelar de maneiras diferentes, em cada um dos casos. Antúrios, com a ajuda de terceiros, denunciou o pai ao Conselho, por negligência e violência psicológica, manifestando o desejo de sua saída de casa. A mãe e o padrasto de Hortência foram denunciados anonimamente. Os pais e a avó de Cravo foram denunciados pela escola onde estuda, por negligência. Quanto a Acássia, seu pai denunciou sua mãe por negligência. Durante as entrevistas, ficou claro que todos os usuários tiveram um atendimento acolhedor por parte do conselheiro que os atendeu. No entanto, houve a mesma opinião acerca das falhas do órgão no acompanhamento das famílias.

O pai de Acássia e a mãe de Hortência fazem uma avaliação negativa sobre o assunto. Consideram ter havido descontinuidade no acompanhamento de ambos os casos, por falta de interesse da conselheira. A mãe de Hortência declara-se decepcionada com o serviço. Em sua opinião, o serviço “não funciona”. Diz que a família foi atendida por duas vezes e lamenta não ter recebido visita ou qualquer tipo de contato formal. Acresce que não foi dado prosseguimento ao caso de sua filha e que, eventualmente, a conselheira encontra o padrasto e pergunta por ela. Reforça o seu desapontamento acerca da atuação do Conselho Tutelar e afirma que passou a enxergá-lo de uma forma totalmente diferente daquela que enxergava antes. Diz que mudou sua concepção sobre o assunto.

No final das contas não funciona, sabe? Porque a gente é atendido lá , passa pelo constrangimento,é julgada.Fomos atendidos apenas duas vezes pelo Conselho Tutelar. O conselho não voltou. Não veio aqui mais pra nada. A conselheira é que pergunta como é que tá a menina, meu marido diz, tá do mesmo jeito. Não foi dado prosseguimento ao caso da minha menina (MÃE DE HORTÊNCIA).

Segue o depoimento do pai de Acássia reforçando as acusações de negligência feitas à sua ex companheira e afirmando não ter havido nenhum tipo de acompanhamento ou visita realizada á família pelo Conselho Tutelar. A mãe da criança, apesar de considerar que foi bem acolhida pela conselheira, reforça que não houve qualquer outro tipo de acompanhamento.

Rapaz eu num, pelo menos pra mim eu não achei bom não, se for preciso, pra eu ir pra ali de novo, eu prefiro ficar do jeito ai , não mover nada deixar ela ... por que o caba,vai la e não ver resultado. Nunca recebi uma visita do conselho tutelar. que era até bom mesmo eles vim, ver é , se isso eles fizessem de vir aqui na casa da gente ver a gente ir na casa da outra e ver eu acho que , ficava até melhor de nós resolver as coisas. Mas por que

ela não vem aqui ver nossa situação e vai à casa da menina ver a situação que a menina vive (PAI DE ACÁSSIA).

Desaprova, ainda, a conduta da conselheira, a qual, em sua opinião, não teve habilidade para lidar com o caso e diz se abster de qualquer medida acerca do assunto. Reafirma que a sua conduta deveria ser a de obrigar a mãe a levar a criança à escola.

Eu lavei as minhas mãos porque o caba vai toda hora, lá... Porque se tem , escola pra criança estudar não é só de 6 anos 8 anos não. Ela tinha que obrigar a mãe a levar a menina pro colégio. Mas disse que só podia obrigar a mãe depois de 6 anos(PAI DE ACASSIA).

A boa qualidade do atendimento pelo Conselho Tutelar é referida pelas mães de Antúrios e Acássia e pela avó de Cravo. A mãe de Antúrios reafirma a intenção da conselheira em envolver o pai (de Antúrios) no acompanhamento do caso e reforça que a sua negação em participar, prejudicou o resultado. Para ela, a família precisava estar envolvida, para o sucesso do atendimento.

Fomos atendidos duas vezes e foi ele mesmo que procurou, eu tive que ir ... eu não ia deixar ele ir só. Por que não tinha condição de eu ir, o menino ir, e o pai não ir, porque o principal é o que? A família, a família tinha que ir, não era uma pessoa só (MAE DE ANTURIOS).

O atendimento pela conselheira foi bom, ela me atendeu bem, mas nunca nos visitaram. Às vezes ela me encontra e comenta que viu a menina toda bonitinha indo à escola...fui bem atendida, ela só me aconselhou,mas não me encaminhou para nenhum lugar não (MAE DE ACÁSSIA).

Eu fui um dia, ela me chamou, eu fui lá, compareci lá ,ai ficou pra ela ir com ele,leveí ai eu fui de novo,mas foi uma vez só num sabe?foi só uma, mas eu num sei quem foi que, quem foi que denunciou lá não,não vou dizer que foi... só pode ter sido a escola.É pra explicar, explicaram disse que agente tinha que ter cuidado com as crianças,e um bocado de coisa, é porque minha cabeça...eu sou ruim pra gravar as coisas. fui, fui bem atendida, fui, não posso falar mal de lá não. Mas não encaminharam não (AVÓ DE CRAVO).

Compreende-se que cada caso conserva as suas peculiaridades, merecendo desta maneira, ter um atendimento individualizado, buscando encaminhá-lo aos serviços mais adequados, de acordo com as suas reais necessidades. É importante lembrar que o atendimento do Conselho Tutelar, representa a porta de entrada na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

MECANISMOS DE PROTEÇÃO

“A esperança é para o espírito o mesmo que o oxigênio é para os pulmões” (Froma Walsh).

Iniciamos este parágrafo questionando as expectativas referentes ao papel da família como mecanismo de proteção, uma vez que é apontada como o elemento preponderante para a proteção de seus componentes. Assim, compreendemos que em famílias que vivenciam episódios de violência contra seus filhos, esta proteção afeta-se. Prosseguimos imaginando se a dissolução do relacionamento entre pai e mãe afeta estes mecanismos de proteção. Percebe-se pelo material trabalhado a partir das entrevistas, uma diversidade de depoimentos acerca dos mecanismos de proteção utilizados pelas famílias, observando-se que, na sua maioria a rede de apoio afetivo, pôde contribuir para a interrupção dos episódios de violência, nos quais se encontravam envolvidos. Optou-se por comentar os mecanismos acionados por cada família na tentativa da manutenção do equilíbrio familiar. Entendemos ser a criança capaz de dar respostas adaptadas face à adversidade, sem que isto venha interferir em seu desenvolvimento. Neste contexto, a resiliência representa-se de forma dinâmica ao longo das nossas existências, sofrendo grande influência do tipo de relação vivenciada entre pais e filhos (GONÇALVES, 2003). Conclui Toledo (2010, p.65) que “processos de resiliência só podem existir quando presentes o risco a ser superado, e os mecanismos de proteção apoiarem a esta superação, não havendo resiliência exclusivamente a partir do risco”.

Nos casos estudados, a importância da participação da rede afetiva constituída pela família, pela família extensiva e amigos, é mencionada pelos entrevistados, como o principal mecanismo de proteção de que dispõem. Quando esta rede afetiva encontrava-se enfraquecida, observou-se que isto funcionou como uma dificuldade para o enfrentamento do problema vivenciado nas famílias. Neste caso, as famílias sentiam-se pouco apoiadas e, portanto, impotentes para encontrar possíveis saídas. A mãe de Hortência revelou-se desestimulada e descrente na superação da violência intrafamiliar vivenciada, enumerando como principais dificuldades, o acesso aos serviços, o enfraquecimento da rede afetiva, mas também ao comportamento de Hortência. Nesta parte da entrevista, registrou-se o choro intenso da entrevistada.

É difícil porque aqui só sou eu sozinha. Só tem, eu e eu. Então o único lugar aqui que eu frequento é a casa da minha sogra. A única pessoa é

minha sogra. Minha sogra tentou conviver com ela, fez das tripas coração, mas ela , tá quase proibida de ir lá (só com a gente). As únicas pessoas que eu converso são com meus irmãos pelo skipe, então minha irmã ela sempre dá muito conselho fala com ela, meu irmão fala dá conselho, é o maior carinho. (MÃE DE HORTÊNCIA).

Por outro lado, o fortalecimento da rede afetiva das famílias seguintes, funcionou como um fator de proteção para o processo de enfrentamento da violência, contudo, preocupam os relatos acerca de emoções negativas do adolescente, as quais podem ter interferência sobre o seu processo de resiliência. Neste sentido, Yunes (2007, p. 13-14) afirma que “as outras pessoas são importantíssimas quando nos deparamos com situações de sofrimento, mas é preciso buscar ajuda no “outro” e ter sabedoria para valorizar as relações e predispor-se a compartilhar os desafios”.

Essas pessoas apoiaram demais até (refere-se à família da madrinha).É tanto que ele passou sete meses ou mais lá na casa de madrinha(MÃE DE ANTÚRIOS).

Eu o trato como um irmão e oriento de forma a contribuir para a sua formação moral, ele pode contar com todo mundo lá em casa, e duas vizinhas que sempre apoiaram. Ele conversa direito com a minha namorada, ela conversa tudo com ele, sempre lhe dá conselhos. Ele tem uma namorada que também o apóia muito (PRIMO DE ANTÚRIOS).

Ele é como se fosse um filho para mim, conviveu desde o nascimento com meus filhos. Ele tem uma ligação muito grande com meu filho. Agente sempre deu apoio a ele (AMIGA DA FAMÍLIA DE ANTÚRIOS).

Conto com minha mãe e a mãe dele. A família dele? Eu me relaciona super bem. Quando elas me vêem... É... super bem. Acássia? É o xodó da família do pai. Todo mundo fala. Por que ela é..., ela não parece comigo. Você não acha que ela é minha filha. Eu sempre falo pra todo mundo, todo mundo aí na vila sabe:assim, minha ex sogra e como se fosse minha segunda mãe (MÃE DE ACÁSSIA).

Ela se dá muito bem com a minha esposa e a minha outra menina, que tem aqui. Quando ela chega... Ave Maria com mãe. É, mãe, ela gosta de mais de mãe. Toda vida nós moramos perto, quando as vezes quando eu vou pegar ela lá , ela vem pra cá... É com minha família, a família, minha mãe meu pai meus irmãos. Não tem dificuldade, consegue contar com essas pessoas (PAI DE ACÁSSIA).

Aqui minhas filhas meus filhos todos, todos colaboram, assim todos me ajudam, graças a Deus aqui, onde eu moro, não tenho inimizade com ninguém, as pessoas sempre gostam da gente, em relação as crianças entendem ,não maltratam não ninguém maltrata eles.Na escola, elas contribuem também (AVÓ DE CRAVO).

Yunes (2007) complementa o seu pensamento, afirmando que resiliência não é um fenômeno psicológico de cunho puramente individual, é, sim, um

fenômeno relacional. A autora esclarece que as pesquisas mais recentes, indicam que a resiliência é relativa e que suas bases são tanto constitucionais como ambientais, explicando que a resiliência mantém uma relação direta com presenças significativas, solidariedade e interações de seres verdadeiramente humanos, os quais constituem comunidades saudáveis e acolhedoras.

REDE DE APOIO SOCIAL: OS SERVIÇOS EXISTEM. A REDE, NÃO.

“Não se é resiliente sozinho” (Jacques Lecomte)

Antes de qualquer outra coisa, é preciso expressar o sentimento de que, infelizmente, não se percebeu a existência de serviços em rede, que apontassem “para as possibilidades e para a importância do desenvolvimento social de determinadas comunidades, do estabelecimento da confiança mediante relações de confiança entre seus membros e do acesso à informação, às instituições e ao poder de decisão” (NJAINÉ et al, 2007). As expectativas eram de se ver a reunião de representantes de organizações sociais e poder público engajadas no combate à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Observou-se um amontoado de serviços desarticulados, com profissionais despreparados que parecia não ter nenhuma relação com a causa. Assim, os recortes, a seguir, trazem um pouco do sentimento demonstrado pelos familiares entrevistados. Em todas as falas, ficou evidente a dificuldade de acesso aos serviços e descontinuidade do acompanhamento. As famílias de Hortência e Antúrios, ambas encaminhadas para atendimento psicológico queixam-se da descontinuidade do atendimento. A mãe de Hortência, em particular, revela a sua decepção com a qualidade do atendimento e despreparo do profissional. Sentiu-se constrangida com o que presenciou. Para ela faltou habilidade, por parte do profissional, na realização da triagem do atendimento, ao que classifica de omissão. A abordagem da mãe de Antúrios fala das dificuldades de acessibilidade ao serviço. Após esclarecida sobre o que significava o plano de atendimento, a entrevistada negou a apresentação desse documento no caso do seu filho. Diz que não houve qualquer tipo de contato, ou visita à sua residência, pelo serviço de psicologia que acompanhou o caso. Acrescentou também, que não tinha conhecimento se as informações referentes ao caso do seu filho, haviam sido enviadas pelo serviço, ao Conselho Tutelar.

Eu, sinceramente, tive uma experiência muito ruim, porque agente já tá numa situação que a gente já tá se sentindo constrangido, aí agente vai pra um atendimento, achando que aquilo ali vai ajudar de alguma forma. Aí eu bem tranqüila, quando essa psicóloga chegou... Aí, um monte de gente, eu era a primeira. Aí ela perguntou quem tinha chegado primeiro, eu disse que era eu. Aí ela disse: 'É primeiro atendimento?', eu disse 'É.' Aí ela disse: Não, você tem que esperar eu atender todo mundo, e você é a última. Mulher, aí ela disse assim: a não ser que alguém permita.., eu disse assim: 'mulher ó, eu tô de serviço, eu preciso voltar, aí eu pensei: ô situação constrangedora. Eu disse pra psicóloga: senhora, por favor, eu conto com a sua compreensão, elas não tão querendo compreender... Mas aí ela disse: não, porque tem que ser com elas(MÃE DE HORTÊNCIA).

Ela não mostrou nenhum plano de atendimento, cada atendimento durava mais de meia hora. Pra ser sincera, não contribuiu, acho que ele melhorou assim um pouco, assim acho que foi devido ao pai ter saído de casa. Ela não me procurou mais não. Não sei se ela encaminhou nada pro Conselho Tutelar... Eles não me visitaram não (MÃE DE ANTÚRIOS).

Estudo sobre redes realizado por Njaine et al(2007), enumerou como os principais problemas prejudiciais ao trabalho de uma rede, a disparidade de compreensão, as divergências políticas, as vaidades pessoais, os conflitos de papéis entre as entidades participantes, a rotatividade dos profissionais atuantes nas instituições parceiras e os diferentes ritmos de trabalho. As autoras analisaram duas redes de promoção e de proteção às vítimas de violência, localizadas em Curitiba e Florianópolis e identificaram que além dos problemas citados anteriormente prejudiciais ao trabalho, existia como dificuldade comum a estas duas redes, a inclusão da família nas ações de proteção e prevenção, iniciada no momento do atendimento às vítimas de violência (crianças e adolescentes). Explicam que tanto gestores como técnicos, admitiram esta dificuldade e as deficiências do atendimento. Na maior parte das vezes, somente a mãe era inserida na ação, e, quando isto ocorria, era de forma irregular. Concluem que a construção de redes demanda investimento em capacitações e incentivo dos participantes, favorecendo aos integrantes comunicar-se de maneira ágil e clara.

A família e a escola lamentam a falta de comunicação entre os serviços existentes, dificultando o atendimento às necessidades do caso de Cravo.

Não, antes disso aqui a escola, falou na APAE, já fui com eles na APAE varias vezes, uma duas ou foi três vezes, fui ali... escola num tem uma entidade lá? Num tem um negócio lá? Fui lá também fui lá, mas não resolve nada, manda, agente vai. Antes foi a escola. O conselho tutelar não mandou pra canto nenhum só fez orientar que disse que tinha, que disciplinar, tinha como é que diz? Tinha que ensinar (AVÓ DE CRAVO).

O conselho tutelar nunca chamou a escola não, na verdade eu só recebi esse ofício dizendo que tava tudo resolvido sim do conselho tutelar, tinha encaminhado ele pro psicólogo (PROFESSORA I DE CRAVO).

Guerra (2006) defende que o trabalho em rede demanda a necessidade de adoção de um planejamento estratégico mediante a construção de diagnóstico situacional a fim de se identificar as necessidades da clientela, como também os recursos e talentos disponíveis para atendê-la. Afirma a autora que a tomada de consciência dos potenciais existentes na rede é fundamental uma vez que o resultado da articulação em rede é mais fortalecido.

SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA: ACONTECEU?

Em conformidade com a descrição efetuada no início deste capítulo, a seleção das famílias pretendia ocorrer mediante a demonstração de indicadores de superação da violência registrados nos prontuários, baseando-se em dois estudos realizados por Yunes e Szymanski (2005; 2006), acerca da resiliência em famílias. Buscou-se destacar, nos prontuários, aspectos aparentes da dinâmica familiar presentes, como: afeto, entendimento, respeito entre os membros e busca de recursos na rede de apoio social. Pretendia-se a identificação e a análise, também, às principais dificuldades enfrentadas pelas famílias no uso dos serviços da rede de atenção às famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar.

Contudo, considerando a falta de acompanhamento das famílias pelo Conselho Tutelar, não foram identificados, ainda, nos prontuários, os indicadores mencionados. Esta foi uma etapa difícil do estudo em que apenas a partir do contato com as famílias é que se pode manter a identificação ou não dos indicadores. As interpretações dos depoimentos a seguir, inferem que nos casos das famílias de Acássia e Cravo a superação dos episódios vivenciados se deu pela existência de uma rede afetiva bem consolidada.

A rede afetiva de Cravo parece bem consolidada, através das demonstrações de solidariedade e compreensão por parte dos avós, tios, vizinhos e também da escola.

Aqui minhas filhas meus filhos todos, todos colaboram, assim na... todos me ajudam, graças a Deus aqui, onde eu moro, não tenho inimizade com ninguém, as pessoas sempre gostam da gente, em relação as crianças

entendem ,não maltratam não ninguém maltrata eles. Na escola, elas contribuem nunca deixaram de, de ajudar (AVÓ DE CRAVO).

A união existente entre os componentes da família de Acássia representa um suporte importante no processo de resiliência. A mãe de Acássia aponta a avó paterna da filha, como o principal suporte no processo de superação do problema vivenciado. Explica ter um bom relacionamento com a ex-sogra e a considera como uma segunda mãe. Mantém também um bom relacionamento com os tios de Acássia, frequentando regularmente a casa deles. O mesmo ocorre em relação aos seus irmãos e mãe. Por fim, menciona que convive de forma pacífica com a atual mulher do ex - marido, esclarecendo ser ela atenciosa e zelosa com sua filha.

Conto com minha mãe, minha mãe e a mãe dele. Com a família dele eu me relaciono super bem, quando elas me vêem... é.. super bem.como se, Eu sempre falo pra todo mundo... todo mundo aí na vila sabe: minha ex sogra e como se fosse minha segunda mãe, as vezes eu me dou super bem, até, mais, do que... meus segredos eu conto mais pra ela do que pra mãe. A gente se dá super bem.por que antes eu já conhecia ela já. ela já me conhece desde os quinze anos,foi na época que minha mãe tava muito doente, e eu era adolescente.e ela que ajudava a gente, eu deixei de estudar.ela me admirava muito (MAE DE ACASSIA).

Nas duas situações seguintes, no caso de Antúrios, sua mãe afirma seguir uma vida tranquila com seu filho após separar-se do companheiro, considerado por ela o único motivo dos problemas. No entanto, o depoimento de uma amiga da família, deixou dúvidas quanto à superação. Na outra situação, o sentimento demonstrado pela mãe de Hortência, foi de não ter superado a experiência.

Hoje eu já sinto que ele tá assim diferente.Tá bem demais com ele. Eu também me dou bem demais assim, com ele sem o pai, tá entendendo?Liguei para o pai e ele perguntou: Como é que está Antúrios? Diga a ele que quando ele quiser, quando ele quiser falar comigo ele ligue e fale comigo que eu quero falar com ele.Ai eu disse, Antúrios? Ligue e procure saber o que é... Ele disse tá bom depois eu vou ver isso... Mainha tem hora que eu tenho vontade mainha de ir lá, falar com aquele velho...Que velho menino? - Meu pai. E porque vc não vai? Ele não deixa de ser pai não, pode ter o defeito que tiver. aí eu disse vá, e ele disse: não...não,mas não é agora não mainha, deixe eu terminar meu curso,vou trabalhar..estudar quando eu começar a fazer faculdade... (MÃE DE ANTÚRIOS).

Posteriormente, em outro encontro com a mãe de Antúrios, ela informou sobre a iniciativa do pai em manter contato com Antúrios. A reaproximação influenciou positivamente as relações entre os dois. Mostra-se esperançosa quanto ao entendimento entre eles. Da mesma maneira que Antúrios, “outras crianças e adolescentes devem ser olhadas e incentivadas na formação da rede de apoio, seja a família, a escola ou o abrigo. Assim poderão desenvolver sua capacidade de

superação, demonstrando-se resilientes frente às adversidades” (CASSOL; De ANTONI, 2006, p.198).

O pai dele ligou dois dias antes do final do ano e pediu para ele ir até o restaurante, ele foi, almoçaram juntos, ele gostou disse que foi tudo bem, que a mulher do pai dele é uma pessoa boa. Ele me disse: “vou ganhar um irmão, prefiro que seja homem, eu já tenho três irmãs”. Eu gostei deles terem se encontrado. Acho que ele (o pai), está telefonando para Antúrios (MÃE DE ANTÚRIOS).

Parece pertinente a declaração da amiga da família, em uma narrativa preocupante e duvidosa, quanto à superação desta família, no contexto em que os fatos ocorreram. Diz ter encontrado, recentemente, a mãe de Antúrios que relatou sobre idéias suicidas do filho, alegando não se sentir amado.

Ele tá sentindo muita falta do pai. Encontrei com a mãe chorando e me falou que Antúrios disse que ia se matar, porque ninguém ama ele por que vai ser reprovado. Desandou tudo na vida dele, passava direitinho na escola, mas depois disso... Desandou tudo na vida dele. Se acha assim desestruturado por causa do pai. Ele fala assim: meu pai não liga pra mim. Ele e o pai são do mesmo jeito, e ele tá sentindo muita falta disso(do pai). A auto-estima dele... tá.. Ele só fala em morrer.

A convivência em um ambiente em que exista violência, torna a criança e o adolescente vulneráveis às piores formas de relacionamento interpessoal, fato que poderá marcar fortemente o seu desenvolvimento global. Seus efeitos podem apresentar-se de várias formas, em diversas fases da vida. As vítimas podem apresentar internamente, sinais de depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós traumático; externamente pode manifestar-se em forma de agressão, impulsividade, delinquência, hiperatividade ou abuso de substâncias (ALGERI, 2008).

Sobre as maneiras utilizadas para superar este episódio, a entrevistada atribui haver falhas dos pais de Antúrios por não terem apresentado para ele, uma religião em que, na sua concepção a superação de qualquer tipo de violência só é possível quando existe um conhecimento espiritual. Compreende que não se supera a violência sem uma boa orientação espiritual. Para ela, mesmo existindo apoio de serviços ou pessoas o êxito depende do conhecimento espiritual.

Eu sou assim 100 % fechada que é uma religião; nós pais temos que apresentar uma religião aos nossos filhos e agente falha nisso ai, por que mesmo que se desestruture a família, Deus tem que está presente como ser superior, tanto com o pai como com a mãe, independente de qualquer coisa. Deus quando não é apresentado a um filho nosso, a gente amanhã pena. Religião é caminho e Deus é único. Se você não acredita em nada no primeiro desequilíbrio na sua casa você fraqueja. Se agente não der conta dos filhos da gente a policia dá (AMIGA DA FAMÍLIA DE ANTÚRIOS).

Rocca (2007) questionada acerca do papel da crença em um ser superior para a superação de situações difíceis, constata que, para muitas pessoas, crer na existência de um ser superior constitui um pilar fundamental para a superação, principalmente quando nos referimos a situações difíceis, violência, acidente, luto, ou doença terminal

Na família de Hortência, sua mãe, quando questionada acerca de grupos ou pessoas que contribuíram para a superação da violência vivenciada, revela que na cidade onde reside conta apenas com a sua sogra e o marido (padrasto de Hortência), pessoas que integram sua resumida rede de relacionamento. Mesmo assim, a “indisciplina” de Hortência impede uma convivência tranquila com sua sogra, tendo em vista a distância em que moram os irmãos o contato é prejudicado. Assim, a família sente-se pouco apoiada quando se refere ao enfrentamento dos problemas de convivência com Hortência. As únicas pessoas da família com as quais conversa é com uma irmã e um irmão por skipe e que nestes contatos eles aproveitam para aconselhar, não só a mãe, mas também a sua filha.

É difícil porque aqui só sou eu sozinha só tem eu e eu. O único lugar aqui que eu frequento é a casa da minha sogra. A única pessoa é minha sogra,. minha sogra tentou conviver com ela, fez das tripas coração, mas ela tá quase proibida de ir lá (só com agente).Eu acho que eu não, não superei e nem vou superar. Vai demorar acho que só quando ela tiver de maior, for viver às custas dela, for ser independente, morar sozinha...(MAE DE HORTÊNCIA).

OS DESAFIOS PRESENTES

“Pequenas atitudes, como acolher e escutar ajudam a construir crianças e adolescentes resilientes” (Joviana Quintes Avanci, 2007).

Considerando os ambientes familiares em que ocorreram situações de violência praticadas pelos pais contra seus filhos, constituiu-se, também, em objetivo do estudo, analisar as principais dificuldades apontadas pelas pessoas entrevistadas, para a superação dos episódios dessa violência. Apesar dos depoimentos traduzirem a conscientização e o conhecimento da legislação, além das consequências destes episódios para a saúde dos envolvidos (autores e vítimas), infelizmente observou-se que existem situações em que as formas de relacionamento com os membros da família não lhes dão a segurança necessária

para a superação das situações adversas vivenciadas. Preocupa-nos a família de Hortência. Conforme expressado pela mãe, o relacionamento com a filha de apenas oito anos de idade é difícil. Encontrando-se uma segunda vez com a pesquisadora, informou sobre vários acontecimentos em sua vida, nos últimos meses, todos ao mesmo tempo, fazendo questão de enumerar: estava grávida, foi aprovada no vestibular e, por último, havia sido selecionada para um curso importante para a sua carreira. Na oportunidade, demonstrava mais ânimo. No entanto, ao indagar sobre o relacionamento com Hortência, mostrou o mesmo sentimento de que tudo continuava praticamente como antes. Comentou que contratou uma nova babá, mas foi mais uma tentativa em vão, pois a candidata desistiu em quinze dias. Para intensificar mais ainda as dificuldades de relacionamento entre as duas, relata que Hortência oscila seu comportamento em relação à sua gravidez, em uns momentos demonstra satisfação com a proximidade do nascimento, em outras oportunidades demonstra sentimentos de rejeição à sua chegada. Assim, a mãe reafirma o seu sentimento de impotência na resolução do problema enfrentado. Por outro lado, na família de Antúrios ficou evidente que o distanciamento do pai influenciou, negativamente, a superação dos episódios de violência que vivenciaram.

Em situações adversas, os membros de uma família podem ganhar forças e desenvolver novas habilidades, a exemplo, do relacionamento entre pais e filhos após o divórcio, em que um pai que não mora mais com os filhos pode tornar-se mais próximo, mais atencioso e dedicado fortalecendo suas ligações apesar da perda da união (FROMA WALSH, 2007).

São vínculos adormecidos entre pais e filhos e ex-companheiros, sem que autores e vítimas sintam-se apoiados. Observamos situações em que autores sentem-se impotentes neste enfrentamento. Assim, inicialmente, os comentários têm como foco, a mãe de Hortência, que se revela desestimulada e descrente na superação da violência intrafamiliar vivenciada, enumerando como principais dificuldades o acesso aos serviços, o enfraquecimento da rede afetiva, mas também ao comportamento de Hortência. Nesta parte da entrevista, registrou-se o choro intenso da entrevistada. Reafirma a necessidade de se impor limites e demonstra sua indignação referente à permissividade que percebe por parte de alguns pais. Considera absurdo quando ouve dizer que mãe boa é aquela que tudo permite. Defende que a falta de limites colabora para que os filhos cometam erros que poderiam ser evitados pela boa orientação dos pais. Para ela, caso sua filha

enverede por “caminhos errados”, não se sentirá culpada uma vez que não a ilude, principalmente sobre a situação financeira.

Escuto comentários do tipo: “dizer que uma mãe boa é uma mãe permissiva, mãe que tudo permite e ver o filho indo por caminhos errados. Se minha filha for por este caminho não vou me sentir culpada, por isto é que ofereço o que posso e não a engano sobre a realidade (MÃE DE HORTÊNCIA).

Mediante depoimento, infere-se a necessidade de ajuda e orientação à mãe de Hortência quanto à maneira em educá-la. Emocionada, desabafa que os pais também precisam de apoio e orientação para o melhor desempenho desta atribuição em relação aos seus filhos. Acrescenta que se sente injustiçada mediante o julgamento reprovador das pessoas acerca do modo como orienta a filha. Diz ser realista e que as pessoas não compreendem a sua maneira de orientar a filha

Me sinto maltratada porque me sinto censurada por muitos, sobre esta situação que acho que estou agindo corretamente. Alguns preferem criar os filhos na ilusão(MÃE DE HORTÊNCIA).

Familiares e professoras da escola em que Cravo estuda, consideram que a falta de apoio à família e à escola, representou uma grande dificuldade para o enfrentamento do seu problema.

Na APAE, não é? Já fui com eles na APAE varias vezes, uma duas ou foi três vezes, fui na, na ali num tem uma entidade lá. Num tem um negócio lá? Fui lá também fui lá. Mas não resolve nada. As crianças parecem que todas têm problema... Crio eles como criei meus treze filhos, doze deles trabalham comigo. A mãe deles também tem problema... e também não conseguem se relacionar com facilidade com as pessoas, inclusive na escola(AVÓ DE CRAVO) .

A gente na verdade não tem muito apoio, a quem procurar, porque.. é necessário a gente receber a criança, mas é necessário também que se trabalhe, que se oriente o professor como lidar, em situações com crianças dessa natureza(PROFESSORA DE CRAVO).

A falta de acompanhamento do caso de Acássia pelo Conselho Tutelar é enfatizada pelo seu pai, o qual se mostra bastante chateado, declarando que da forma como o caso foi conduzido, prefere não retornar ao serviço. Sugere-se que a visita domiciliar seja realizada pelo Conselho Tutelar. Para ele, facilitaria o entendimento a respeito do cotidiano de cada família. Complementa afirmando que visitar a família evitaria versões diferentes dos fatos por parte dos pais.

A única coisa que eu queria era que o conselho tutelar, pelo menos andasse nas casas do povo pra ver. Dizer: olha? Olhe tal dia eu vou à sua casa. Então o conselho veria aonde as mães tá com as crianças.. até nas casas dos pais mesmo pra ver como é o dia a dia deles,né?Se for, só pro caba ir lá chegar lá eles ai não: manda chamar fulano, chega lá, eu digo uma história, ai chegar lá, ela diz outra , ai, eles não sabe em quem acredita, né?(PAI DE ACÁSSIA).

DISCUSSÃO

A análise das entrevistas com os familiares de crianças vítimas de violência foi trabalhada na perspectiva de integralizar as informações coletadas a partir do seu conteúdo e a fundamentação teórica sobre resiliência, fatores de risco e proteção, sempre ancorados nas normativas estatutárias da legislação em vigor para crianças e adolescentes brasileiros. Desta forma, acreditamos ter alcançado as propostas contidas nos objetivos da presente pesquisa. Zamberlane e Alves (2008) defendem que uma ciência que se propõe a estudar o comportamento do ser humano, deve privilegiar o seu contexto principal: a família. Analisar as entrevistas com membros das quatro famílias causou a impressão de que o tipo de família, isoladamente, não é determinante para o desencadeamento de situações de violência praticada pelos pais contra os seus filhos. No entanto, observaram-se em cada uma das famílias, indicativos de fatores de risco e contributivos para o processo de resiliência dos seus membros. Observou-se que nas duas famílias uniparentais, a ausência do pai, após a separação do casal, influenciou de forma diferente a relação com os filhos. No caso de Antúrios, cuja convivência paterna foi fragmentada, ao longo dos seus dezessete anos, percebeu-se a falta de envolvimento do pai no acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento principalmente no que se referem às orientações, limites e afetuosidade, percebidos nas falas da mãe, do pai e dos amigos. Ceconello (2003), afirma que, após os primeiros meses de divórcio, a frequência de contatos que os pais mantinham com os filhos é maior e vai se espaçando com o passar do tempo, sendo este mais comum quando o filho é homem. Pela análise do conteúdo das informações contidas no caso de Antúrios, percebe-se não ter ocorrido da mesma forma conforme mencionado por Ceconello (2003). A separação dos pais de Antúrios, quando este ainda era muito pequeno, não pareceu representar um fator de risco de maior importância, não contribuindo, negativamente, durante a sua infância. No entanto, observou-se que a situação financeira instável encarada por ele e por sua mãe, como também a convivência conflituosa com seu pai após o retorno da viagem, pareceram significar dois fatores estressores para Antúrios. Esta experiência foi mais representativa do ponto de vista do risco, aqui entendido enquanto “probabilidade de que algo ruim venha a

acontecer” (HILLESHEIM e CRUZ, 2008,p.195) do que não ter desfrutado da convivência com o pai durante a sua infância e parte da sua adolescência. Da parte do seu pai, percebeu-se através de seus depoimentos, que as influências da família da mãe de Antúrios prejudicaram a sua reaproximação e participação na educação do filho.

Como fatores contributivos para o processo de resiliência, identificou-se o apoio afetivo que Antúrios e sua mãe, desfrutam através da família da madrinha e dos amigos. As mudanças de comportamento, ilustradas pelo baixo desempenho escolar e tratamento hostil com a sua mãe, parecem indicar certa vulnerabilidade do adolescente. Identificou-se, porém, uma reaproximação com seu pai e apoio da namorada com quem se relaciona há alguns meses. Estes dois fatores contribuíram para a adaptação de Antúrios às dificuldades enfrentadas na convivência familiar. Neste sentido, é válido lembrar o depoimento de uma amiga da família, no qual enfatiza as dificuldades experienciadas pelo adolescente, tendo em vista a ausência paterna. Nota-se que a reaproximação entre Antúrios e o seu pai, contribuíram para melhoria da sua autoestima. Neste contexto, Mota; Matos (2008) defendem que apesar dos fatores de risco e de proteção ocuparem um papel relevante para a compreensão do desenvolvimento da vinculação, situações semelhantes às quais se expõem determinadas pessoas podem resultar em respostas diferentes apresentadas por cada uma delas. Concluem as autoras que levando em consideração as adversidades experimentadas por cada um, nas diferentes trajetórias, estas não são, por si só, suficientes para determinar o desenvolvimento futuro dos jovens. Imagina-se que, mesmo em situações adversas, o indivíduo resiliente é aquele que utiliza mecanismos capazes de gerenciar as situações às quais está exposto.

Analisando a família de Acássia, também uniparental, apesar da separação dos pais, o fato não representa um fator de risco para ela, demonstrado nos depoimentos tanto do pai quanto da mãe, não existir ausência de contato entre os dois (pai e filha). Ao contrário, os contatos são frequentes bem como a participação do pai na educação e formação da filha. Identificou-se como fator de risco, a negligência da mãe. Apontada pelo pai, pareceu que, em alguns aspectos, a mãe agiu de maneira negligente, comprometendo a segurança da filha que ficou sob a responsabilidade de terceiros, como também a falta de cuidados com a higiene e alimentação. A negligência e demais formas de violência, parecem ampliar as

possibilidades de vulnerabilidade. Neste sentido, De Antoni et al(1990) afirmam que a pessoa vulnerável não demonstra ser capaz de buscar alternativas de enfrentamento da crise ou se o faz , isto não ocorre de maneira eficaz. Apesar disto, observa-se na declaração paterna, a sua dedicação e participação na educação de Acássia. Mais facilmente do que no caso de Antúrios, vê-se no caso de Acássia a presença de fatores os quais favoreceram não só a sua adaptação à situação de separação dos pais, mas também a presença de resiliência por ela, pela sua mãe e pelo seu pai. Os fatores de proteção foram identificados pelo apoio recebido de familiares do pai de Acássia, principalmente, pela avó paterna de quem não só Acássia, mas também a sua mãe e irmão recebem toda a atenção, notando-se a sua vinculação à família do pai. A mãe de Acássia também evidencia o apoio que recebe da sua avó materna e tias que residem na mesma vila.

Ceconello (2003) menciona em um dos resultados de sua investigação de doutorado que poder contar com o apoio da família e ter o respeito dos seus membros, eleva, de forma significativa, o bem-estar, uma vez que no momento em que se sente apoiado o indivíduo sente-se valorizado como pessoa. Contextualizando, “a natureza dos laços emocionais construídos desde os primeiros tempos de vida assume especial relevância ao longo do desenvolvimento psicológico da criança e jovem” (MOTA; MATOS, 2008, p.368). A este respeito, De Antoni et al (1990), explicam que o enfrentamento da violência no ambiente representa um aprendizado para as crianças e que a manutenção da resiliência ocorre na proporção em que seus pais demonstram aptidão em administrar o stress, cotidiano eficazmente, o que leva a pensar que a rede de apoio afetivo representada por pessoas da família ou pessoas que integram o ambiente, no qual convivem as famílias de crianças e adolescentes, é capaz de modificar os efeitos das situações de violência vivenciadas por seus membros.

Opiniões divergentes foram observadas com relação aos serviços da rede de apoio social existente. No depoimento do pai de Acássia, infere-se não ter havido apoio de forma eficaz para atender os seus anseios, materializado pelas afirmações referentes às falhas existentes no CT em que não existiu um acompanhamento do caso de sua filha e reforça os exemplos de negligência da mãe de Acássia, pela falta de cuidado com a higiene, cuidados com a alimentação e abandono. Ao contrário, a mãe de Acássia demonstra a sua satisfação quanto à qualidade de atendimento no CT e atendimento por serviços da rede social de apoio,

no caso à promotoria, porém reafirma que não houve uma continuidade e conclusão do caso.

Identificaram, em estudo realizado por Garcia e Yunes (2006), sobre famílias monoparentais em situação de pobreza, algumas situações consideradas de risco ao convívio familiar. As autoras evidenciaram que em outras, ocorreram em período anterior à monoparentalidade. Estabeleceram diversas categorias que de acordo com as referidas autoras mantinham uma relação direta com os relacionamentos conflituosos ocasionados pela presença masculina, desempenhando a figura de marido ou pai. Estes relacionamentos conflituosos culminaram com a separação do casal e deram lugar às famílias monoparentais. A monoparentalidade proporcionou uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias, atribuída, conforme as autoras, à finalização da violência que estas famílias experienciaram. Mencionam aspectos denominados por elas como “fatores de proteção” a essas famílias, dentre eles o senso de coesão familiar e apoio afetivo e financeiro de familiares externos. O processo, no qual se encontra envolvida a família de Acássia demonstra certa similaridade com o estudo apresentado, no entanto, não se pode ser determinista em relação à resiliência da família em foco, uma vez que a capacidade de resiliência não ocorre da mesma maneira para todos os indivíduos, dependendo tanto de fatores individuais como ambientais, os quais se modificam ao longo das vidas de cada pessoa. (De Antoni et al,1999).

Na análise da entrevista com a família de Hortência, mediante os relatos de sua mãe, identificou-se que tanto ela (Hortência) quanto sua mãe, enfrentam situações que podem representar fatores de risco, em que se destacam como de maior significância, os conflitos intraparentais, evidenciados pelas dificuldades de relacionamento com a mãe e com o padrasto e pelos episódios de violência física e psicológica. Demonstrem pouca interação entre a mãe, o padrasto e Hortência. Parece existirem entre os membros da família dificuldades no enfrentamento e adaptação às adversidades, neste caso, à situação de violência intrafamiliar que vivenciam demonstradas, principalmente, pelas declarações da mãe. Infere-se, de acordo com o conteúdo das entrevistas, complementado pela observação, que as dificuldades de adaptação à situação vivenciada é ainda mais influenciada pelo enfraquecimento da rede afetiva e social. A análise combinada do comportamento de Hortência, tanto no ambiente familiar, como também na escola, reflete a sua necessidade de apoio e ajuda. De Antoni; Barone; Koller (2006) explicam que “o

construto resiliência familiar, refere-se à habilidade da família em minimizar o impacto perturbador da situação estressora, através de aspectos que influenciam as demandas e desenvolvem o encontro de recursos” (De ANTONI; BARONE; KOLLER, 2006, p.142). Contextualmente, explicam que famílias resilientes demonstram flexibilidade no que se refere à capacidade de adaptação às adversidades. Neste sentido, as autoras explicam que se pode realizar a análise da resiliência familiar, através da identificação de indicadores tanto de risco como de proteção, que possam existir na experiência vivenciada pelos membros da família. A este respeito, Brito; Koller (1999) explicam que para se avaliar a rede de apoio social e afetiva, é importante ressaltar a estrutura e a função do apoio percebido e recebido. Observa-se, no caso de Hortência, uma relação frágil, sem sinais de reciprocidade entre mãe e filha. A mãe demonstra um grau acentuado de insatisfação e falta de apoio tanto social como afetivo. Quanto à Hortência, infere-se, mediante os relatos da mãe sobre sua história e considerando o atual ciclo da vida em que se encontra, que existem dificuldades no relacionamento com os membros da sua rede de apoio afetivo e isto se reflete na sua rede de apoio social, principalmente na escola. Para Hutz; Koller; Bandeira (1996) a escola desempenha papel relevante no desenvolvimento da criança. Defendem que a escola apesar de desempenhar o papel de apoio e proteção contra violência doméstica e contra o stress que as crianças vivenciam em casa, ela dispõe de potencial tanto de ampliação do risco como de proteção para a criança. No caso de Hortência, dada à sua dificuldade de relacionamento no ambiente escolar demonstrado pelas poucas amizades que tem e depoimento de professores, ela não conta com esta instância enquanto apoio e proteção.

Utilizando como referencial as explicações de Cassol e De Antoni (2006), relações de apego experienciadas de maneira saudável, geram segurança e confiança, desempenhando a mãe, o papel de apoio no sentido de contribuir para que, ainda nos primeiros anos de vida da criança, desenvolva-se a autoconfiança, sendo indispensável nesta construção, que o cuidado materno favoreça ao filho um relacionamento de afeto íntimo e de maneira continuada. Este cuidado amplia-se aos demais membros no contexto familiar compartilhado por pessoas significativas como avós, tios e primos.

Infere-se, desta maneira, que as relações que se estabeleceram entre Hortência e sua mãe, não refletem interações suficientes para o fortalecimento dos

laços afetivos entre as duas. A este respeito, Ceconello; De Antoni e Koller (2003, p.46) defendem que “até mesmo ao se utilizar uma medida restritiva no comportamento de uma criança um pai ou uma mãe podem demonstrar afeto e cuidado e estimular o exercício da autonomia responsável”. As autoras complementam, afirmando que a adoção de práticas coercitivas, como a punição física, podem gerar na criança intensas emoções, dentre elas, hostilidade, medo e ansiedade, as quais interferem na capacidade de ajustamento de seu comportamento à situação vivenciada.

Ainda no mesmo estudo, as autoras apresentam quatro estilos parentais nos quais se enquadram as famílias: os estilos parentais: autoritativo, autoritário, indulgente e negligente. No que se refere ao estilo adotado pela família de Hortência, trata-se do estilo autoritário, caracterizado por níveis elevados de controle e baixa responsividade; o diálogo não é valorizado e, frequentemente, a punição física é adotada como maneira de controle comportamental (CECONELLO; De ANTONI; KOLLER, 2003). A família em estudo apresenta dificuldades no enfrentamento da violência intrafamiliar vivenciado.

Nos últimos tempos, amplia-se o discurso sobre o afeto. Soares; Souza; Marinho (2004) discutem que estabelecer limite e regras, só se torna efetivo, quando os pais demonstram amor pelos filhos, o que deve ocorrer mediante o desenvolvimento de atividades que proporcionem a demonstração deste amor por eles. Neste sentido, durante confrontos disciplinares, a adoção de práticas que envolvam discussões calmas, pacíficas e abordagens indutivas, transmitem à criança, senso de respeito para perspectivas contrastantes e uma crença de que as disputas podem ser resolvidas através de meios não aversivos (MONDIN, 2008).

Nesta ordem de idéias, compreende-se que não se pode realizar uma análise de forma unilateral no campo dos conflitos familiares, envolvendo crianças e adolescentes. Dois pontos merecem o mesmo apreço, sendo considerados fundamentais para o êxito de qualquer intervenção: a necessidade de demonstração de afeto dos pais pelos filhos e a inclusão de todos os membros da família durante a atenção e cuidados.

Analisando a entrevista da família de Cravo, observa-se, em sua estrutura, que se trata de família nuclear, composta pelos pais e dois irmãos. Os pais e os filhos são deficientes mentais, o que foi observado pelo comportamento durante as entrevistas com os membros da família. Observou-se um completo envolvimento

da família extensiva (avós e tios), oferecendo suporte na garantia dos cuidados não só às crianças, mas também aos seus pais. Observa-se, como fator de risco, a presença da deficiência mental dos pais representando dificuldades na manutenção dos cuidados com os filhos. Contudo, apesar do risco evidente, identificaram-se fatores de proteção, evidenciados, inicialmente, pela coesão na convivência entre seus membros, favorecendo uma relação de fortalecimento da sua rede de apoio afetivo. Famílias coesas caracterizam-se por uma visão de mundo definida, em que valorizam mais o nós do que o eu, desenvolvendo o senso de pertencimento ao grupo (De Antoni et al, 2009).

Referente ao apoio social observa-se que na escola havia uma disposição em contribuir para o ajustamento de Cravo, apesar das dificuldades referentes a professores incapacitados em lidar com crianças de educação especial. A escola apareceu como parte da rede de apoio social, preocupada com o bem estar emocional de Cravo, dispondo-se a contribuir e a manter uma boa interação com sua família. A este respeito, Cassol e De Antoni (2006), afirmam que a rede social e afetiva é importante ao desenvolvimento saudável das pessoas, contribuindo para a sua adaptação nas situações de crise. Desempenham funções variadas, entre elas, as de estímulo e de acolhimento. Esta configuração de rede social e afetiva favoreceu o processo de resiliência na família de Cravo.

Aplicável a todos os casos, conclui-se que para o planejamento de trabalhos com famílias em situação de violência intrafamiliar, embora crianças e adolescentes possam ser identificados como um foco de análise, considerando que os membros da sua família são os seus principais cuidadores, qualquer estratégia de intervenção deve contemplá-los, ocupando assim o lugar central deste planejamento. (ZAMBERLAN, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a resiliência facilitou a compreensão do indivíduo frente às situações diárias de sua vida. Possibilitou compreender as diferentes reações desencadeadas pelas famílias participantes, diante das situações de violência intrafamiliar que vivenciaram. Ampliou-se a compreensão do significado da resiliência, em que, aplicado ao ser humano, refere-se a um processo multidimensional em construção, a partir do indivíduo.

Pesquisar a resiliência em famílias, cujos pais foram autores de violência intrafamiliar contra seus filhos, crianças e adolescentes, representou, ao mesmo tempo em um desafio, uma oportunidade ímpar de aprofundamento sobre o tema. Deparou-se com sujeitos em diferentes ciclos de vida, seja como autor, seja como vítima, expostos a essa adversidade. As reações foram diversificadas, inclusive, em um mesmo indivíduo, ocorreram alterações de reações em encontros diferentes.

Considera-se o estudo relevante, não simplesmente por favorecer a compreensão desta prática, presente com grande frequência nas relações intrafamiliares, mas, sobretudo, por ampliar subsídios ao leitor, capazes de contribuir para desmistificar visões distorcidas que mostram apenas o fenômeno da violência intrafamiliar de pais contra filhos, sem contudo, mostrar alternativas de superação.

Espera-se, portanto, fornecer elementos para a implantação da rede de apoio social e de combate à violência doméstica e familiar de Petrolina, contribuindo para o enfrentamento e a superação da violência pelas famílias, de forma a prevenir recorrências e potencializar os fatores de proteção nas famílias que vivenciam tal fenômeno. O esclarecimento da comunidade e a capacitação dos profissionais que integram esses serviços contribuirão para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, mediante a execução de ações de prevenção e redução dos casos de violência, a partir do atendimento adequado aos envolvidos (vítimas e famílias) em situação de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Ao término desta dissertação, amplia-se o olhar em relação a esta temática. Compreende-se, mais claramente, a realidade encarada por famílias que vivenciam episódios de violência contra seus filhos. Começa-se a encontrar resposta às inquietações. Sim, porque não considero o tempo suficiente para satisfazer a todas

as minhas expectativas. No entanto, considero suficiente para um acompanhamento, que embora considere ainda incipiente, foi importante para ampliar o meu entendimento sobre o que leva um pai ou uma mãe a agir de maneira violenta contra seus filhos.

Não apenas como pesquisador, mas também como ser humano, não me coube julgamentos, mas sim investigação dos motivos que levam a essas práticas e, principalmente, contribuir para que estas pessoas fortaleçam-se e busquem superação à situação vivenciada, evitando recidivas.

No que se refere à participação da rede de apoio social e afetivo no processo de superação da violência, baseada em depoimentos das famílias, identificamos um desempenho insatisfatório por parte dos serviços que podem assistir famílias no enfrentamento desta problemática. Pois, conclusivamente, o trabalho em rede não existe. Os serviços não mantêm uma articulação e compartilhamento entre si. Inicialmente, existe um grande empenho do Conselho Tutelar do município, no que se refere ao acolhimento das famílias. Apesar do número limitado de conselheiros, a atribuição de atender as famílias de crianças e adolescentes, ocorre de forma acolhedora, contudo, foi declarada por todos os participantes do estudo a falta de acompanhamento dos casos por este órgão. Atribuímos esta descontinuidade, principalmente, às deficiências de infraestrutura e de pessoal. São apenas cinco conselheiros dando cobertura a uma população estimada equivalente a 112.381 habitantes na faixa etária de 0 a 19 anos do município (BRASIL, 2009). Esclarecemos que a população trabalhada contemplou a faixa etária de 0 até 17 anos, incluída neste intervalo de 0 a 19 anos. Embora os encaminhamentos fossem devidamente providenciados aos serviços existentes para atendimento, as experiências das famílias encaminhadas nos preocuparam, uma vez que diante dos depoimentos dos participantes, não houve uma contribuição destes serviços no processo de resiliência das suas famílias. Neste sentido, o acompanhamento dos casos fica prejudicado, evidenciando a necessidade de ampliação, não apenas do número de conselheiros, mas também, o avanço na infraestrutura de trabalho mediante melhoria, ampliação e manutenção das instalações físicas do seu prédio. A principal justificativa apresentada pelas famílias para superação da violência foi o apoio recebido da sua rede afetiva formada pelos parentes e amigos. Adequar o conceito de resiliência diante da experiência vivenciada, modificou o nosso entendimento de que, embora expostos às mesmas

situações, pais e filhos enfrentando situação de violência intrafamiliar, seja como autor ou como vítima, administram de maneiras diferentes o fenômeno.

Compreende-se que as diferentes características apresentadas por seus membros, influenciaram, de forma positiva ou negativa, o processo de adaptação a este tipo de adversidade. Nas famílias em que havia maior interação entre seus membros, independentemente do tipo de família, a promoção da resiliência mostrou-se mais evidente.

Em uma aproximação deste tipo, o aprendizado é mutuo, tanto para os pesquisadores, quanto para os demais participantes. Utilizando-se da experiência, enquanto profissional de saúde, buscou-se realizar sempre uma escuta acolhedora durante as entrevistas, o que proporcionou chegar às conclusões deste estudo mais fortalecida e convicta das responsabilidades e possibilidades do pesquisador e do profissional da saúde. Espera-se ter conseguido despertar também, embora não tenha sido esta a intenção principal, reflexões desencadeadoras de mudanças positivas nas famílias pesquisadas.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. Redes Sociais e Teoria Social: Revendo os Fundamentos do conceito.

Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, RJ, v.3,n.1,2008.Disponível em:

<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/issue/archive>.Acesso em 25/06/10.

AGUDELO,Saul Franco.Redes Y Violência..In: AGUDELO, Saul Franco.Violência II: La salud en el municipio de Rosário.Rosário:Artes Gráficas Villarruel,2000.p.51- 65.

ALGERI, Simone. **Caracterização de famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar**. 2001. 153 f. Dissertação (Mestrado em enfermagem) - Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre [2001].

_____. Violência intrafamiliar contra a criança:uma análise crítico-reflexiva para a equipe de enfermagem.Online Brazilian journal of nursing, Rio de Janeiro, v.4, n.3,2005.Disponível em:

http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/71.pdf. Acesso em 15/01/2010.

_____. A violência na família. Laboratório de Estudos Contemporâneos. Rio de Janeiro, p.68-74, jun.2008. Disponível em:

www.polemica.uerj.br/pol24/artigos/contemp. acesso em: 25/02/2010.

_____.; SOUZA, Lucas Melo de. Violência contra crianças e adolescentes: Um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v.14,n.4.p.1-7,jul-ago.2006.Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000400023&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 19/06/2010.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. Psicologia em estudo. Maringá, v.7, n. 2. p 3-11, jul/dez. 2002. Disponível em:

<http://www.google.com.br/search?hl=pt-%20R&q=ARAÚJO,+Maria+de+Fátima.+Violência+e+abuso+sexual+na+família.+Estudos+d+e+Psicologia.+Maringá><http://www.google.com.br/search?hl=pt-> acesso em: 11/08/2008.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Violência contra Crianças e Adolescentes: O grande investimento da comunidade acadêmica da década de 90. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs). Violência sob o olhar da saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira. RJ. Fiocruz. 2003. p. 163-198.

AUÇUBA. Clipping Pernambuco. A criança e o adolescente na mídia. PE, 2008. Disponível em: <http://www.aucuba.org.br/produtos/clipp1.php?tipo1=2008Abril22>. Acesso em 16/06/09.

AVANCI, Joviana. Resiliência é encontrar forças para transformar dificuldades em perspectivas de ação. IUH, [on line]. São Leopoldo: UNISINOS. Ed. 241 | ISSN 1981-87, p.22- 24. Out, 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1193682788.71pdf.pdf>. Acesso em 14/02/2010.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de Azevedo. Violência Doméstica contra crianças e adolescentes: Um cenário em (des) construção. São Paulo: UNICEF
Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf. Acesso em 26/02/2010.

AZEVEDO, Maria Amélia. Contribuições Brasileiras à Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e adolescentes. In: Seminário Internacional Violência e criança. SP. Disponível em <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/contribuicoes.doc> Comunic. acesso em 03-06-2009.

AZEVEDO, Maria Amélia. Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes: A ponta do iceberg. LACRI: USP, 2007. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>. Acesso em 18/04/10.

BANDEIRA, Marcos Antônio Santos. Abuso sexual contra criança e adolescente no âmbito familiar. blogspot, jun, 2005. Disponível em: <http://marcosbandeirablog.blogspot.com/2009/09/abuso-sexual-contracrianca-e.html>. Acesso em 21/02/10.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª Ed. Lisboa: edições 70, 2006. 287 p.

BARROS, Nívea Valença. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. 2005. 275 f. Tese (Doutorado em psicologia) - Pós-Graduação em Psicologia Clínica. PUC, [2005].

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. In SENADO FEDERAL. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.eca.org.br/eca.htm#texto>. Acesso em: 12/05/2009

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en|pt&u=http://pdba.georgetown.edu/constitutions/brazil/brazil.html>. Acesso em: 30/06/10

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Redução de morbimortalidade por Acidentes e Violências. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 28 p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria737.pdf>. Acesso em 08/05/2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: Orientações para prática em serviço. Brasília: MS, 2001. 96 p. (Série Cadernos de Atenção Básica, n.8) Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/> Acesso em 06/05/2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de Saúde: Um passo a mais na cidadania em saúde de. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 48 p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_notificacao_maustratos.pdf. Acesso em 28/03/10.

BRITO, Raquel Cardoso; KOLLER, Silvia Helena. Desenvolvimento Humano e Redes de Apoio Social e Afetivo. In: Carvalho, Alysson Massote (org.). O mundo Social da Criança: Natureza e Cultura em Ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 115-129.

CARVALHO, Pedro Caetano. O conselheiro tutelar e a ética do cuidado. In: Pereira, Rodrigo da Cunha (org); Pereira, Tânia da Silva. A ética da Convivência Familiar. Sua efetividade no cotidiano dos tribunais. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p.361-394.

CARTILHA DO CONSELHO TUTELAR. Adolescentes em conflito com a lei. O dia-a-dia do Conselheiro Tutelar. Pró menino. Brasil, 02/2005. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/ConselhosTutelares/tabid/59/TabId/77/Conteudold/8bf9e53e-24c7-42b1-9ebd-32156048090a/Default.aspx>. Acesso em 27/02/2010.

CASSOL, Luciana; De ANTONI, Clarissa. Família e abrigo como rede de apoio social. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena e YUNES, Maria Ângela. Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.p.173- 201.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECCONELLO, Alessandra Marques. Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco. 2002. 320 f.Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, [2002]. Disponível em: www.psicologia.ufrgs.br/cep_rua. Acesso em 30/01/10.

_____; De ANTONI, Clarissa ; KOLLER, Sílvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n.esp. p.45-54, jan. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722003000300007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 19 set. 2009.

CHAUÍ, Marilena.Uma Ideologia Perversa. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!.p. 2,1999,14 de março. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/eso/.../violenciachau.html .acesso em 16/01/2010.

COSTA, Maria Conceição Oliveira et al.O perfil da violência contra crianças e adolescentes,segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência.Ciênc. saúde coletiva.Rio de Janeiro, v.12, n.5.p.1129-1141. Out 2007. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232007000500010&script=sci_arttext. Acesso em 26/07/2008.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Resiliência: Qual o saber e o sabor da superação? Biblioteca do Mosteiro de São Bento, São Paulo, 03 de março de 2010. Disponível em <http://culturageralsaibamais.wordpress.com/2010/03/08/palestra-resiliencia-qual-o-saber-e-o-sabor-da-superacao/>. Acesso em 25/06/2010.

DAY, Viviane Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, v. 25, n. supl., p. 9-21. Abr. 2003. disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082003000400003&script=sci_arttext acesso em 14/07/2008.

De ANTONI, Clarissa et al. Uma família em situação de risco: Resiliência e vulnerabilidade. Interfaces: Revista de Psicologia. Porto Alegre, v. 2, n. 1. p. 81-85, 1999. Disponível em: <http://www.msmedia.com/ceprua/artigos/clarissa4.pdf>. Acesso em 28/02/2010.

De ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. Estud. psicol. Natal, v. 5, n. 2. p. 347-381. Jul/Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n2/a04v05n2.pdf>. Acesso em: 11/07/2009.

De ANTONI, Clarissa; BARONE, Luciana Rodriguez; KOLLER, Silvia Helena. Violência e pobreza: um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena; YUNES, Maria Ângela. Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006. p. 141-171.

DELFINO, Vanessa et al. A Percepção de famílias de classe média e popular sobre punição nas práticas educativas. Família Saúde e Desenvolvimento. Curitiba, v. 7, n. 2. p. 129-136, 2005. Disponível em: calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refased/article/.../8040/5663. Acesso em 03/06/2009.

DESLANDES, Simone Ferreira. Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço. Saúde Pública. [online]. Rio de Janeiro. v 10, sup. 1. p. 177-187, 1994. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&pid=S0102-311X1994000500013. Acesso em 04/03/2009.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira. Antes o filho apanhar do pai do que da polícia: representações e práticas educativas das mães sobre os filhos atendidos pelo Conselho Tutelar de Vitória. 2006. 124 f. Dissertação (mestrado em psicologia)- Centro de ciência Humanas, Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. 101 p. Disponível em: http://www.promenino.org.br/Portals/0/Biblioteca/PDF/Escola_que_protege.pdf. Acesso em 13/05/2008.

FERREIRA, Ana Lúcia; SCHAMM, Fermin R. Implicações Éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. Saúde Pública. São Paulo, v.34, n.6.p.659-665, Dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000600016. Acesso em: 18/10/2009.

FUNDAÇÃO PRÓMENINO. Atribuições do Conselho Tutelar. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/TabId/77/ConteudoId/8daffdea-ec5e-4fb2-a04c-9e4455899c88/Default.aspx>. Acesso em 16-06-09.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Ângela Mattar. Resiliência familiar: baixa renda e monoparentalidade. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena e YUNES, Maria Ângela(org). Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.p.117- 140.

GOMES, Romeu et al. Por que as crianças são maltratadas?: Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. Caderno Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.18,n.3. p. 707-14, maio/jun. 2002. Disponível em: http://biblioteca.universia.net/html_bura/verColeccion/params/id/721.html. Acesso em 04/06/10.

GONÇALVES, Maria José. Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência. Análise psicológica. Lisboa, v. 1, n.29.p.23-30. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n1/v21n1a04.pdf> .Acesso em 11/05/2009

GRUK, Etienne G et al., eds. Relatório mundial sobre saúde e violência. Genova: Organização Mundial da saúde, 2002. Disponível em: http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=GRUK,+Etienne+G+et+al&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai= Acesso em 01/05/10.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: I Seminário Regional de Combate à Violência Doméstica e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – Ação em debate. Uberaba, Nov. 2004. Disponível em: www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/uberaba.doc. Acesso em 24/02/2010.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Como organizar redes de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes? In: Curso de Administração para Organizações do Terceiro Setor – Módulo III - Fundação Getúlio Vargas – SP, – julho./2006. Disponível em: http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/COMO_ORGANIZAR.doc. Acesso em 19/02/10.

HABIGZANG, Luíza Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena. Terapia cognitivo - comportamental e promoção de resiliência para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena e YUNES, Maria Ângela. Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006. p.233-258.

HABIGZANG, Luíza Fernanda et al. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Psicol. Reflex. Crit. Porto Alegre. v. 19, n3, p. 379-386. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-797220060003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23/02/10

HILLESHEIM, Betina e CRUZ, Lílian Rodrigues da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. Psicologia & Sociedade. [online]. Santa Catarina, v.20, n.2.p. 192-199. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a06v20n2.pdf>. Acesso em 31/01/10.

HUTZ, Cláudio Simon; KOLLER, Sílvia Helena; BANDEIRA, Denise Ruschel. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco, in: Koller, Sílvia Helena (org): **Aplicações da Psicologia na melhoria da qualidade de vida**. Coletâneas da Anpepp. Rio de Janeiro, v.1, n 12, p. 79-86.1996. Disponível em <http://www.infocien.org/Interface/index.html>. acesso em 31/01/2010.

HOLANDA, Aurélio Buarque. Aurélio: dicionário eletrônico 5.0., 2009. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Rede>. Acesso em 26/06/10.

IOB. O Conselho Tutelar no Estatuto da Criança e do Adolescente. Repertório IOB de Jurisprudência, São Paulo, Caderno 3, n. 7.abr, 2001. p. 140/145. Disponível em: http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=O+Conselho+tutelar+no+estatuto+da+criança+e+do+adolescente.+Repertório+IOB+de+Jurisprudência.+São+Paulo:+n.+7,+Caderno+3,+abr.+2001,+p.+140/145.+Publicação+exclusiva.&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=Acesso em 29/05/2010.

JUNQUEIRA, Marciclene de Freitas Ribeiro. Representação Social da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. 2003.125 f. Dissertação (Mestrado em psicologia). Programa de Pós - Graduação Stricto Sensu em Psicologia Universidade Católica. Goiás, [2003].

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pereira da Silva; DESLANDES, Suely Ferreira. Resiliência e Maus tratos à criança. Cad. Saúde Pública [online]. Rio de Janeiro, v.19, n.1. p. 227-235.2002.disponível em:
<http://www.scielo.org/pdf/csp/v19n1/14923.pdf>. Acesso em 28/02/10.

KOLLER, Sílvia Helena. Resiliência e vulnerabilidade em crianças que trabalham e vivem na rua. Educar em Revista, Paraná, v. 15. P, 1. ago. 2000.disponível em http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero_15.htm acesso em 10/05/10.

LECOMTE, Jacques. Pilares da superação: Elo, sentido e lei simbólica.IUH, [on line]. São Leopoldo: UNISINOS, Ed. 241 | ISSN 1981-87, p.8-10. Out,2007.Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1193682788.71pdf.pdf> acesso em 14/02/2010.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO,Bernard, Monteiro de; COELHO, Ângela Elizabeth Lapa.Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência:conceitos e reflexões críticas.In: DELL' AGLIO , Débora,KOLLER,Silvia Helena e YUNES,Maria Ângela. Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.p. 89-115.

LIRA,Margaret Olinda de Souza Carvalho e. A prática da punição física de crianças: Herança Cultural?, 2008.NÃO PUBLICADO.

LISBOA, Carolina; HABIGZANG, Luís Fernanda; KOLLER,Silvia Helena.Ética na pesquisa com temas delicados: estudos em psicologia com crianças e adolescentes e violência doméstica.In: IARA, Coelho Zito Guerriero; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER,Fábio(org). Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p.176-192.

LORENZI, Gisella Werneck.Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: História dos direitos da infância. Fundação Pró-Menino,2007. Disponível em:
<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/70d9fa8f-1d6c-4d8d-bb69-37d17278024b/Default.aspx>. Acesso em 04- 06-2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa. 2.ed.São Paulo: Atlas ,2008. 101 p.

MELO, Manuela Costa; CRISTO, Rosilane de Carvalho; KAMADA, Ivone. Avaliação da Assistência Multiprofissional dos Casos de Violência Intrafamiliar atendidos em uma unidade de pediatria. Comunicação em Ciências da Saúde. Brasília, v.17, n. 1.p. 47-52. Mar.2006. Disponível em:
http://www.fepecs.edu.br/revista/numero1_2006.htm.Acesso em 17/05/2008.

MELO, Eduardo Resende. Violência doméstica contra mulheres e a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Brasil: Boletim Pró menor, 2008. Disponível em:
<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/70d9fa8f-1d6c-4d8d-bb69-37d17278024b/Default.aspx>. Acesso em 09- 06-2009.

MENEGUEL, Stela Nazareth. Famílias em Pedacos- Um estudo Sobre Violência Doméstica e Agressividade na Adolescência, 1996.123f.Tese(Doutorado em Medicina)- Faculdade de Medicina Universidade Federal do Rio Grande do Sul,[1996].

MILANI, Rute Grossi; LOUREIRO, Sonia Regina. Famílias e violência doméstica: Condições Psicossociais Pós ações do Conselho Tutelar.Psicologia ciências e profissão. Brasília, v.28,n.1.p. 50-67. Mar. 2008. Disponível em:
<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=490018&indexSearch=ID>.Acesso em 10/09/2008.

MINAYO,Maria Cecília de Souza. A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública. Cadernos de Saúde Publica,Rio de Janeiro,v.06,n.3.p.278-292,jul/set.1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf> acesso em:24/05/2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, vol.10, supl. P.07-18, 1994. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>.Acesso em em 26/05/2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Os muitos Brasis: Saúde e população na década de 80. São Paulo: HUCITEC, 1995. 356pp.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A Violência dramatiza causas. In: _____.; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs). Violência sob o olhar da saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira. RJ: Fiocruz, 2003.p. 23- 47.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um velho-novo desafio para atenção à saúde. **Educação médica**, Rio de Janeiro, v.29, n.1.p.57-58, jan-abr. 2005. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd51/desafio.pdf>. Acesso em 28/06/2008.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. Estilos Parentais e Desenvolvimento de Habilidades Sociais da Criança. In: ZAMBERLANE, Maria Aparecida Trevisan(org) e ALVES,Zélia Maria Mendes Biasoli.**Interações Familiares**: Teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. Londrina: eduel. 2008.p.60-79.

MONTEIRO FILHO, Lauro. ECA 10 anos - O desafio do Estatuto da Criança e do Adolescente. Abrapia. Rio de Janeiro, jul.2000. Disponível em: <http://www.abrapia.org.br/antigo/textos/Artigos/O%20Desafio%20do%20Estatuto%20da%20Crian%20e%20do%20Adolescente.htm>. acesso em 04-06-2009.

MORAIS, Eliane Pinheiro; EIDI, Olga Rosária. Conhecendo para evitar: A negligência nos cuidados de saúde com crianças e adolescentes. Revista Gaúcha de Enfermagem. Rio Grande do Sul, v.20, n.esp. p. 6-21. 1999. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Revista_Gauchade_Enfermagem/article/viewFile/4271/2240.Acesso em 07/05/2010.

MOREIRA, Elaine Cristhine ;CENTA,Maria de Lourdes.O retrato da violência domiciliar para crianças de 8 a 11 anos. Fam. Saúde Desenvolvimento. Curitiba, v.5, n.1.p.35-42, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refased/article/viewFile/5085/3843>.Acesso em 29/05/10.

MOTA, Catarina Pinheiro; MATOS, Paula Mena. Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação.psicol.social.[on line].Porto- Portugal,v.20,n.3,p.367-377.2008. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/07.pdf>. Acesso em 27/01/2010.

NEGRÃO, Télia et al.Dossiê:Violência de gênero contra meninas: Violência doméstica ou intra-familiar; exploração sexual e comercial;violência institucional por ação ou omissão. Rio Grande do Sul: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos Rede Feminista de Saúde – Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EA/Dossi%EA%20Viol%EAncia%20de%20G%EAnero%20Contra%20Meninas.pdf>. Acesso em 16/01/10.

NJAINE, Kathie et. al.(2007). Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. *Ciência& saúde coletiva*.RJ,v.11,n.sup.p.1313-1322.2007.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a20v11s0.pdf>. Acesso em 11/04/2010.

OLIVEIRA, Denize Cristina. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Rev.enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, v.16, n.14.p. 569-576. Out/dez.2008. Disponível em: http://lildbi.bireme.br/lildbi/docsonline/lilacs/20090500/409_v16n4a19.pdf. Acesso em 02/05/2010.

PIERATONI, Lucia Martins de Magalhães; CABRAL, Ivone Evangelista. Crianças em situação de violência de um ambulatório do Rio de Janeiro: Conhecendo seu perfil. *Rev enferm escola Ana Nery*, Rio de Janeiro, v.13, n.4.p. 699-607. Out./dez. 2009. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/principal/ForCitArt.jsp?iCve=127712744003>. Acesso em 22/04/2010.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury. Violência contra a criança e adolescentes: o pensar e o fazer do psicólogo clínico – reflexões.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Saúde Pública** [online]. São Paulo, v.29, n.4, p. 318-325.1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10.pdf> Acesso em 01/03/2010.

POLETTTO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Resiliência: Uma perspectiva conceitual e histórica. In: DELL' AGLIO, Débora, KOLLER, Sílvia Helena e YUNES, Maria Ângela (orgs). *Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006. p.19-44.

PORTAL DO CONSELHO TUTELAR, 2009. Disponível em: <http://www.portaldoconselhotutelar.com.br/capa.htm>. Acesso em 16-06-09.

RAMALHO, Ana Lúcia; AMARAL, João Joaquim Freitas do. As faces da Violência Contra Crianças. *Revista de Pediatria do Ceará*, v.7,n. 1 p.6-13, jan./jun. 2006.

ROCCA, Solange. A fé parece ser uma chave no desenvolvimento das capacidades de resiliência. IUH, [on line]. São Leopoldo: UNISINOS, Ed. 241|ISSN 1981-87,p.17-21, Out.2007. Disponível em:<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1193682788.71pdf.pdf> acesso em 14/02/2010.

ROMARO, Rita Aparecida e CAPITÃO, Cláudio Garcia. A violência doméstica contra crianças e adolescentes. Psicol. Am. Lat. [online]. México, n.9, abr. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1870-350X20070001&lng=pt&nrm= acesso em 23/02/2010.

ROSA, Edinete Maria. Radiografia de um processo social: Um estudo sobre o discurso jurídico a respeito da violência contra crianças. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.168 p.: il.

ROSA, Edinete Maria e TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. Violência, ética e direito: implicações para o reconhecimento da violência doméstica contra crianças. Psicol. cienc. Prof [on line] Brasília, v.24, n.3.p.34-39, sep. 2004.Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pcp/v24n3/v24n3a05.pdf>. Acesso em 25/02/2010.

ROQUE, Eliane Mendes de Souza Teixeira & FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis-SP. Latino-am Enfermagem. São Paulo, v.10,n.3, p.334-344,maio-junho.2002. Disponível em: http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=ROQUE++FERRIANI++&aq=f&aql=&oq=&gs_rfai= Acesso em 15/05/10.

RUTTER, Michel. Todos aceitam o fenômeno da resiliência. IUH, [on line]. São Leopoldo: UNISINOS. Ed. 241 | ISSN 1981-87, p.24-25.Out, 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1193682788.71pdf.pdf> acesso em 14/02/2010

SANTOS, Lene Lima e DELL' AGLIO, Débora Dalbosco. A constituição de moradas nas ruas como processos de resiliência em adolescentes. In: _____ DELL' AGLIO, Débora, KOLLER, Sílvia Helena e YUNES, Maria Ângela. Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006. p. 203-231.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, mai./ago.2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200007. Acesso em: 01/06/2009.

SILVA, Mara Regina Santos da et al. Processos que sustentam a resiliência familiar: um estudo de caso. *Texto contexto*. [online] Florianópolis, v.18.n.1, p.92-99, mar.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n1/v18n1a11.pdf>. Acesso em 10/07/ 2009.

SILVA, Mara Regina Santos da; ELSEIN, Ingrid e LACHARATE, Carl. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. *Paidéia*[online]. Ribeirão Preto, v.13, n.26, p.147-156. Disponível em: sites.ffclrp.usp.br/paidéia/artigos/26/02.htm. Acesso em 30/05/2010.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. Instituições de Abrigo, Família e Redes de Apoio Social e Afetivo em Transições Ecológicas na Adolescência. 2006.134 f. Dissertação (mestrado em psicologia). Instituto de psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [2006].

SOARES, Maria Rita Zoéga.; SOUZA, Sílvia Regina de .; MARINHO, Maria Luiza. Envolvimento dos pais: Incentivo à habilidade de estudos em crianças. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.21, n.3, p.253-260, setembro/dezembro 2004. disponível em: http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S0103-166X2004000300009&script=sci_arttext. Acesso em: 01/03/2010.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Tendências da Produção Científica Brasileira Sobre Violência e Acidentes na Década de 90. In. Minayo, Maria Cecília de Souza.;

SOUZA, Edinilsa Ramos(org). Violência sob o olhar da saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira. RJ: Fiocruz, 2003. p. 49-81.

SOUZA, Lídio de. Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. In *Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento X Encontro Nacional*, Vitória- ES, 2005.

SOUZA, Luciana Melo. Lar doce lar? Um estudo sobre os significados de violência doméstica fatal contra crianças. 2009. 158f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Federal da Bahia. Salvador, [2009].

SOUZA, Marilene Proença Rebello de; TEIXEIRA, Danile Caetano da Silva; SILVA, Maria Carolina Yazbek Gonçalves da. Conselho Tutelar: Um novo instrumento social contra o fracasso escolar? psicologia em estudo, Maringá, v. 8, n.2.p.71-82, jan./jun. 2003.

TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury.; PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. Inventário de frases no diagnóstico de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, estudo de validade e padronização. **Psicologia saúde & doenças**. Porto,v.9, SI, p.3-1-199,2008. Disponível em:http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=Psicologia+saúde+%26+doenças.+2008+9+suplemento&aq=f&aql=&aql=&oq=&gs_rfai= Acesso em: 15/05/10.

TOLEDO, Bruno Alves de Souza. Alargando as margens: um estudo sobre processos de resiliência em adolescentes em conflito com a lei.f. ?2010. Dissertação (mestrado em políticas sociais)- PPGPS/UFES, [2010].

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj et al. Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. Psico-USF. Curitiba, v.7, n.2.p.163-173. Jul /dez, 2002.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj.Tapinhas machucam sim.Abrapee, Paraná,boletim 4. jun,2006. Disponível em:
<http://www.abrapee.psc.br/artigo19.htm>. acesso em 15/01/2010.

WALSH, Froma. Os desafios da resiliência familiar IUH, [on line].São Leopoldo:UNISINOS, Ed. 241 | ISSN 1981-87, p. 11-12, Out.2007.Disponível em:
<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1193682788.71pdf.pdf> acesso em 14/02/2010.

YUNES, Maria Ângela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. Psicologia em Estudo [on line] Maringá, v. 8, n. esp. p.75-84, 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf>. Acesso em: 26/07/2008.

YUNES, Maria Ângela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: foco no individuo e na família. In._____. DELL' AGLIO, Débora, KOLLER Silvia Helena e YUNES, Maria Ângela. Resiliência e psicologia positiva: Interface do risco à proteção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.p.45-68.

YUNES, Maria Ângela Mattar; SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva e Grounded- Theory: Estratégias metodológicas para a compreensão da resiliência em famílias. Revista Interamericana de psicologia. Porto Alegre, v.39, n. 1.2005.

YUNES, Maria Ângela Mattar. A Resiliência desconstrói crenças pessimistas IUH, [on line]. São Leopoldo: UNISINOS, Ed. 241 | ISSN 1981-87, p. 13- 17, Out. disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1193682788.71pdf.pdf> . acesso em 14/02/2010.

ZAMBERLANE, Maria Aparecida Trevisan. Modelos de Intervenção na Infância e na família.In:_____. (org) e ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. **Interações familiares**: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. Londrina. Eduel, 2008.p.25-33.

ZAMBERLANE, Maria Aparecida Trevisan.; ALVES,Zélia Maria Mendes Biasoli Alves.**Interações Familiares**:A perspectiva ecológico-relacional.In:_____;_____(org). **Interações familiares**: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção. Londrina. Eduel, 2008.p.3- 22.

ZEVALLOS, Pablo. Estatuto da Criança e do Adolescente: Direitos da criança. Guiainfantil.com. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://br.guiainfantil.com/direitos-das-criancas/369-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente.html>. Acesso em 15/11/2010.

ZUMA, Carlos Eduardo. A Violência no Âmbito das Famílias. 2004. 42 f. Monografia (Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais)- LTDS/COPPE/UFRJ e SESI/DN Rio de Janeiro,[2004].

APÊNDICE A

115

Registro	Características da Família										
	Autor										
	Sexo	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Parentesco	Ocupação	No. Comp.	Filhos			
família 61								Ambos	Só Mae	Só Pai	
	Presença Álcool/Droga		Renda Familiar	Como chegou ao C.T.			Há relat. de superação				
	Álcool	Droga		Denúncia	Espontâneo	Denunciante	C/manut. Fam.	S/manut. Fam.	Quem saiu	Motivo	
				x							
	União Fam.	Tempo Conv.	Encaminh. C.T.	Duração Atend. C.T.	Tempo p/ sup. Violência						
	Vítima										
	Sexo	Idade	Escolaridade	Violencia Física							
				Fratura	Edema	Equimose	Hemorr.	Qeim.	Arranhao	Outros	
	Tipos de Violencia										
	Neg.	Fis.	Psi.	Sex.							

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – ESTUDO DE CASO**ENTREVISTA COM A FAMÍLIA**

Caracterização da família conforme o número de registro na tabela A.

- 1) Atualmente como é a vida com seus filhos?
 - a. Fale sobre os seus filhos.
 - b. O que eles representam para você?
 - c. Como é a relação entre os membros da família?
 - d. Como é a relação entre os parceiros?
- 1) Vocês poderiam falar sobre a violência que vivenciaram entre membros da família?
 - a. Quais foram os tipos de violência?
 - b. Quem praticava e quem sofria a violência?
 - c. O que vocês faziam após os episódios de violência?
- 2) Diga o que significa a violência de pais contra filhos para vocês?
 - a. Quais os tipos de violência de pais contra filhos que vocês conhecem?
 - b. Qual a que vocês consideram mais grave?
- 3) No ponto de vista de vocês quais os motivos para agir de forma violenta com o(s) filho(s)?
- 4) Quais os comportamentos dos filhos contribuem para que os pais ou responsáveis hajam de forma violenta?
- 5) Como vocês venceram a violência intrafamiliar?
- 7) Quantas vezes a sua família foi atendida pelo Conselho Tutelar?
- 8) Quem procurou?
- 6) Quais foram os motivos?
- 7) Como vocês avaliam o atendimento dado pelo Conselho Tutelar?
- 8) Eles encaminharam a sua família para algum serviço? REDE SOCIAL
- 9) Quem da sua família foi encaminhado?

10) Para qual (is) serviço(s) foram encaminhados?

As perguntas 15 a 25 serão feitas para cada serviço mencionado na pergunta 14

11) Como foi o acolhimento da vítima?

12) Como foi o acolhimento do autor?

13) Como foi o acolhimento dos outros membros da família?

14) Apresentaram um plano de atendimento para sua família?

15) Vocês participaram da elaboração deste plano de atendimento?

16) Quantas vezes vocês foram atendidos?

17) Foram atendidos por quais profissionais?

18) Quanto tempo durou o atendimento no serviço?

19) Houve avaliação do serviço prestado? Quem participou?

20) Visitaram a sua casa alguma vez? Quantas?

21) Quando um ou mais membros da família faltavam, eles procuravam saber o motivo?

22) Os serviços mantinham contato entre eles?

23) Qual serviço/atendimento mais contribuiu para a superação do problema de violência enfrentado por sua família? Por quê?

24) Teve que algum serviço ou atendimento que vocês avaliam que foi desnecessário para a superação da violência? Por quê?

25) Vocês procuraram outros grupos ou pessoas para ajudarem na superação da violência?

26) Como foi a experiência?

27) Como esse grupo contribuiu na superação da violência?

28) Como essa pessoa contribuiu na superação da violência?

29) Hoje como vocês acham que é a maneira mais adequada de orientar os filhos? Vocês gostariam de dizer mais alguma coisa?